



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

JULIO CESAR DA SILVA LOPES

**O PLANO COLÔMBIA E A AMAZÔNIA BRASILEIRA:  
INTERVENÇÃO, MILITARIZAÇÃO E DEFESA NA SEGUNDA  
METADE DO SÉCULO XX**

JULIO CESAR DA SILVA LOPES

**O PLANO COLÔMBIA E A AMAZÔNIA BRASILEIRA:  
INTERVENÇÃO, MILITARIZAÇÃO E DEFESA NA SEGUNDA  
METADE DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.  
Área de Concentração: Territórios do Político

**Orientador:** Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz

Londrina  
2010

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

L864p Lopes, Julio Cesar da Silva.

O Plano Colômbia e a Amazônia Brasileira : intervenção, milita- rização e defesa na segunda metade do século XX / Julio Cesar da Silva Lopes. – Londrina, 2009.

137 f. : il. + anexos.

Orientador: Francisco César Alves Ferraz. –

Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009.

Inclui bibliografia.

1. História social – Plano Colômbia – Brasil – Teses. 2. Programa Calha Norte – Teses. 3. Sistema de Vigilância da Amazônia (Brasil) – Teses. I. Ferraz, Francisco César Alves. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós- Graduação em História Social. III. Título.

CDU 930.1

JULIO CESAR DA SILVA LOPES

**O PLANO COLÔMBIA E A AMAZÔNIA BRASILEIRA:  
INTERVENÇÃO, MILITARIZAÇÃO E DEFESA NA SEGUNDA METADE  
DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho  
UFSCAR – São Carlos – SP

---

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto  
UEL – Londrina – PR

---

Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz  
UEL – Londrina – PR

Londrina, 8 de fevereiro de 2010

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais e irmão pelo apoio que me deram todos esses anos de caminhada, sempre torcendo pelo meu sucesso. À minha família, primos, tios, avós pela preocupação e pelas palavras de incentivo. Família é essencial em todos os aspectos e contribuíram sempre para o meu crescimento.

Aos meus antigos e bons amigos, que mesmo distantes, mantemos contato e torcemos um pelo outro. Em especial Anderson, Anésio, Breno, Geisa, Maira, Andressa e Carla. Agradeço também aos amigos da graduação em Londrina, pelos primeiros passos, conversas e vivência. Poucos conseguiram ficar próximos ou seguir a carreira acadêmica, mas os anos vividos na Universidade serão eternos.

Aos companheiros da primeira turma do Mestrado em História Social da UEL pelos dois anos de discussões, debates, opiniões e enriquecimento mútuo. Especialmente para Igor, Milton e Pedro, os agradecimentos pelas longas conversas nas tardes da faculdade, à Regina pela energia e vontade de sempre alcançar novos degraus e possibilidades e aos demais, cada um do seu modo contribuiu direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.

Aos funcionários da UEL, principalmente o pessoal da Secretaria de Pós-Graduação e do Departamento de História do CCH e à Fundação Araucária pela bolsa concedida durante o primeiro ano do Mestrado.

Aos professores, estimados mestres desde a graduação, em quem me espelho muito. Um agradecimento especial àqueles que estiveram mais próximos durante a realização dessa dissertação: primeiramente meu orientador, Dr. Francisco Cesar Alves Ferraz pela paciência, opiniões e conversas, ao Dr. José Miguel Arias Neto, uma espécie de segundo orientador, alguém desde o primeiro ano de faculdade e até o mestrado esteve presente com opiniões e orientações valiosíssimas. À Dra. Sylvia Ewel Lenz pela erudição e a visão de mundo mais humanista, que certamente levarei comigo.

Aos professores com quem tive menor contato, mas também foram essenciais para a minha formação, Jozimar Paes de Almeida, Hernán Ramiro Ramirez e Paulo Alves, pelas opiniões e discussões sobre o andamento do meu trabalho, além dos demais professores do programa: Gabriel, Marco Antônio, Ana Heloísa, Maria de Fátima, Alberto e Angelita.

Resta ainda um agradecimento à minha orientadora no primeiro semestre do Mestrado, Sônia Maria Sperandio Lopes Adum pelos primeiros passos e pela força em minhas dúvidas e minha primeira e sempre presente orientadora, Edméia Aparecida Ribeiro pela amizade, torcida e força.

Meus sinceros agradecimentos a todos os que me acompanharam nessa longa caminhada.

LOPES, Julio Cesar da Silva. **O plano Colômbia e a Amazônia Brasileira:** intervenção, militarização e defesa na segunda metade do século XX. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

## RESUMO

Analisa a presença e influência dos Estados Unidos na América Latina, principalmente na Colômbia na segunda metade do século XX e a força do narcotráfico e crime organizado mundial, colocando estes como fatores desestabilizadores no conflito colombiano. Analisa as mudanças ocorridas na Colômbia desde o período conhecido como *La Violencia* e o surgimento de grupos insurgentes, assim como suas principais características até a implantação do Plano Colômbia durante a presidência de Andrés Pastrana em 1999, com o documento caracterizando-se basicamente pela ajuda financeira dos Estados Unidos no combate aos centros de produção e distribuição de entorpecentes para uma melhor compreensão da complexa situação colombiana. Pretende-se analisar o discurso do Plano Colômbia, na medida em que o combate às drogas parece ter se expandido para o combate às guerrilhas, deixando de lados as estratégias de caráter social, econômico e político em detrimento da intervenção militar direta e indireta dos Estados Unidos no país. Ainda pretende-se analisar o impacto e os reflexos desse tipo de ação para o Brasil, na medida em que as discussões sobre a preservação da Amazônia e a defesa do território nacional ganham força conforme o conflito na Colômbia assume proporções maiores. Identifica as mudanças nos discursos, objetivos e funcionamento de programas brasileiros como o Calha Norte, além da implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), comparando o discurso dos objetivos civis e militares desses dois programas, assim como seu funcionamento efetivo.

**Palavras-Chave:** Plano Colômbia. Amazônia – Defesa Nacional. Calha Norte. Sivam.

LOPES, Julio Cesar da Silva. **The plan colombia and the brazilian amazonia:** intervention, militarization and defense in second half of 20th Century. 2009. 137 f. Dissertation (Master's Degree in Social History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

### **ABSTRACT**

It analyses the United States presence and influence in Latin America, mainly in Colombia in second half of the 20<sup>th</sup> century and the narcotrafic force and world organized crime, naming them as destabilizing factors in the Colombian conflict. It analyses the changes in Colombia from the period know as “La Violencia” and the emergence of insurgent groups, such as their main features until the Plan Colombia implementation under the Andrés pastrana government in 1999, with the document characterized basically as the financial aid from United States in combating the production and distribution centers of narcotics for a better comprehension of the complex colombian situation. It seeks to analyse the Plan Colombia speech, as drougs combats seems to be expanded for the guerrillas combat, leaving behind the social, economics and politics strategies, rather the United Statesdirect and indirect militar intervention in the country. Also seeks to examine the impacts and reflexes of this kind of action for Brazil, where the discussions about the Amazonian preservation and the national territory defense grow up until the conflict in Colombia acquires greater proportions. It identifies the changes in speeches, objectives and operation of Brazilian programs like the Calha Norte (North Pipeline), beyond the Sistema de Vigilância da Amazônia (Amazonia Vigilance System) deployment, comparing the speeches form the civilian and military objectives from these two programs, such as the effective operations.

**Keywords:** Plan Colombia. Amazonia – National Defense. Calha Norte. Sivam.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 1 – A RELAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS COM A AMÉRICA LATINA</b> .....	14
1.1 AMÉRICA LATINA: A COCA, O NARCOTRÁFICO E OS IMPACTOS NA ECONOMIA .....	15
1.2 OS ESTADOS UNIDOS COMO POTÊNCIA MILITAR, AMÉRICA LATINA COMO QUINTAL .....	24
1.3 EUA: A MANUTENÇÃO DE INIMIGOS, CONFLITOS E INTERESSES NA REGIÃO DA AMAZÔNIA INTERNACIONAL .....	32
<b>CAPÍTULO 2 – O QUADRO COLOMBIANO: DAS GUERRILHAS AO PLANO COLÔMBIA</b> .....	43
2.1 O ESTOPIM: JORGE ELIÉCER GAITÁN .....	47
2.2 VIOLÊNCIA E RAÍZES DAS FARC-EP .....	50
2.2.1 Marquetalia: O Ataque, o Mito Fundador e o Desenvolvimento do Grupo .....	53
2.3 O EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (ELN) .....	58
2.4 AS FORÇAS PARAMILITARES E AS AUTODEFESAS UNIDAS DA COLÔMBIA (AUC).....	62
<b>CAPÍTULO 3 – O PLANO COLÔMBIA: O DOCUMENTO E SUAS VERTENTES</b> .....	67
3.1 AS PALAVRAS DE PASTRANA E AS ESTRATÉGIAS DO PLANO.....	71
3.2 O PROCESSO DE PAZ E A REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA .....	78
3.3 A ESTRATÉGIA ANTI-NARCÓTICOS .....	82
3.4 A REFORMA DO SISTEMA JUDICIAL, DIREITOS HUMANOS, DEMOCRATIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL .....	87
3.5 O PANORAMA COLOMBIANO: CONSIDERAÇÕES .....	92

<b>CAPÍTULO 4 – BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA E OS REFLEXOS DO PLANO COLÔMBIA NA DEFESA NACIONAL</b> .....	97
4.1 A PRESENÇA NA AMAZÔNIA DURANTE A COLONIZAÇÃO E O IMPÉRIO: A FLORESTA, A COBIÇA E O IMAGINÁRIO .....	100
4.2 A AMAZÔNIA E O SÉCULO XX .....	105
4.3 O FIM DA DITADURA E A NOVA REPÚBLICA: POLÍTICA PARA OCUPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA .....	110
4.4 OS REFLEXOS DO PLANO COLÔMBIA NA DEFESA NACIONAL.....	113
4.4.1 O Programa Calha Norte: Ocupação e Revitalização .....	118
4.4.2 O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) .....	122
 <b>CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	133
 <b>REFERÊNCIAS</b> .....	138
 <b>ANEXOS</b> .....	148
ANEXO A – Gráfico 1 - Cultivo da Coca na América Andina de 1990 a 2007.....	149
ANEXO B – Gráfico 2 - Produção de Cocaína de 1990 a 2007 .....	150
ANEXO C – Mapa 1 - Cultivo de Coca na Colômbia – 2002 .....	151
ANEXO D – Mapa 2 - Áreas de Cultivo da Papoula na Colômbia – 2002 .....	152
ANEXO E – Mapa 3 - Guerrilhas e Forças Paramilitares na Colômbia em 2000.....	153
ANEXO F – Mapa 4 - Principais Comandos e Zonas de Ação das FARC .....	154
ANEXO G – Tabela 1 - Número de Homens e Sequestros das FARC-EP.....	155
ANEXO H – Mapa 5 - Abrangência Geográfica do SIVAM.....	156
ANEXO I – Mapa 6 - SIVAM: Rede de Comunicações dos Centros de Vigilância .....	157

## INTRODUÇÃO

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque e a intervenção norte-americana no Afeganistão e Iraque, coloca-se novamente em questão até que ponto um Estado deve se envolver em assuntos internos de outros países cuja cultura e processo de formação histórica ao longo dos séculos são diferentes dos presentes no país interventor. O discurso de manutenção da ordem mundial pela via militar mostra-se fraco ao se concluir que diferenças étnico-culturais geram realidades diferentes e bem mais complexas do que o simples dualismo de bem *versus* mal, onde esses valores também são relativos se levarmos em conta pontos de vista ideológicos distintos.

O desenvolvimento de conflitos traz consigo ideais propagados pelos grupos em questão, assim como novas ou reformuladas estratégias por parte do governo ou Exército, gerando discursos condizentes com determinado grupo ou objetivo. Roger Chartier defende a idéia de que todo texto escrito impõem determinada ordem, uma postura ou atitude de leitura, um protocolo.

Ao se referir a esses protocolos de leitura, o autor coloca que estes procuram definir a interpretação correta e uso do texto, esboçando também seu leitor ideal. Porém, é preciso destacar que cada leitor, a partir de suas referências individuais ou sociais, históricas, dá um sentido mais ou menos singular aos textos que se apropria, e provavelmente não terá uma leitura exatamente igual à do autor do texto, ou de outros leitores, devido às particularidades de cada um, ou seja, é preciso atentar em “reconhecer a pluralidade das leituras possíveis de um texto, em função das disposições individuais, culturais e sociais de cada um dos leitores”<sup>1</sup>. Para tanto, a identificação do autor ou autores de determinados documentos ou ideais propagados torna-se relevante, pois traz consigo uma série de características e anseios condizentes com as características do autor, seus prováveis leitores, objetivos e ideais.

Jean Marie Goulemot coloca que a prática de ler constitui-se sempre em produção de sentidos. O autor defende que ler é uma situação de comunicação, mas não significa que o leitor terá a mesma compreensão que o autor supostamente pretendia que este tivesse. Para Goulemot, o ato da leitura pode revelar uma certa polissemia do texto, ou seja, revelar os vários sentidos diferentes presentes na leitura e interpretação de um mesmo texto,

---

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: \_\_\_\_\_. **Práticas da leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 100

lembrando-se que tais leituras (ou releituras) são distintas e possuem influência do indivíduo que lê e do meio que este se encontra. Goulemot defende que a leitura é influenciada, moldada, pelos valores da sociedade, seus heróis e momentos, constituindo-se em uma diversidade de códigos e narrativas.

Se por um lado, Goulemot defende o fato de que o texto tem uma mensagem implícita e de certa forma destinada a um grupo que decifre a mensagem (como coloca Chartier), por outro lado ele também evidencia a pluralidade de interpretações que um mesmo texto pode ter dependendo do tipo de leitor ou pela situação que um mesmo leitor entra em contato com o texto em outras oportunidades, onde “a cada leitura, o que já foi lido muda de sentido, torna-se outro”<sup>2</sup>.

Eni P. Orlandi considera também que o discurso pode não estar presente no texto de forma direta, ou seja, as diferentes significações podem estar implícitas em idéias ou terminologias, que podem dar uma idéia mais ampla sobre o produtor do texto, seu público-alvo e a mensagem que este pretendeu passar.

Por outro lado, é necessário destacar a complexidade dos conflitos armados contemporâneos, principalmente quando estes reúnem forças estrangeiras, que sob alguns aspectos podem ser consideradas invasoras, e grupos insurgentes locais, não se configurando, portanto, em um conflito entre dois exércitos de nações ou grupos armados distintos. Tal situação pode ainda trazer à tona discussões e interesses de um grande número de grupos armados, organizações e instituições, tornando cada momento mais difícil a leitura precisa sobre o conflito ou mesmo a possibilidade da finitude dos combates.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia completaram em 2008 quarenta e quatro anos de sua fundação e parecem colocar-se como um grupo capaz de enfrentar tanto seu inimigo declarado interno, presente desde a sua fundação (o Estado colombiano e posteriormente outros grupos armados) quanto o externo (os Estados Unidos) que, a partir da década de 1980 voltou suas atenções para a América Latina, com o discurso de combate ao narcotráfico mundial, atuando cada vez mais pela via militarista.

É importante ressaltar que mesmo após a morte de Che Guevara e a queda do socialismo real com o fim da União Soviética, alguns movimentos revolucionários (os que sobreviveram a esse processo e tinham, segundo Hobsbawm em “Era dos Extremos”, um fundamento teórico mais concreto) continuam ativos e lutando contra seus antigos e novos inimigos.

---

<sup>2</sup> Ibidem.

A atuação cada vez mais presente dos Estados Unidos em combater seus inimigos mais recentes (os grupos e Estados taxados como terroristas após as declarações do ex-presidente George W. Bush) acaba por reduzir as raízes e motivações do conflito em questão, ignorando os problemas enfrentados pela população dessas áreas na questão da reforma agrária (como nos casos das FARC-EP, o MST no Brasil e os indígenas do EZLN no México, entre outros) e grupos sociais ou étnicos totalmente diferentes povoando o mesmo território (como o grupo separatista basco ETA, os Curdos além das constantes tensões no Oriente Médio) mostram que todos esses movimentos, sejam sociais, étnicos ou culturais, lutam por uma situação compreendida por eles mesmos como mais justa, onde seus ideais, interesses e particularidades devam ser respeitados.

Vários autores já dissertaram e buscaram compreender as especificidades das FARC, como Eric J. Hobsbawm em “Rebeldes Primitivos” e o norte-americano Russel W. Ramsey em “Revolución Campesina”, procurando ressaltar as particularidades da Colômbia e os motivos da formação de grupos guerrilheiros no país, abordando tanto o contexto histórico da formação das primeiras guerrilhas no país, quanto certas particularidades que tenham contribuído para que o grupo continue em atividade.

O constante embate entre a mídia norte-americana e colombiana, na tentativa de justificar a presença estrangeira no país com o combate ao narcotráfico e a versão dos guerrilheiros, que estariam defendendo o seu povo de um neo-imperialismo e um governo contaminado pela corrupção, subordinado aos “barões da droga” reforçam ainda mais a contemporaneidade do tema, quando as acusações procuram conexões entre o outro lado e os narcotraficantes, com o seu crescente e lucrativo comércio, a fim de deturpar a imagem do inimigo frente a opinião pública não só dos camponeses colombianos ou civis norte-americanos, mas do mundo todo.

Compreender a situação colombiana torna-se uma questão chave para melhor entender as questões relativas à defesa da Amazônia brasileira, visto que as preocupações referentes ao meio ambiente e à manutenção da soberania nacional parecem ter se desenvolvido na medida em que a crise no país vizinho se tornava mais eminente. Com os combates se intensificando em território colombiano e com a implantação do *Plano Colômbia* em 1999, pode-se notar uma maior preocupação por parte do governo brasileiro em acelerar o andamento e readaptação de projetos como o *Calha Norte* e o *Sivam*.

No primeiro capítulo, busca-se um melhor entendimento de temas presentes na realidade mundial e latino-americana, no que se refere ao tráfico de entorpecentes e a atuação de grupos criminosos no continente, assim como a atuação dos Estados Unidos, que

se colocam como uma espécie de “polícia mundial”. A nova postura norte-americana após os atentados de 11 de setembro de 2001 também deve ser levada em consideração, visto que a política externa do país em questão adotou uma postura muito mais militarizada e ofensiva desde então.

Os exorbitantes gastos em tecnologia, armamento e manutenção do Exército norte-americano precisam, por sua vez, ser justificados e a criação de inimigos, novas ameaças e a manutenção de conflitos classificados como de “baixa intensidade” contribuem para esse processo. Dessa maneira, a presença e influência norte-americana na América do Sul, principalmente em território colombiano aparecem como uma maneira de justificar os gastos bélicos ao mesmo tempo em que fomenta situações instáveis em outros países, facilitando a entrada de homens e investimentos estrangeiros em territórios estrategicamente importantes para os Estados Unidos.

Aplicados à situação colombiana, a presença norte-americana e a atuação cada vez mais direta do dinheiro do tráfico acabaram por potencializar o conflito que até a década de 1980 poderia ser considerado estabilizado. A análise da atuação norte-americana e do crescimento do crime organizado e do narcotráfico torna-se importante na medida em que estes são vistos como agentes potencializadores do conflito, onde os investimentos em armamento, estratégias e o custeamento de novos grupos armados provocaram o desequilíbrio entre os grupos armados que atuavam na Colômbia, obrigando-os a buscar novos “parceiros” a fim de conseguir armamento e recursos comparáveis com os conseguidos pelos grupos rivais.

O segundo capítulo busca um panorama da situação colombiana principalmente no período de 1999-2002, tentando ainda compreender o processo de surgimento e formação dos grupos armados do país, assim como identificar seus ideais e traçar suas relações com traficantes além de compreender os discursos, motivos e a situação da principal guerrilha, as FARC-EP, além de outras importantes forças atuantes no país, como é o caso do ELN e da AUC. Identificar as raízes desses grupos e seus ideais torna-se necessário na medida que estes grupos serão responsabilizados pela violência, desemprego e crise econômica no país, segundo os discursos difundidos pelos governos colombiano e norte-americano.

No capítulo três busca-se uma análise da redação do *Plano Colômbia*, que também pode ser encarada como relevante no sentido de se constituir em um documento que de certa forma permite a intervenção estrangeira na Colômbia. Porcurar-se-á um comparativo entre as estratégias e objetivos presentes no corpo do documento e os seus resultados.

O documento, que parece ter desviado de suas propostas originais de diminuição da pobreza e violência na Colômbia, transferindo as atenções para o combate a uma suposta narcoguerrilha, também classificada como um grupo terrorista após os ocorridos em 11 de setembro de 2001 deve ser inserido no contexto da realidade interna colombiana, assim como na atuação de agentes externos como a mídia e o exército norte-americanos e sua influência nos países limítrofes com a possibilidade da generalização do conflito colombiano, desrespeitando fronteiras e se expandindo a outros territórios.

No quarto capítulo busca-se identificar até que ponto a situação no país vizinho influencia o comportamento político e militar do Brasil. Torna-se importante o resgate das especificidades e raízes dos discursos recentes do Exército e governo brasileiros, no que se refere às políticas de ocupação e defesa da fronteira amazônica. Para tanto, é necessário identificar a importância atribuída à região, desde a ocupação portuguesa, dando maior ênfase ao século XX até os dias atuais. Finalmente, busca-se uma ligação entre o conflito colombiano, a maior presença norte-americana no continente, além da identificação de mudanças de postura do Brasil em relação à defesa nacional, que teria acelerado as discussões sobre a importância da biodiversidade amazônica, assim como a necessidade de povoar áreas consideradas vazias demográficas, afirmando a presença brasileira na fronteira.

Como resposta às preocupações oriundas da implantação do *Plano Colômbia* no país vizinho, pode-se identificar uma certa “revitalização” do *Programa Calha Norte*, assim como uma reorientação do seu discurso civilizatório, metas e investimentos no Brasil. No âmbito da defesa nacional, a maior expressão é o *Sipam* (Sistema de Proteção da Amazônia) e os esforços para a implantação e funcionamento do *Sivam* (Sistema de Vigilância da Amazônia), assim como as discussões e polêmicas de sua realização, desde discussões sobre defesa, tecnologia estrangeira e soberania nacional

## **CAPÍTULO 1**

## A RELAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS COM A AMÉRICA LATINA

Este primeiro capítulo busca elucidar algumas questões que podem pautar as explanações nos capítulos seguintes. Entende-se como necessário traçar panoramas sobre assuntos relacionados à presença e influência norte-americana nos países latino-americanos principalmente durante o século XX para o melhor entendimento da realidade colombiana, assim como os processos que culminaram na elaboração e implantação do *Plano Colômbia* em 1999.

Cabe ainda compreender a presença e crescimento de grupos ilegais, como produtores e traficantes de entorpecentes, na medida em que o narcotráfico interfere diretamente na economia mundial e de certa forma na política externa de países (no nosso caso específico) do continente americano, influenciando decisões políticas e militares em tentativas de erradicação dessas atividades, afetando toda a população. Tal discussão ainda é lícita devido à associação das guerrilhas insurgentes colombianas aos narcotraficantes por parte dos Estados Unidos e do governo local.

Nesse sentido, o dinheiro proveniente do narcotráfico e a intervenção militar (seja ela direta ou indireta) dos Estados Unidos na Colômbia podem ser compreendidos como fatores catalizadores para a crise no país, na medida em que as grandes quantidades de dinheiro, homens e possibilidades de treinamento e planejamento potencializaram os combates e ações dos grupos insurgentes e das forças governamentais em um momento em que as forças encontravam-se de certa forma equilibradas.

### 1.1 AMÉRICA LATINA: A COCA, O NARCOTRÁFICO E OS IMPACTOS NA ECONOMIA

Para se conseguir uma noção mais específica sobre de que forma um plano de combate a entorpecentes, como foi o *Plano Colômbia* caminhou para uma intervenção militar e uma verdadeira cruzada contra o narco-terrorismo, é preciso compreender a força que o narcotráfico conseguiu na segunda metade do século XX. Para tanto, é preciso compreender de que forma elementos presentes na cultura indígena (como a coca) há muitos séculos se transformaram no principal combustível para o enriquecimento do crime

organizado, gerando enormes fortunas mundiais, além de instabilidades políticas e econômicas nos países produtores.

O cultivo de folhas de coca já estava presente na América Andina (atuais Colômbia, Peru e Bolívia principalmente) antes da chegada dos europeus no século XVI, onde sua matéria-prima era usada diariamente, seja em festas, celebrações religiosas, ou ocasiões cotidianas na vida dos nativos, na forma da folha crua, mascada ou de chá, ainda muito comum no Peru. Vale lembrar que sem os tratamentos químicos e a preparação necessária para a produção da cocaína, a folha de coca não produz os efeitos psicotrópicos comuns nos usuários da cocaína. Baseado em dados do CEBRID (Centro Brasileiro de Informação Sobre Drogas Psicotrópicas) da Unifesp, José Arbex Jr.<sup>3</sup> argumenta que produtos considerados psicotrópicos são aqueles que causam alguma alteração no sistema nervoso central, podendo ser dividido em três grupos básicos: as drogas depressivas, que atuam diminuindo a atividade cerebral como o álcool, soníferos, solventes, opiáceos e narcóticos (como a codeína, morfina e a heroína), um segundo grupo, de drogas consideradas estimulantes, como as anfetaminas, que estimulam a atividade cerebral e diminuem a fome, a nicotina, cafeína e a cocaína, e um terceiro grupo, de substâncias consideradas perturbadoras das ações do sistema nervoso central, modificando sua atividade qualitativamente, podendo ser de origem vegetal (o como o THC encontrado na maconha e haxixe) ou sintética (como o LSD e o *Ecstasy*).

Entre as drogas produzidas e contrabandeadas na América Latina, a cocaína é, sem dúvida, a mais lucrativa, principal responsável pelo fortalecimento e enriquecimento dos cartéis colombianos. A cocaína teria sido produzida pela primeira vez em laboratório em 1859 pelo químico farmacêutico Albert Niemann na Alemanha (na Universidade de Gottingen), com sua fórmula (C<sub>17</sub>H<sub>21</sub>NO<sub>4</sub>) sendo estabelecida por um outro químico, Wilhelm Lossen em 1862. “O novo produto passou a ser utilizado nos mais nobres salões pela classe média alta e pela burguesia européia, incluindo médicos, cientistas e intelectuais, sem espécie de restrição moral”<sup>4</sup>. Obviamente, os estudos ainda não indicavam os efeitos nocivos da substância no corpo humano, além do fato de que sua ingestão oral provoca efeitos reduzidos.

A substância teria se alastrado nos anos seguintes, com a fabricação de vários produtos à base de cocaína desenvolvidos principalmente pelo comerciante Angelo Mariani como vinho, licores, doces e chás, abrangendo usuários e simpatizantes como Sigmund Freud, Julio Verne e os papas Pio XII e Leão XIII. Há indícios ainda que a Coca-

---

<sup>3</sup> ARBEX JUNIOR, José. **Narcotráfico: um jogo de poder nas Américas**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

<sup>4</sup> ARBEX JUNIOR, José; TOGNOLLI, Cláudio J. **O século do crime**. São Paulo: Boitempo, 1997, p. 197.

Cola (em inglês *Coke*), criada em Atlanta pelo farmacêutico norte-americano John Styth Pemberton, inspirado pelo vinho de Mariani, possuía na sua fórmula derivados da cocaína, que em 1985 nos Estados Unidos teria sido modificada, com a empresa garantindo não possuir drogas em sua fórmula secreta, embora ainda desperte a dúvida em vários setores pelo mundo (inclusive no Congresso brasileiro há alguns anos) sobre quais seriam os extratos vegetais utilizados e suas quantidades.

Sobre os produtos e as particularidades da cocaína, um documento da CEBRID afirma que “a cocaína é uma substância natural, extraída das folhas de uma planta encontrada exclusivamente na América do Sul, a *Erythroxylon coca*, conhecida como *coca* ou *epadu*, este último nome dado pelos índios brasileiros”, podendo chegar ao consumidor sob a forma de um sal, o *cloridrato de cocaína* ou sob a forma de base, o *crack*. O documento ainda lembra que a cocaína é obtida através de um longo processo químico (com a utilização, por exemplo, de ácido sulfúrico e éter, entre outros) aplicado sobre as folhas da coca alterando e potencializando os efeitos das substâncias presentes no vegetal:

Acontece, porém, que, sob a forma de chá, pouca cocaína é extraída das folhas; além disso, ingerindo (toma-se pela boca) o tal chá, pouca cocaína é absorvida pelos intestinos e, ainda, por essa via ela imediatamente já começa a ser metabolizada. Através do sangue, chega ao fígado e boa parte é destruída antes de chegar ao cérebro. Em outras palavras, quando a planta é ingerida sob a forma de chá, muito pouca cocaína chega ao cérebro<sup>5</sup>.

As pesquisas indicam, portanto, que os efeitos psicotrópicos se manifestam em usuários da cocaína refinada, produzida em laboratório, não apresentando efeitos nos consumidores das folhas de coca, seja crua ou ingerida na forma de chás. Segundo esse mesmo documento, a cocaína acaba por gerar entre seus usuários a sensação de tolerância, ou seja, à medida que o tempo passa, o usuário necessita de doses maiores da substância para atingir os efeitos desejados.

Devido ao uso cada vez maior da substância entre os consumidores e a presença de substâncias tóxicas encontradas na forma de crack, merla (uma espécie de melado), da pasta de cocaína, e a cocaína refinada, os usuários podem apresentar convulsões, coma, diminuição de atividade cerebral, paradas cárdio-respiratórias, ocasionando a morte. Embora os efeitos do uso de tais substâncias e seus efeitos possam ser preocupantes, José Arbex Jr. argumenta que nos Estados Unidos, o número de pessoas que usam a cocaína atinge

---

<sup>5</sup> CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. **Cocaína**. Disponível em: <<http://www.cebrid.epm.br/index.php>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

1,5% da população, os usuários de crack chegam a 0,3% e maconha 8,3%, enquanto os de álcool e tabaco atingem 61,9% e 35% respectivamente.

Para Arbex Junior, quando se utiliza o termo “droga” de uma forma pejorativa, associando-se somente a substâncias ilícitas como a cocaína, a maconha e o ópio, acaba-se provocando distorções no imaginário popular, que acredita que substâncias como o álcool e o tabaco (utilizados por grande parcela da população) produzem efeitos muito menos nocivos do que as substâncias psicotrópicas consideradas ilícitas. O autor conclui o raciocínio afirmando que a mídia (norte-americana e brasileira, que em parte se espelha na primeira) acaba por causar uma sensação de insegurança, justificando assim as ações de envio de tropas para a região amazônica, a fim de combater esse mal.

Segundo o relatório da ONU *World Drug Report 2008* desenvolvido pela *United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)*<sup>6</sup>, baseado em dados levantados entre 2006 e 2007, cerca de 16 milhões de pessoas (0,4% da população mundial entre 15 e 64 anos) consomem cocaína no mundo todo, cerca de três milhões a mais do que o mesmo relatório publicado em 2004. A América do Norte suporta 45% desses usuários, cerca de 7,1 milhões de pessoas, seguido pela Europa Centro-Occidental com 24% (3,9 milhões) e América do Sul, Central e Caribe com aproximadamente 3,1 milhões de pessoas, 19% do total. Esse mesmo documento afirma que embora o número de consumidores tenha diminuído nos Estados Unidos, outros países como o Brasil, Argentina e Uruguai apresentam um sutil crescimento no número de usuários, além de uma expansão dos mercados no continente africano. A ONU ainda alerta para o número cada vez maior de usuários de drogas ilícitas.

A cocaína teria chegado aos Estados Unidos em uma época de grande ebulição da economia, causada pelos avanços impulsionados pela indústria, com a formação de metrópoles e o crescimento do número de cassinos e bares. Tais mudanças (assim como os ideais vindos da Rússia pós-revolução), a entrada de novos costumes e imigrantes no país (como chineses na Califórnia, que consumiam o ópio) provocou uma grande reação puritana e a cocaína foi proibida, juntamente com o consumo de bebidas alcoólicas em 1919, assim como qualquer outra coisa que fosse contra os setores mais tradicionais da sociedade norte-americana, atingindo inclusive a indústria cinematográfica.

José Arbex Jr. ainda indica o caráter racista da criminalização do uso de drogas com a proibição em 1909 na Califórnia da importação do ópio para fins não medicinais

---

<sup>6</sup> UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Word Drug Report 2008**. Disponível em: <[http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR\\_2008/WDR2008\\_Cocaine\\_market.pdf](http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2008/WDR2008_Cocaine_market.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2008.

(os usuários chineses eram vistos como hostis à cultura norte-americana) e a proibição da cocaína em 1914 (exceto para uso medicinal), devido a histórias de que negros alterados pela cocaína estariam atacando mulheres no sul do país. Na tendência desse movimento, o National Prohibition Act foi aprovado em 1919 e aplicado no ano seguinte, proibindo a venda, fabricação e importação de bebidas alcoólicas, que durou até 1933. Moisés Naím afirma que “os governos também favoreceram o comércio ilícito ao criminalizar novas atividades”<sup>7</sup>, como a proibição de determinadas substâncias e atividades, aumentando o valor pago por produtos ou serviços considerados ilegais prestados.

Na década de 1930 as anfetaminas, consideradas legais, acabaram por substituir o uso da cocaína nos Estados Unidos, porém no final da década de 1960 seu consumo voltou a aumentar, estimulado principalmente pelo movimento *hippie* e a contracultura no país, com a temida tríade *sex, drugs and rock n´ roll*. A partir desse período, com um crescimento cada vez mais acentuado do mercado consumidor (norte-americano e europeu) atrás principalmente da maconha, haxixe e da cocaína, favoreceu o crescimento de cartéis nos países produtores, como a Colômbia, Peru e Bolívia, que se especializavam na produção, venda e distribuição desses produtos no mercado internacional. Dentre estes, os cartéis colombianos conseguiram um desenvolvimento muito mais concreto e lucrativo entre os países andinos, com leis próprias (os chamados “Estados dentro de Estados”), colocando homens como Pablo Escobar (chefe do Cartel de Medellín) entre os homens mais ricos e poderosos do mundo.

Segundo Moisés Naím, devido ao grande crescimento do crime organizado e conseqüentemente do tráfico de drogas entre 1990 e 2000, o perfil das pessoas envolvidas com o narcotráfico passou a se modificar devido à grande atenção que chamava homens poderosos como Pablo Escobar. Na medida em que os chefões de Cali e Medellín eram procurados e presos, surgiam novos nomes para o controle do mercado deixado por esses cartéis, porém a tecnologia acabou por favorecer a proteção da identidade dos novos mercadores de drogas, onde os novos líderes substituem o modelo de hierarquia presente, por exemplo, nos cartéis colombianos, por redes descentralizadas, mais complexas e diversificadas:

Ainda falamos de “cartéis”, mas o negócio das drogas está hoje muito mais distante das operações criminosas pesadamente organizadas do passado, operando de forma mais ágil e menos rastreável. E os negócios vão bem.

---

<sup>7</sup> NAÍM, Moisés. **Ilícito**: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p.10.

Houve uma rápida e feroz expansão do cultivo da papoula, matéria-prima da heroína, no Afeganistão após a guerra que expulsou o Talibã, e passou a produzi-la em locais onde era previamente desconhecida, como na Colômbia.<sup>8</sup>

Aos poucos homens mais visados pelas autoridades como Pablo Escobar passaram a ser substituídos por uma rede muito mais complexa que envolve desde a produção, transporte, até a chegada do produto aos consumidores finais. A partir da segunda metade do século XX, o crime organizado cada vez mais assumiu seu caráter internacional, transformando-se em uma complexa rede, interligando e substituindo cartéis e máfias do mundo todo. Grupos que antes se especializavam em determinado tipo de produto, hoje podem ter suas atividades regidas pela demanda do mercado, especializando-se inclusive (como na fronteira do México com os Estados Unidos) no transporte de qualquer tipo de material considerado ilícito (seja drogas, pessoas ou armas), cobrando pelo serviço de transporte ou simplesmente cedendo sua rota de entrada a outros grupos que paguem pela informação. Segundo José Arbex Junior, o crime organizado conseguiu crescer devido também às fraquezas e inadequações das leis e órgãos de combate ao crime presentes nos países:

A estrutura do crime organizado passou a ter um caráter transnacional, ao passo que os mecanismos de policiamento e repressão preservaram – e ainda preservam – um caráter nacional. Isso assegurou às organizações criminosas uma grande capacidade de burlar as leis criadas pelos Estados nacionais, relativamente morosas e muitas vezes limitadas por antigas convenções internacionais<sup>9</sup>.

Associado a essa fraqueza, o autor ainda apresenta as dificuldades de diferentes órgãos para caracterizar o crime organizado, dificultando assim seu combate, como no Brasil, onde muitos especialistas caracterizam a prática, nas palavras do autor, como “atividade de quadrilha ou bando, sem a necessária adequação jurídica ao seu caráter transnacional e globalizado”<sup>10</sup>. Os avanços da tecnologia (que permitiu ao cartel de Cali em 1990 a adotar técnicas avançadas de criptografia) também acabam por contribuir (e facilitar) a lavagem de dinheiro, onde os lucros do crime organizado são aplicados em bancos dos chamados paraísos fiscais, eliminando-se os rastros de origem e destino do dinheiro, devido à grande velocidade dessas transações financeiras, sendo aplicados em

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>9</sup> ARBEX JUNIOR, José. **Narcotráfico**: um jogo de poder nas Américas. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005, p. 29.

<sup>10</sup> Ibidem, p.31

outros países já como dinheiro “limpo”, principalmente nos mercados de ações e imóveis. A abertura econômica mundial após o final da Guerra Fria ao mesmo tempo em que buscava um crescimento da economia mundial, inclusive com a abertura a investimentos estrangeiros, também facilitou o comércio ilegal:

Muito do que faz o comércio ilícito tão bem-sucedido hoje é resultado de políticas deliberadas, que visavam à integração global, à abertura das economias e das sociedades. Por isso não deveria ser uma surpresa que o comércio legal e o tráfico tenham crescido de mãos dadas ou que a difusão do poder para indivíduos ou grupos tenha estimulado inovações dos dois lados da lei<sup>11</sup>.

Moisés Naím afirma que as mudanças econômicas e políticas ocorridas a partir de 1990 com o processo de globalização acabaram por facilitar também o comércio ilícito, através do anonimato das mensagens instantâneas e e-mails trocados em espaços públicos como *cyber cafés*, o aumento de encomendas nos serviços de entrega (como a norte-americana *FedEx*) e as facilidades de rastreamento desses pacotes até seu destino através da *internet*, transações financeiras mais rápidas e diversificadas (como o uso de cartões, o dinheiro de plástico), além de medidas econômicas, facilitando a circulação de bens e pessoas entre países vizinhos, assim como o aumento dessa circulação, tornando a fiscalização por amostragem uma vantagem a mais para os que se beneficiam do comércio de produtos ilícitos. Baseado em dados do *Institute of International Economics* de 2004, Naím ainda aponta que a lavagem de dinheiro sujo é responsável pela movimentação de 10% do PIB global<sup>12</sup>.

Uma das organizações criminosas que mais movimentou dinheiro de procedência ilícita no mundo foram, sem dúvida, os cartéis colombianos e o seu comércio de cocaína. Os cartéis rivais de Cali e Medellín aproveitaram-se da rota de tráfico de maconha usada nos anos 1960 (que tinha como origem os Estados Unidos) para implantar o tráfico de cocaína. Dessa maneira, quando os laboratórios para o refino das folhas de coca (cultivadas há centenas de anos pelos grupos indígenas) passaram a produzir a cocaína em larga escala, esses cartéis já tinham uma rota definida e, de certa forma, segura para colocar o produto no mercado internacional (principalmente o norte-americano). Quando ganharam força e fama internacional na década de 1980, os cartéis de Cali e Medellín “juntos, produziam 80% da

---

<sup>11</sup> NAIM, Moisés, op.cit., p. 39

<sup>12</sup> Ibidem.

cocaína consumida nos Estados Unidos, faturavam, anualmente, US\$200 bilhões e constituíam – de longe – o setor produtivo mais importante da economia colombiana”<sup>13</sup>.

Algumas pesquisas indicam que, na década de 1980, mais da metade das folhas de coca destinadas aos laboratórios de refino colombianos teriam origem peruana (por ser considerada de melhor qualidade), enquanto o restante seria cultivado por camponeses bolivianos e colombianos. Com o passar do tempo esse quadro se inverteria, visto que o mercado da coca garantiria um rendimento maior aos camponeses colombianos do que as culturas alimentares, devido à queda do preço desses produtos no mercado internacional.

Nas regiões colombianas conhecidas como *Urabá e Magdalena Medio*, próximas a áreas petrolíferas, o cultivo de banana foi substituído em grande parte do seu território pelo da folha de coca. Não por acaso, essas regiões, em 1999, continham uma considerável concentração de grupos paramilitares, empresas petrolíferas e as principais sedes dos chamados “barões da droga”. Grupos ligados a camponeses que se dedicam ao cultivo da coca afirmam que as políticas de substituição da cultura da coca por culturas alimentares só surtiriam efeito caso a coca sofresse uma desvalorização no mercado, fato que não ocorre devido à procura cada vez maior pela matéria-prima da cocaína.

Mesmo com a diminuição das roças de coca no território colombiano, não se pode afirmar que a produção e o comércio da cocaína tenham seguido a mesma tendência, devido a pesquisas e desenvolvimento empregados nas roças:

A diminuição da área cultivada deixou de representar uma queda na produção, uma vez que os traficantes empregam as mais modernas técnicas agrícolas para aumentar a produtividade. Na Colômbia, surgiram novas variedades da planta de coca que são resistentes a herbicidas. Além disso, têm mais folhas, apresentam um crescimento duas vezes maior do que o das plantas tradicionais e geram uma cocaína muito mais pura e poderosa<sup>14</sup>.

Da mesma maneira, as avançadas técnicas de cultivo acabaram por reduzir a produção da maconha na Colômbia e México, sendo desenvolvida há pouco mais de uma década na Colúmbia Britânica, no território canadense, em uma área de difícil acesso para a fiscalização, onde foi desenvolvida uma nova variedade denominada *B.C. Bud*, em viveiros que mantém condições ideais ao longo do ano, aplicando-se ainda técnicas como a hidroponia e a clonagem, com a maioria das entregas coordenadas através de mensagens eletrônicas garantindo rendimentos que em 2005 chegaram a sete bilhões de dólares.

---

<sup>13</sup> ARBEX JUNIOR; TOGNOLLI, op. cit., p. 38.

<sup>14</sup> NAÍM, Moisés, op. cit., p.70.

À medida que as práticas ilegais interferem na economia e política mundial (inclusive na queda e ascensão de presidentes e líderes), atuando principalmente em Estados considerados falidos ou fracos, onde se podem encontrar facilmente pessoas ligadas ao narcotráfico entre políticos e militares de alta patente, pode-se compreender melhor a maneira como grupos criminosos deixaram de lado organizações fixas, transformando-se em verdadeiras corporações apátridas, sem bases físicas, ainda se favorecendo com as dificuldades das autoridades responsáveis pelo seu combate em atuar fora de sua jurisdição. Em suma:

Nos países em desenvolvimento e naqueles que fazem a transição do comunismo, as redes criminosas freqüentemente constituem o capital investido mais poderoso que confronta o governo. Em alguns países, seus recursos e capacidades até mesmo superam aqueles dos governos. Os traficantes e seus sócios controlam os partidos políticos, dominam importantes meios de comunicação e são os maiores filantropos por trás das organizações não-governamentais<sup>15</sup>.

Enfim, o dinheiro do tráfico é capaz de corromper Estados inteiros, influenciando diretamente na sua política e economia, garantindo aos responsáveis somas cada vez maiores de dinheiro através de um negócio altamente rentável, principalmente quando o Estado não possui condições para combater essa prática e as atividades ilícitas correspondem às maiores movimentações financeiras do país. Mesmo as medidas adotadas para um maior controle sobre a circulação de mercadorias entre os países acabam por incentivar as práticas ilícitas, seja com subornos e influência política nos órgãos reguladores, seja no estímulo financeiro aos que participam da rede de transporte e comércio.

No caso colombiano, a ascensão do narcotráfico acabou por aumentar a fragilidade do governo em manter o controle sobre o seu território. Com o advento de um volume maior de dinheiro ilícito entrando no país e o conflito armado se especializando, as dificuldades em manter o controle e a presença do Estado nas áreas de conflito tornaram-se mais fortes e complexas:

A perda de autonomia da Colômbia na política relativa ao narcotráfico tem custos elevados ao nível social, político e ambiental. Isto porque a erradicação forçada dos cultivos (através de fumigações químicas) e a crescente militarização das operações anti-narcóticos tornam-se um obstáculo claro ao processo de paz<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Ibidem, p.13

<sup>16</sup> FILIPE, Ângela Marques. **Dinâmicas do estado falhado e do conflito na colômbia**: a economia da droga. Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais (CIARI), p. 8. Disponível em: <[www.ciari.org/investigacao/dinamicas\\_estado\\_colombia.pdf](http://www.ciari.org/investigacao/dinamicas_estado_colombia.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2007.

Nesse sentido, percebe-se que embora os grupos insurgentes colombianos, autodefesas (ou grupos paramilitares) e os narcotraficantes sejam considerados inimigos declarados, é inegável que sua ação conjunta resulta em uma maior debilidade política e econômica do Estado colombiano, principalmente no interior do país, não sendo interessante, portanto para nenhuma das forças atuantes (inclusive aos Estados Unidos) a total desarticulação de algum rival, visto os esforços cada vez maiores do Exército colombiano na tentativa de sobrepor-se a essas forças.

Conforme afirma Ângela Marques Filipe, a militarização das ações de combate ao narcotráfico e à insurgência acaba por afastar cada vez mais o país da realidade de um acordo de paz, o que muitos autores também acreditam não ser o objetivo dos Estados Unidos, pois a pacificação colombiana e o combate efetivo ao narcotráfico acabariam por resultar na retirada das tropas norte-americanas da região, visto que estas estariam ali, conforme defende Washington, unicamente para o combate ao narcotráfico mundial e a grupos terroristas ou narco-terroristas (essa nova denominação após os atentados de 11 de setembro de 2001) que se espalham pela região.

## 1.2 OS ESTADOS UNIDOS COMO POTÊNCIA MILITAR, AMÉRICA LATINA COMO QUINTAL

O século XX marcou, além do crescimento e desenvolvimento dos Estados Unidos no campo econômico e militar, a proliferação de ideais norte-americanos como o *Destino Manifesto* que basicamente defendia que os norte-americanos tinham a missão divina de dominar toda a América, assim como a Doutrina Monroe (de 1823, já inspirada pelo *Destino Manifesto* com a síntese “a América para os americanos”, utilizada também por Ronald Reagan em 1986 na sua campanha de combate às drogas), que pretendia proteger a América do colonialismo europeu, ao mesmo tempo em que garantia aos Estados Unidos uma maior proximidade com os países latino-americanos e seus mercados consumidores, a implantação da chamada “política de boa vizinhança” em 1934 por Franklin Roosevelt, com o objetivo de proliferar a cultura norte-americana e combater o avanço do comunismo, substituindo o *Big Stick*, além da Doutrina Truman de 1947, com o compromisso de defender o mundo capitalista da ameaça do comunismo. A “política da boa vizinhança” se traduziria pelo apoio aos ditadores Rafael Leónidas Trujillo na República Dominicana, Juan Vicente

Gómez na Venezuela, Jorge Ubico na Guatemala, Tiburcio Carias em Honduras, Fulgencio Batista em Cuba, bem como à dinastia Somoza na Nicarágua.

A doutrina do Destino Manifesto teria se desenvolvido durante o processo de expansão territorial dos Estados Unidos no século XIX, pregando o expansionismo, baseado na ideologia calvinista da predestinação absoluta, onde Deus escolhe seus eleitos. Tal princípio norteou o processo de compra anexação e tomada de uma grande parcela do atual território norte-americano, sendo posteriormente utilizado nos processos de dominação militar e política dos países latino-americanos, ganhando já na segunda metade do século XX um discurso mais voltado ao econômico, ampliando o campo de atuação dos Estados Unidos para fora das Américas. Considerando toda a simbologia patriótica norte-americana e a religiosidade puritana, é possível identificar a força do *Destino Manifesto* para a cultura do país, visto que Deus é colocado como um elemento unificador da pátria, que dá grande importância aos valores religiosos e à própria religiosidade presente nas instituições, estruturas sociais e políticas do corpo civil estadunidense principalmente com as máximas “*One Nation Under God*” e “*In God We Trust*”, esta última presente em cédulas e moedas de dólar.

A Doutrina Monroe e o Destino Manifesto são vistos como complementares, na medida em que moldou a identidade norte-americana, convencendo seus cidadãos que realmente a América seria de posse dos americanos por direito divino, ou seja, inegável, atuando também como um discurso legitimador da política expansionista do país e ações como o *Big Stick* de Theodore Roosevelt eleito em 1903 (considerado o corolário da Doutrina Monroe, ou seja, “consequência” deste), que previa o auxílio aos demais países americanos, mesmo que estes se negassem a receber, assegurando os interesses econômicos dos Estados Unidos sobre seus vizinhos, atuando como uma espécie de força policial do continente<sup>17</sup>.

Os grandes conflitos em que os Estados Unidos se envolveram no século XX proporcionaram ao país a criação e manutenção de um poderoso complexo militar industrial, que mesmo após o fim da Guerra Fria continuou em atividade, devido à grande lucratividade e ao controle que tal complexo exerce sobre a tecnologia e os demais países do globo, assim como seu poder de decisão no âmbito político dentro dos Estados Unidos. Se durante a Primeira Guerra Mundial as indústrias norte-americanas não se voltaram

---

<sup>17</sup> MIRANDA, Augusto M. A.; RAMOS, André Luiz Araujo. Religião civil, destino manifesto e política expansionistaestadunidense. **Revista Ameríndia**, v. 4, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.amerindia.ufc.br/pdf4/andre.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2008.

exclusivamente para a produção de produtos bélicos, suas lições e as dimensões da Segunda Guerra fortaleceram as grandes corporações e influenciaram a construção de centenas de novas indústrias, muitas voltadas exclusivamente para os esforços de guerra.

Um bom exemplo do aumento da demanda e da economia entre as duas guerras é o da General Motors, que durante a Primeira Guerra teria lucrado com as vendas para o governo cerca de US\$ 35 milhões com suas linhas de montagens operando normalmente enquanto durante a Segunda Guerra os lucros estariam na ordem de US\$ 12 bilhões, com a produção de automóveis (civis) sendo interrompida entre fevereiro de 1942 e setembro de 1945<sup>18</sup>, voltando-se exclusivamente para as encomendas bélicas. Muitas empresas já existentes adotaram esse mesmo movimento de redirecionamento da sua produção, voltando-a à guerra em curso, pela necessidade de suprir as tropas e as garantias de uma lucratividade maior, seja pela compra direta, ou pelos incentivos concedidos pelo governo às indústrias siderúrgicas, de armas, roupas, veículos e equipamentos em geral utilizados nos campos de batalha.

No período entre - guerras, com a crise econômica em 1929, o governo norte- americano teria se afastado de certo modo dos grandes empresários, principalmente com a política do “New Deal” de Franklin Roosevelt, intervindo diretamente na economia do país e financiando programas de caráter social visando principalmente acabar com o desemprego e reestabilizar a economia dos Estados Unidos, através de uma série de programas implementados entre os anos de 1933 e 1937. Porém as informações cada vez mais freqüentes sobre a ascensão do nazi-fascismo e a crescente militarização do Japão logo provocaram a reaproximação entre o governo de Roosevelt e os grandes financistas e industriais, redirecionando os esforços para um novo conflito.

Em pouco tempo, as grandes encomendas por parte do governo passaram a favorecer as empresas de tal forma que em 1941, cerca de 75% do valor total dos contratos de guerra estariam nas mãos de grandes empresas, enquanto as pequenas e médias indústrias seriam sub-contratadas das grandes corporações. A eminência de uma outra guerra, de proporções maiores do que as enfrentadas anos antes, teria contribuído para a construção de centenas de fábricas financiadas pelo governo e vendidas após o conflito para os grandes conglomerados a preços considerados irrisórios<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> MIGUEL, Jair D.; PERRILLO, Eduardo B. F.; SIMÕES, Edson E. Indústria e militarismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Dinâmica da economia mundial**. São Paulo: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2002.

<sup>19</sup> Ibidem.

O processo de militarização norte-americano teria favorecido a aproximação entre indústria, militares e cientistas (responsáveis por estudos e desenvolvimento de novas tecnologias e armas), que tornavam o poder do complexo militar industrial cada vez mais concreto. Mesmo com o fim das hostilidades da Segunda Guerra se aproximando, a produção de caráter bélico (já desnecessária) foi mantida até o final dos contratos estipulados com o governo, que só teria permitido às pequenas indústrias voltarem sua produção para o mercado interno (civil), após o retorno dos grandes conglomerados, provocando assim uma concorrência desigual, escondida e favorecida pelo trabalho de desinformação do público em geral. É nesse período também que o discurso de manutenção de um Exército forte em tempos de paz, em nome da garantia de mais segurança para o país é propagado e desenvolvido com mais veemência, objetivando justificar para a população civil a necessidade da manutenção da indústria bélica e os investimentos no Exército, e de certa forma gerando empregos para os milhares de trabalhadores americanos dessas fábricas. A essa altura os discursos e idéias patrióticas constituíam a base da propaganda norte-americana.

A mídia norte-americana do fim da Segunda Guerra já trabalhava com a idéia de ameaças contra o país, que supostamente seria o próximo alvo de uma eventual guerra provocada pelos antigos inimigos derrotados, ou novos males que poderiam surgir, contribuindo dessa forma para a manutenção do discurso militarista do país. A ascensão do comunismo na Rússia e no Leste Europeu depois de 1945 foi um fator crucial para se construir e propagar nos Estados Unidos a imagem de um novo inimigo, uma nova ameaça à segurança nacional e dessa forma legitimar a manutenção do chamado Estado Militarista:

A justificativa era que os EUA tinham que estar preparados para uma futura guerra. Os militares viraram o jogo por meio do domínio sobre as informações confidenciais de interesse nacional; definiram o comunismo como o grande inimigo a ser enfrentado, justificativa para a corrida armamentista, e articularam eficiente campanha para propagar o temor entre o público e os políticos<sup>20</sup>.

Tais políticas pretendidas pelos militares e as grandes empresas logo ganharam força e a economia continuou a se basear nos esforços de guerra e manutenção da parceria entre as universidades, militares e industriais visando a manutenção do “estado de medo” entre a população e a continuação das atividades (ao invés da desativação) do complexo militar industrial, através da criação de novas tecnologias e armamentos como uma maneira de justificar os gastos cada vez mais exorbitantes.

---

<sup>20</sup> Ibidem, p. 71.

Para Miguel, Perrillo e Simões, o Complexo Militar Industrial norte-americano teria prosperado de tal forma que teria permitido a integração de vários setores da sociedade norte-americana onde as grandes corporações participariam da política, investindo em candidaturas e fechando novos contratos de orçamento para a defesa nacional. O Pentágono possuiria, segundo os autores, autonomia para comercializar com qualquer empresa, sem prestar contas à Casa Branca. Dessa forma, os militares seriam os principais responsáveis pela lucratividade das empresas envolvidas, e muitos seriam inclusive contratados por esses mesmos grupos a fim de garantir a produção, os recursos anuais e a criação de novas necessidades em tecnologia e armamentos, sem se esquecer das pesquisas desenvolvidas nas universidades para fins bélicos, que também recebem financiamento maiores nesse processo, o que segundo os autores teria feito com que a autonomia universitária, cada vez mais, sucumbisse ao peso econômico da indústria da guerra.

Nesse sentido, além da necessidade de se criar novos inimigos para justificar os gastos orçamentários, o Complexo Militar Industrial norte-americano também necessita criar novos conflitos para assim escoar sua produção em tempos de paz, criar tensões entre os norte-americanos e em certa medida testar as novas armas recém-lançadas ou ainda em fase de testes. Durante a Guerra Fria as presenças militares nos países fronteiriços com países socialistas já mostravam o poderoso papel da economia norte-americana, diminuindo os preços no mercado internacional a fim de desestabilizar a economia desses países, além de impor certa dependência tecnológica e científica a esses países através do fornecimento de armamento, informações e tecnologias. Nesse aspecto, a criação da *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (OTAN) em 1949 teria sido de grande importância para a ampliação do domínio norte-americano no leste europeu, seja pela venda de armamentos aos países aliados, ou a manutenção de conflitos.

Nos dias atuais essa dependência possui vários aspectos, seja com transferências gratuitas de armamento para países estrangeiros, financiamento de programas de treinamento ou mesmo a venda ilegal de armas, muitas vezes para os dois lados envolvidos no mesmo conflito. Essa prática acaba por criar uma dependência entre as forças armadas dos demais países, já que as técnicas, armas e tecnologia utilizadas têm origem nos Estados Unidos, que em vários casos cede determinada tecnologia, mas não completamente, podendo assim limitar e controlar os avanços de cada país ou grupo armado. Para os industriais e fornecedores, “uma pequena guerra é sempre bem vinda para os negócios”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Ibidem, p.88.

James Petras classifica esses países como Estados-clientes, que são de certo modo controlados ou influenciados pelos Estados Unidos, através de acordos militares, econômicos, ou mesmo pela intervenção direta em ambas as vias. Tal estratégia teria se concretizado durante o governo de Bill Clinton (1993-2001) que segundo Petras<sup>22</sup>, diferentemente de George W. Bush consultava a União Européia sobre determinadas ações (como a invasão da Iugoslávia) quando sabia que seria apoiado, caso contrário, agia como seu sucessor, pela via direta e unilateral.

Clinton combinava, segundo Petras, a penetração econômica aberta e o recrutamento de novos clientes políticos com a intervenção militar e dos serviços de inteligência, procurando reforçar sua influência sobre regimes em declínio, desestabilizar regimes independentes ou tirar vantagens sobre seus adversários econômicos através de espionagem.

Esse quadro também traz consigo algumas considerações, como o fato de que enquanto as empresas ligadas ao Complexo Militar Industrial lucram cada vez mais, seu financiamento é estatal, portanto gerando um grande déficit orçamentário na economia norte-americana. Outro ponto diz respeito ao encarecimento das armas e a tecnologia empregada, pois se chegou a um ponto em que a funcionalidade, operacionalidade e autonomia das armas desenvolvidas é praticamente a mesma da sua antecessora, mas novas tecnologias empregadas ou criadas para tais armas parece trazer a sensação de que é preciso sempre contar com o armamento mais recente, para que o que se possui não se torne obsoleto caso um confronto venha a ocorrer.

Tal influência também pode ser sentida na OTAN, onde as armas, técnicas e formas de ação aos poucos foram se adequando aos padrões norte-americanos e conseqüentemente aos seus interesses, chegando ao ponto de grande parte do armamento da OTAN ser originário do Complexo Militar Industrial norte-americano: “É a nova visão estratégica dos EUA após a Guerra Fria, reservando para a OTAN o papel de braço armado dos interesses da superpotência hegemônica, expandindo seu campo de ação nos lugares onde a segurança ou os interesses dos seus associados possam sentir-se afetados”<sup>23</sup>.

Ao mesmo tempo em que a indústria bélica norte-americana ganhava força no decorrer do século XX, sua política externa voltava-se para a aquisição de pontos estratégicos, principalmente para o estabelecimento de bases militares na América Latina. A independência de Cuba foi conseguida em 1902 após uma guerra pela libertação da ilha entre

---

<sup>22</sup> PETRAS, James. **Império e políticas revolucionárias na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2002.

<sup>23</sup> MIGUEL, Jair D.; PERRILLO, Eduardo B. F.; SIMÕES, Edson E., op.cit., p. 92.

os Estados Unidos e a Espanha, onde o primeiro, vitorioso, manteve o país como seu protetorado até 1933, quando Fulgêncio Batista assumiu o poder. A base de Guantánamo, que nos dias atuais abriga uma prisão militar, foi construída logo após o término da guerra contra a Espanha, garantindo um ponto estratégico para a ampliação do controle e influência norte-americanos no Caribe. Sobre a política norte-americana aplicada à América Latina, Chomsky afirma:

Somos radicalmente opostos à democracia se seus resultados não podem ser controlados. O problema com as democracias verdadeiras é que elas podem fazer seus governantes caírem na heresia de responderem às necessidades de sua própria população, em vez das dos investidores norte-americanos<sup>24</sup>.

A questão do canal do Panamá também mereceu destaque na geopolítica do século XX, onde após enfrentar uma guerra civil que debilitou a Colômbia terminando em 1903 (a Guerra dos Mil Dias), segundo Russel W. Ramsey<sup>25</sup>, os Estados Unidos propuseram ao senado colombiano o Tratado Hay-Herrán, onde o país receberia dez milhões de pesos, somados a uma determinada quantia anual pelo arrendamento por cem anos de uma faixa de 10 quilômetros no território do Panamá, ainda pertencente à Colômbia.

Visando receber uma oferta maior, o senado colombiano teria se recusado a assinar tal tratado. Com os interesses norte-americanos em evidência, os Estados Unidos teriam apoiado as revoltas populares no Panamá, reconhecendo posteriormente sua independência. Em consequência desse fato, o Panamá recebeu através da assinatura do Tratado Hay Brunau- Varilla de 18 de novembro de 1903, o valor no período de US\$10 milhões pelo controle perpétuo sobre o território onde seria construído o canal ligando os oceanos Pacífico e Atlântico (toda a extensão do canal e uma faixa de oito quilômetros em cada margem, garantindo a soberania sobre essa região), reservando ainda a manutenção de uma guarda permanente norte-americana na área (o Comando Sul). A finalização da construção do canal em 1914 foi de extrema importância para a expansão norte-americana, garantindo uma ligação mais direta e barata entre os portos das costas leste e oeste do país.

A permanência das tropas norte-americanas no Panamá gerou uma série de revoltas provocadas por estudantes e pela elite nacionalista do país, sendo a maioria reprimida violentamente pelos soldados norte-americanos. Com o crescimento do discurso nacionalista panamenho e a aproximação do então presidente Torrijos (Omar Efraín Torrijos Herrera, que governou o país de 1968 até sua morte em 1981), com as Forças Armadas, o governo norte-

---

<sup>24</sup> CHOMSKY, Noam. **O que o tio Sam realmente quer**. Brasília: UNB, 1996. p. 26.

americano (com o presidente Jimmy Carter) teria firmado um acordo em 1977 para a devolução do controle da área do canal ao governo panamenho, gradativamente a partir de 1990, culminando na retirada das tropas norte-americanas da região em 2000. Com a morte do líder Omar Torrijos, o então general panamenho Manoel Antônio Noriega tomou o poder em 1983, governando de forma ditatorial até 1989, quando foi deposto pela invasão norte-americana ao país.

Noriega, que por muitos anos teria trabalhado para a CIA, considerado um dos principais responsáveis pelo caso Irã-Contras na Nicarágua, havia se tornado um general influente no Panamá, assumindo o poder de forma indireta, sendo ainda derrotado nas eleições de 1989, quando a anulou, dando motivos finalmente para que os Estados Unidos invadissem o Panamá em nome da luta contra o narcotráfico. Sobre a chamada operação *Causa Justa* lançada pelo presidente George Bush, Arbex Jr. afirma:

O então presidente dos Estados Unidos, George Bush (pai) alegava que Noriega estava envolvido com narcotraficantes, que estaria desenvolvendo uma política “hostil” aos Estados Unidos e que colocava em risco a segurança de cidadãos estadunidenses no Panamá. Com base nisso, enviou ao país 13 mil *marines*, apoiados por outros 10 mil estacionados em caráter permanente no Canal do Panamá<sup>26</sup>.

O autor ainda afirma que, ironicamente, Noriega estava sendo punido por segu ir à risca as ordens da CIA. Temendo um maior envolvimento, o Congresso norte-americano teria limitado em 1983 a ajuda financeira enviada aos guerrilheiros de direita da Nicarágua, contrários ao governo sandinista (os chamados Contras). Contrariando o Congresso, o então presidente Ronald Reagan desenvolveu juntamente com a CIA novos mecanismos para o financiamento e o armamento dos Contras. Em uma operação encabeçada por Noriega, a CIA teria feito acordos com os cartéis colombianos, que forneciam “narcodólares” para a compra de armamento originário do Irã (já considerado um país inimigo dos Estados Unidos), que seria entregue aos Contras. As acusações de envolvimento entre a agência norte-americana, o narcotráfico e o Irã foram à tona nos anos de 1986 e 1987 pela imprensa do país e confirmadas posteriormente por investigações que mostravam a ligação dessa operação com a participação de agentes da CIA (o principal, John Hull) e o coronel Oliver North, acessor do Conselho de Segurança Nacional, porém as investigações, inclusive com o interrogatório dos envolvidos sendo transmitido em rede nacional não chegou a

---

<sup>25</sup> RAMSEY, Russel W. **Revolución campesina**. Cromos Editores e Impressores, s/d.

<sup>26</sup> ARBEX JUNIOR, op. cit., p. 39.

resultados mais concretos, expondo apenas os métodos da CIA, em uma época em que o governo de Ronald Reagan fazia sua campanha contra as drogas<sup>27</sup>.

A operação *Causa Justa*, teoricamente teria como objetivo o combate ao narcotráfico, resultando na prisão de Noriega, logo mostrou-se como um pretexto para que os Estados Unidos continuassem a controlar o Canal do Panamá, ao mesmo tempo que fortaleciam sua influência e permanência na América Latina. Para José Arbex Jr., a invasão do Panamá com a operação *Causa Justa* criou um precedente para que as tropas norte-americanas invadissem outros países em nome do combate ao narcotráfico. O próximo passo em nome dessa cruzada seria dado anos depois, em 1999 com a criação do *Plano Colômbia*, durante o governo de Bill Clinton.

### 1.3 EUA: A MANUTENÇÃO DE INIMIGOS, CONFLITOS E INTERESSES NA REGIÃO DA AMAZÔNIA INTERNACIONAL

Após a Segunda Guerra Mundial, os discursos propagados nos Estados Unidos logo foram alterados, de um combate ao nazi-fascismo que se espalhava pela Europa aos poucos transformou-se na necessidade de combater o comunismo, que crescia e se difundia pelo globo como uma ameaça à sociedade norte-americana, seus costumes e padrões. Ao mesmo tempo em que a bebida alcoólica e determinadas substâncias eram proibidas no país, seus usuários passaram a ser representados como pessoas hostis, contrárias à cultura e aos costumes puritanos, contaminando a sociedade. A associação gradativa dos inimigos comunistas com as drogas tornou-se algo corriqueiro, principalmente após a política de “caça às bruxas” desenvolvida pelo senador Joseph McCarthy na década de 1950, onde a grande maioria das pessoas acusadas de possuir idéias ou atitudes comunistas, também eram acusadas de uso de alguma substância proibida, como o ópio ou a cocaína.

O Macarthismo possuía em essência a tese de que “insucessos americanos em política externa só se podiam explicar pela infiltração, no aparelho estatal, de espões e agitadores comunistas ou de seus simpatizantes, que lhe solapavam sistematicamente a ação, a fim de permitir a vitória da União Soviética”<sup>28</sup>. Dessa forma, o combate a instituições ou pessoas que de certa forma ameaçavam a sociedade americana ao se comportar ou propagar

---

<sup>27</sup> Ibidem.

<sup>28</sup> BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1998, p. 725.

idéias consideradas comunistas provocou uma série de inquéritos e investigações entre 1950 e 1954, em uma verdadeira onda de temores conspiratórios contra o país.

Com o colapso da União Soviética no início da década de 1990, os Estados Unidos precisavam de um novo inimigo para combater e justificar os gastos da sua indústria bélica, assimilando assim uma nova imagem de mal e ameaça à sociedade. Tal inimigo configurou-se já durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989) no tráfico de drogas, tornando-se a mais nova ameaça à segurança nacional. Ainda na década de 1980, o discurso desenvolvido pelo governo norte-americano dizia que o narcotráfico seria uma guerra revolucionária, financiada pelos soviéticos, a fim de desestabilizar a sociedade norte-americana.

Em abril de 1986, mediante um decreto, o presidente Reagan previu a possibilidade da utilização das forças militares norte-americanas contra o narcotráfico, passando a ser identificado como uma ameaça à segurança nacional. O segundo Documento de Santa Fé, *Uma Estratégia para a América Latina na Década de 1990*, publicado em 1988, ainda estabelecia a clara relação entre a ameaça comunista e o narcotráfico: “El ataque se manifiesta en la subversión comunista, el terrorismo y el narcotráfico”, indicando a presença dessa ameaça em todo o continente:

La red comunista subversiva y terrorista se extiende desde Chiapas en la parte sur de México hasta Chile, haciendo toda la costa del Pacífico, al sur del Río Grande, un escenario de conflicto abierto. Es evidente que la estrategia de conflicto comunista para la región es obtener el poder, o por lo menos, involucrar a las fuerzas de seguridad occidentales en prolongadas operaciones simultáneamente en varios países. La magnitud de esta operación tiene la implicación estratégica de reducir los compromisos futuros de EEUU en el continente euroasiático y aumentar así la capacidad de coerción soviética<sup>29</sup>.

Os chamados Documentos de Santa Fé traçam estratégias para a política externa norte-americana na América Latina. O primeiro desses documentos teria sido publicado em 1980 com o título *Las Relaciones Interamericanas: Escudo de la seguridad del nuevo mundo y espada de la proyección del poder global de Estados Unidos*, o segundo supracitado em 1988, um terceiro, que não teria sido publicado em 1999 e finalmente a última versão, o *Documento de Santa Fé IV: Latinoamérica Hoy*, publicado em 2001. As três versões

---

<sup>29</sup> BOUCHEY, Francis; FONTAINE, Roger W.; JORDAN, David. **Documento de Santa Fé II**: una estrategia para América Latina em la década de 1990. Disponível em: <[www.segundoenfoque.com.ar/hora\\_cambio.html](http://www.segundoenfoque.com.ar/hora_cambio.html)>. Acesso em: 9 jul. 2008

publicadas podem ser encontradas na íntegra, em espanhol, em um site argentino em [www.segundoenfoque.com.ar/hora\\_cambio.html](http://www.segundoenfoque.com.ar/hora_cambio.html).

Os narcotraficantes, que a partir de 1986 tornaram-se oficialmente a nova ameaça à sociedade ocidental, sempre estiveram à margem da lei desde a proibição da venda de substâncias como a cocaína para fins não-medicinais, crescendo à medida que o seu mercado consumidor tornava-se maior e mais exigente, principalmente a partir da década de 1960. Dessa maneira, quando os laboratórios colombianos para o refino das folhas de coca passaram a produzir a cocaína em larga escala, os cartéis colombianos de Cali e Medellín já tinham o conhecimento e a experiência em rotas bem definidas e, de certa forma, seguras para colocar o produto no mercado internacional (principalmente no norte-americano). Logo os lucros criaram verdadeiras empresas de venda e fornecimento de substâncias ilícitas, criando homens poderosos como Pablo Escobar, conforme John Chasteen disserta:

A versão de Escobar da Chicago de Capone foi a cidade colombiana de Medellín, e sua máfia tornou-se conhecida como o cartel de Medellín. O terrível flagelo do dinheiro fácil deu nova energia à violência desenfreada na vida colombiana. Consumidores norte-americanos de drogas ilegais podiam pagar somas vultuosas pelo produto colombiano<sup>30</sup>.

Todo esse poder e influência dos traficantes deveriam ser combatidos para que, segundo as idéias difundidas nos Estados Unidos, essa prática não corrompa a sociedade ocidental e homens como Pablo Escobar não se tornassem símbolos aclamados pela população local, desafiando as investigações e ações dos Estados Unidos no combate às drogas. Escobar logo ganhou fama pela sua audácia (ao esconder uma pista de pouso embaixo de casas móveis, por exemplo) e seu papel na sociedade de Medellín, suprindo necessidades básicas da população local como escolas, hospitais, obras de infra-estrutura, entre outras que deveriam ser garantidas pelo próprio governo local.

Para o governo colombiano, a grande ameaça sempre foram os vários grupos armados que se espalham pelo país desde a década de 1950. Tais grupos, na sua maioria desenvolveram (e ainda desenvolvem) ações e discursos contrários ao governo, mostrando para a população nos seus discursos que os principais responsáveis pelas crises e baixas condições de vida que o país atravessou (e em alguns casos ainda atravessa) com fome e desemprego são os governantes, que ainda se beneficiam com uma política oligárquica e corrupta.

---

<sup>30</sup> CHASTEEN, John Charles. **América Latina**: uma história de sangue e fogo. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 252.

Um grande número desses políticos (entre eles o ex-presidente Ernesto Samper) e outros que em suas campanhas mantinham de alguma maneira ligações com grandes traficantes tornavam-se bom exemplos da corrupção e do grande poder do narcotráfico no país. Investigações mais recentes afirmam que inclusive o atual presidente Álvaro Uribe e políticos que teriam ligações com narcotraficantes e grupos paramilitares<sup>31</sup>, responsáveis por realizar uma série de massacres, agindo principalmente na região da costa norte do país, próspera em grandes propriedades, empresas e petróleo.

Muitos dos chamados “barões da droga” possuem cargos políticos e grandes quantidades de terras na parte norte do país (mais próspera economicamente), sob proteção do próprio Exército ou de grupos paramilitares. As guerrilhas esquerdistas (principalmente as FARC-EP e o ELN) concentram-se na sua maioria no sul do país, onde os grandes proprietários não possuem tanta terra e a presença do Exército é menor. Outro fato interessante é que em muitos casos os “barões da droga” financiam grupos armados para combater as guerrilhas no intuito tanto de diminuir sua influência perante a população local (empregadas em algumas regiões em regime de semi-escravidão no plantio de coca) quanto de buscar aliados entre os governantes, que supostamente poderiam fazer vista grossa no combate às plantações e aos seus laboratórios de refino de cocaína, já que estes estariam auxiliando no combate às guerrilhas.

Para o governo colombiano, a ligação entre as guerrilhas e o tráfico de drogas mostrou-se como algo vantajoso, na medida em que associava seu principal inimigo de décadas atrás ao novo inimigo da sociedade norte-americana, garantindo assim que as verbas e tropas destinadas ao combate do narcotráfico também combatam as guerrilhas. Para os Estados Unidos, a resistência dos grupos guerrilheiros legitima o envio de mais tropas à Colômbia, assim como maior financiamento do conflito e investimento em armas e na sua indústria bélica. A instabilidade na Colômbia acaba por favorecer a intervenção norte-americana no país, na medida em que Washington traça novas estratégias para um maior controle sobre regiões consideradas geopoliticamente importantes, como é o chamado triângulo radical da América do Sul (Venezuela, Colômbia e Equador). Os interesses norte-americanos na Colômbia intensificaram-se a partir da década de 1990, com a declaração (em 1989) do então presidente George Bush de que as drogas se constituíam em um grande problema para os norte-americanos, criando programas (como a primeira versão da *Iniciativa*

---

<sup>31</sup> SEMANA.COM. **Mapa de La Parapolítica em La Costa**. Disponível em: <[http://www.semana.com/wf\\_VerMultimedia.aspx?IdArt=98657&IdMlt=132&Res=Alta](http://www.semana.com/wf_VerMultimedia.aspx?IdArt=98657&IdMlt=132&Res=Alta)>. Acesso em: 2 jul. 2008.

*Andina*) que objetivavam reduzir a entrada de drogas no país, combatendo as roças da coca em áreas produtoras como Bolívia e Peru, legitimando assim a entrada de observadores e do próprio Exército norte-americano em outros Estados da América Latina, além da liberação de ajuda financeira a tais programas:

Efetivamente, a Iniciativa Andina marcou o início do significativo fornecimento de recursos aos países daquela área e selou a reorientação do interesse central dos Estados Unidos na América Latina – do comunismo na América Central para a guerra contra as drogas na Região Andina<sup>32</sup>.

As revoltas e os problemas sociais dos camponeses na Bolívia e Peru ainda mostraram que o combate e a diminuição das áreas destinadas ao cultivo da coca não favoreceu a população, que não conseguiu encontrar culturas alternativas, dificultando ainda mais a vida e a situação dessas pessoas. Ao que tudo indica, a política anti-drogas criada pelos Estados Unidos não combate os traficantes, mas sim pequenos camponeses, provocando ainda mais desigualdades sociais, visto que os grandes traficantes por meio da violência ainda tomam posse das melhores terras, além de possuir grande influência e poder para manter as roças de coca e laboratórios de refino da cocaína intactos.

João Roberto Martins Filho ainda coloca que entre 1990 e 1994 cerca de US\$ 2,2 bilhões em assistência econômica e militar teriam sido transferidos para Colômbia, Peru e Bolívia, a fim de combater as áreas produtoras de drogas. Em 1999, verbas que seriam destinadas para a Polícia Nacional colombiana para o combate às drogas logo teriam sido repassadas para o Exército e sua “nova política” de combate ao narcotráfico. No mesmo ano, expedições militares norte-americanas teriam sido mandadas para a Colômbia (segundo o discurso norte-americano) a fim de auxiliar o governo no combate ao narcotráfico. Nas palavras de Martins Filho:

Não por acaso, o Comitê das Forças Armadas da Câmara dos Deputados dos EUA ressaltava, no relatório que autorizava os gastos militares previstos para o ano fiscal de 2000 (publicado em maio de 1999), que estava preocupado com o papel crescente dos militares norte-americanos nos assuntos domésticos da Colômbia e com o fato de que o treinamento e ajuda propiciados pelo Departamento de Defesa às forças colombianas pudessem ser redirigidos ou utilizados para atividades não relacionadas com o narcotráfico. E concluía dizendo que apoiava a cooperação contínua dos EUA com o governo da Colômbia, a fim de sufocar o fluxo de drogas ilegais para os Estados Unidos, mas permanecia preocupado com a perspectiva de que pessoal militar dos EUA se imiscuísse na guerra civil colombiana<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. As forças armadas brasileiras e o plano Colômbia. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 17.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 18.

No mesmo período, o Exército brasileiro concentrou suas forças em patrulhar a região amazônica, principalmente na fronteira colombiana. Embora os Estados Unidos tenham pressionado o país para que este assumira uma posição contrária às guerrilhas, o governo brasileiro argumenta que este seria um problema interno da Colômbia e ao Brasil caberia apenas patrulhar suas fronteiras, embora tal fato teria contribuído para a aceleração no planejamento e execução do projeto *Sivam* (Sistema de Vigilância da Amazônia). No texto sobre os motivos da implantação do projeto, encontra-se o argumento da necessidade de se proteger a floresta, mas também de manter maior controle sobre a região:

Naquela época [a década de 1980], existiam na região rotas de tráfico de drogas, ocupação desordenada, invasão de áreas indígenas, contrabando, ações predatórias - principalmente de madeiras e garimpos ilegais - e a ocorrência de uma série de outros crimes. Na verdade, com as dificuldades de comunicação e de controle da região, ficava difícil para o governo brasileiro saber a real situação da Amazônia<sup>34</sup>.

Muitos críticos afirmam que o *Plano Colômbia* não seria, portanto um plano visando o estabelecimento da paz, mas sim a manutenção dos conflitos aspirando o maior controle militar norte-americano e o combate aos grupos insurgentes. Para Tamayo, os principais financiadores do narcotráfico seriam os países consumidores, visto que “los Estados Unidos y Europa tienen la grave responsabilidad de ser enormes mercados de consumo de las drogas, pero además, ellos saben que sin los aditivos y sustancias procedentes de sus laboratorios sería imposible el procesamiento químico necesario para obtener la cocaína”<sup>35</sup>.

Algumas correntes defendem que a associação dos grupos insurgentes ao tráfico de drogas serviria ainda para ocultar o fato de que os traficantes teriam ligações com alguns políticos e grandes empresários, conforme afirma Ressealer W. Lee III, “la tesis narco-guerrilla es engañosa, ocultando una realidad más fundamental y más insidiosa: la creciente penetración de traficantes de cocaína de América del Sur en las instituciones políticas y económicas ya establecidas”<sup>36</sup>. Os dois principais grupos insurgentes do país (FARC-EP e ELN) já publicaram inclusive documentos posicionando-se contrários ao tráfico de drogas, que traria mais problemas sociais à população que os grupos dizem defender. Deve-se notar

<sup>34</sup> BRASIL. **Sivam**. Disponível em: <www.sivam.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2008.

<sup>35</sup> TAMAYO, Manuel Salgado. **Falacias y verdades sobre el plan colombia**. Agencia Latinoamericana de Información, 1 nov.2000. Disponível em: <alainet.org/active/993&lang=es>. Acesso em: 7 nov. 2007.

<sup>36</sup> LEE III, Ressealer W. La Conexión Narco-Guerrilla. **Revista Occidental** – Cocaína, Drogas, el Estado y la Economía, p. 51-90, 1992, p. 55.

também que ambos os grupos são atacados por exércitos particulares financiados por traficantes que tentam manter as guerrilhas longe das suas terras, além de buscar legitimidade frente o governo:

The drug barons also believed that joining the Right in the war against subversion they could enhance their status in the eyes of the political establishment. [...] nouveau riche drug barons have become integrated into a significant portion of the economic, if not the political, elite.<sup>37</sup>

A violência colombiana possui várias forças atuantes enquanto a população vive em meio a este conflito. Destacam-se no país pelo menos três grupos antagônicos: as guerrilhas e demais grupos insurgentes (embora estes também possuam diferenças entre si chegando inclusive ao combate direto), o Exército colombiano com apoio financeiro, material e de soldados dos Estados Unidos, assim como grupos paramilitares (vistos como os principais autores de massacres contra a população rural), e finalmente os exércitos financiados pelos “barões da droga” com o intuito de combater as guerrilhas e manter o controle sobre as áreas de cultivo e refino de cocaína. Em meio a este ambiente de guerra civil, novos acordos, novos planos e armas parecem falar mais alto do que o objetivo que o *Plano Colômbia* supostamente estabelecia, de combate à desigualdade, corrupção, desemprego e pobreza no país.

Mais do que buscar soluções para os problemas colombianos e o combate à entrada de drogas nos Estados Unidos, o *Plano Colômbia* parece configurar-se em mais um instrumento para justificar a presença militar dos Estados Unidos na América do Sul e colocar em prática as estratégias do Complexo Militar Industrial no que se refere à manutenção de conflitos em várias regiões do globo a fim de gerar maior lucratividade e dependência dos países envolvidos - seja a dependência técnica e material com o aumento de tropas norte-americanas na Colômbia inclusive de postos de comando dentro do Exército colombiano, seja pela dependência tecnológica do Brasil com o projeto *Sivam*.

A manutenção de um conflito, a criação de um inimigo e o crescente medo provocado pela mídia parece legitimar e colaborar com os altos investimentos em defesa gastos pelos Estados Unidos:

A prosperidade do Estado moderno não se baseia na guerra, mas nos preparativos para a guerra. É essencial possuir um inimigo digno do próprio armamento e dos próprios planos de guerra, e este inimigo precisa personificar o mal. A garantia do futuro histórico da Nação confere à

---

<sup>37</sup> PEARCE, Jenny. *The Dirty War*. **NACLA – Report on the Americas**, v. 23, n. 6, abr. 1990, p. 23.

guerra alto objetivo moral e sua justificativa ética; traidor ou covarde eram os nomes reservados aos críticos das despesas elevadas com defesa<sup>38</sup>.

A violência no país aumenta a cada ano, na medida em que os conflitos entre as guerrilhas, militares e paramilitares (exércitos particulares de traficantes e grupos financiados pelos Estados Unidos a fim de executar tarefas “impróprias” para um exército regular) aumentam. Estima-se que na Colômbia em 1999 tenham ocorrido 402 massacres e este número teria quase dobrado no ano seguinte. Sobre as ações e financiamentos de grupos paramilitares Rosalba Ramírez afirma que “varias empresas privadas como la British Petroleum, participan en la formación de grupos de torturadores, llamados para “militares, que son así muy mal llamados, pues tienen en realidad el apoyo abierto del ejército y de La policía”<sup>39</sup>. Tais massacres teriam como alvos principalmente camponeses que supostamente apoiariam as guerrilhas e grupos indígenas que habitam terras pretendidas por traficantes ou grandes empresas.

O uso de recursos como a imprensa escrita, falada e mesmo o cinema também pode ser visto como uma importante arma para a difusão da idéia de que o narcotráfico seria u ma grande ameaça à sociedade norte-americana, que deveria apoiar as incursões militares de seu país, em busca de liberdade ou de manutenção da paz. Segundo Arbex Jr., tal trabalho da mídia contribuiria para a maior aceitação da população e a ocultação de objetivos mais diretos:

É a melhor maneira de justificar uma estratégia fortemente concentrada no componente repressivo, que preconiza a intervenção militar como meio de combate às drogas. Cria-se um monstro muito mais terrível do que é na realidade, para com isso aplinar o caminho para o envio de tropas para a Amazônia e outras regiões estratégicas do planeta<sup>40</sup>.

Tal atitude já não é tão estranha nos dias atuais, visto que os interesses geopolíticos norte-americanos baseiam-se no controle de áreas petrolíferas (como parte da Colômbia, Venezuela, Iraque...), além do estabelecimento de bases militares nas Américas e determinadas regiões consideradas importantes, interferindo na política e economia desses países, e justificando sua presença nas áreas dos considerados conflitos de baixa intensidade, muitas vezes fornecendo armamento e certificando-se de que tais áreas continuem instáveis.

<sup>38</sup> MIGUEL, Jair D.; PERRILLO, Eduardo B. F.; SIMÕES, Edson E., op. cit., p. 73.

<sup>39</sup> RAMÍREZ, Rosalba. **El genocida plan colombia y algunas de sus mentiras fundamentales**. Disponível em: <[www.rebellion.org/plancolombia/040419rramirez.htm](http://www.rebellion.org/plancolombia/040419rramirez.htm)>.

<sup>40</sup> ARBEX JR., José, op. cit., p.15.

Sobre os interesses norte-americanos em ocupar países considerados estratégicos e o grande investimento enviado, Noam Chomsky afirma:

Atualmente, quando algum país aliado reclama que os EUA não estão enviando suficiente ajuda financeira, não se diz mais “necessitamos dela para conter os russos”, e sim, “necessitamos dela para reprimir o tráfico de drogas”. Assim como a ameaça soviética, tais inimigos fornecem uma boa desculpa para a presença militar americana onde haja atividade rebelde ou outros distúrbios.<sup>41</sup>

Chomsky defende a idéia de que, apoiado pela idéia da necessidade de combate ao tráfico de drogas, os Estados Unidos legitimam suas ações como o investimento e intervenção em determinados países, na tentativa de articular manobras para um maior controle sobre o governo em questão e a articulação aos interesses norte-americanos, como no caso colombiano onde a ajuda financeira e militar dos Estados Unidos “internamente, tem pouco a ver com as drogas, mas muito a ver com a distração da população, aumentando a repressão nos centros urbanos e apoiando o ataque às liberdades civis”<sup>42</sup>, a fim de gerar maior instabilidade interna e a facilidade no controle de um governo pró-americano.

O discurso ambiental também ganha força nesse escopo, defendendo que a biodiversidade e as riquezas naturais como a água doce e substâncias farmacológicas da região amazônica estariam atraindo a atenção de Washington, como uma importante área a ser controlada. Ativistas brasileiros ainda afirmam que as notícias sobre desmatamento da Amazônia estariam sendo propagadas pela mídia internacional a fim de justificar a intervenção internacional nos países amazônicos em defesa de uma preservação ambiental da região.

James Petras ainda chama a atenção para a importância do controle da região andina pelos Estados Unidos, por caracterizar-se em uma área de importância estratégica pela proximidade com o Canal do Panamá, econômica pelas reservas petrolíferas venezuelanas e colombianas e política, pela existência de regimes e grupos opostos à política externa de Washington. Para o autor, os objetivos norte-americanos na região precisam ser conquistados por etapas, por ser uma área instável e que de certa forma pode acabar com a mística da hegemonia norte-americana:

Enquanto as guerrilhas e os movimentos populares representam um sério risco político e social para a supremacia dos Estados Unidos na região, a Venezuela representa um risco diplomático, econômico e político na

---

<sup>41</sup> CHOMSKY, Noam, op.cit., p. 107.

<sup>42</sup> Idem.

“concha” do Caribe e arredores, com sua liderança na Opep e sua política externa não-alinhada. Em termos mais gerais, o triângulo radical pode contribuir para minar a mística da hegemonia invencível dos Estados Unidos, e a idéia de que a ideologia do livre mercado é inevitável<sup>43</sup>.

O argumento de James Petras baseia-se na idéia de que o chamado triângulo radical, representado por Venezuela, Equador e Colômbia constitui-se no principal impasse para um maior controle dos Estados Unidos sobre a região. Na Colômbia, o obstáculo é a grande presença das guerrilhas e sua influência sobre a população de baixa renda, além do pensamento de esquerda entre camponeses e sindicatos, gerando greves durante o governo de Pastrana.

Na Venezuela, o apoio popular a Hugo Chávez e sua política externa avessa à norte-americana também representa um impasse para Washington, assim como no Equador e a força de movimentos indígenas no país como o Conaie, de origem indígena e camponesa que, com a ajuda de militares, derrubou em 2000 o presidente Jamil Mahuad e endossou a posse de Gustavo Noboa. Ainda há de salientar o crescimento de grupos e movimentos indigenistas ou de esquerda em outros países sul-americanos, como o Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Considerando o quadro de instabilidade na América do Sul e a possibilidade de uma crescente mobilização contra as ações norte-americanas, os objetivos de Washington parecem constituir-se primeiramente na eliminação ou enfraquecimento das guerrilhas e o aumento de sua influência sobre o Equador, para dessa forma isolar Hugo Chávez do restante do continente, para a partir dessa etapa provocar a desestabilização interna nesses países e reconsolidar o poder norte-americano na América do Sul.

James Petras ainda admite a dualidade na questão do petróleo, o que de certa forma poderia justificar a cautela dos Estados Unidos em lançar uma intervenção militar sobre a região como um todo, onde os assuntos relacionados ao petróleo acabam por constituir-se em “uma faca de dois gumes: um estímulo para uma política intervencionista (como o *Plano Colômbia*, a intervenção contra a junta popular equatoriana) e um palanque de poder para desafiar a dominação dos Estados Unidos, como demonstrou Chávez”<sup>44</sup>. Ou seja, uma intervenção mais forte por parte dos Estados Unidos poderia ser vista como uma agressão contra a soberania dos países latino-americanos, exaltando os ânimos e os ideais nacionalistas e anti-americanos nos países em questão, dificultando ainda mais a penetração e influência do

---

<sup>43</sup> PETRAS, James, op. cit., p.40.

<sup>44</sup> PETRAS, James. op. cit., p. 42.

norte nessa região, em detrimento dos líderes que defenderiam a soberania de seus países apoiados pela massa popular.

Com o governo de Bill Clinton voltando novamente suas atenções para a América Latina, o processo de reaproximação da política e economia da região possuiu como importante passo a criação e aplicação do *Plano Colômbia*, sob o pretexto de combate ao narcotráfico, que estaria atuando como agente desestabilizador da política, economia e sociedade mundiais. Atuando mais efetivamente no combate às guerrilhas colombianas, que segundo o discurso norte-americano estariam profundamente envolvidas com os traficantes, o plantio da coca e a produção da pasta base da cocaína, a suposta ajuda econômica e militar dos Estados Unidos acabaram por aumentar a insegurança entre os países vizinhos, voltando as atenções à guerra interna colombiana, aumentando proporcionalmente o volume de combatentes, conflitos e violência no país.

A situação instável no território colombiano, o aumento efetivo de tropas e operações militares norte-americanas, os países vizinhos ao conflito foram obrigados a adotar (ou reforçar) suas posturas perante o conflito que aumentava em vários aspectos. No caso do Brasil, o vazio demográfico da região amazônica obrigou o país a reforçar o patrulhamento, o efetivo e avançar no desenvolvimento de projetos como a reativação e modificação do *Calha Norte* e a aceleração no planejamento e execução do sistema de vigilância nacional, o *Sivam*. Tal situação tornou-se ainda pior após os atentados de 11 de setembro de 2001, e a conseqüente cruzada contra o terror do governo de George W. Bush que passou a atuar com mais veemência contra qualquer atitude considerada ameaçadora à soberania norte-americana ou à segurança da sociedade ocidental.

O *Plano Colômbia*, assim como as demais discussões e ações que o sucederam acabou por ampliar uma situação de conflito estritamente colombiano, com profundas raízes históricas, englobando um montante muito maior de investimentos, tecnologia, armamentos, homens e violência, reorientando ainda as preocupações dos países fronteiriços com a possível ampliação do conflito em território não-colombiano e a possibilidade da intervenção militar norte-americana nos Estados onde o conflito extrapolaria a fronteira política com a Colômbia.

## **CAPITULO 2**

## O QUADRO COLOMBIANO E SEUS ATORES ARMADOS

Ao longo do século XX as FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia–Exército do Povo) tornou-se um dos grupos armados mais significativos da contemporaneidade devido tanto ao seu tempo de atividade (sua fundação oficial data de 1964) como pelas discussões e situações que surgiram em torno da violência, do narcotráfico, da presença norte-americana e dos demais grupos guerrilheiros no país. Nesse sentido, as informações veiculadas desempenham um papel importante tanto no âmbito da compreensão do processo de uma maneira mais ampla quanto na produção de imaginários sociais, releituras de fatos e informações com o objetivo de deturpar o modo como o inimigo declarado é visto.

Jean-François Sirinelli chama a atenção à necessidade de uma abordagem sócio-cultural, que permite levar em conta na análise política, o passado e a marca da memória em um grupo ou sociedade. Segundo o autor, pertencer a um mesmo grupo é partilhar um mesmo conjunto de idéias, aceitando uma visão coletiva de mesmo passado e as mesmas esperanças que constroem uma única noção de futuro. Sirinelli argumenta que cada grupo social tem uma idéia formada de seu passado, e esta muitas vezes não reproduz fielmente os fatos ocorridos nesse passado, pois essa nova leitura é de certo modo distorcida, alterada de acordo com o que se passa no presente, assim como a concepção de um futuro ideal a ser conquistado por esse grupo.

Segundo Sirinelli, a visão que um grupo tem do seu passado é essencial, pois é através dessa leitura (que a princípio já pode ser considerada parcial, modificada ou manipulada para melhor adequar-se ao discurso presente e seus objetivos) que a comunidade vive seu presente e molda a representação do seu futuro, suas pretensões e esperanças. Nesse contexto, as representações coletivas e os imaginários sociais misturam-se, tornando-se essenciais para a análise e compreensão dos motivos pelos quais regimes ou determinadas ações são legitimados ou não pela sociedade ou determinado grupo, desde que tal análise seja devidamente reinserida no contexto histórico em questão. Ao identificar o discurso de um grupo como as FARC-EP, ficam mais evidentes as decisões tomadas internamente, assim como suas reações (de aceitação ou repúdio) a outras idéias e fatos, pois é através desses elementos que o grupo define sua identidade, sua história e seus próximos passos.

Bronislaw Baczko analisa mais profundamente a idéia de construção e manipulação dos imaginários sociais como determinantes para a legitimação de um regime ou de um governante no poder. Baczko retoma o discurso de Maquiavel em “O Príncipe” ao

defender as ligações entre a manutenção do poder e controle do imaginário, onde governar significa fazer com que o povo acredite, veja aquele governante como legítimo, colocando a idéia de que o que leva o homem (súditos, governados) a agir é “o coração”, ou seja, suas paixões e desejos, cabendo a que detém o poder construir ou modificar esse discurso e controlar seus governados através da manipulação de seus desejos, símbolos e ilusões, em resumo “o poder deve apoderar-se do controle dos meios que formam e guiam a imaginação colectiva”<sup>45</sup>.

Por outro lado, Baczko também dá ênfase ao imaginário social construído pela população ou determinados grupos menores dentro dele, onde os valores, desejos e objetivos colocados visam o bem-estar dessa população, que também deve ser absorvido, compreendido, aceito pela sociedade para se conseguir legitimidade e apoio para, por exemplo, a permanência de determinado grupo no poder ou para a realização de mudanças ou revoluções propostas por outros grupos: “fazer a revolução implica necessariamente abrir-se ao imaginário que ela produz, partilhar os mitos e as esperanças que dela brotam, vive-la em um momento único em que *tudo se torna possível*”<sup>46</sup>. Em outras palavras (e neste caso aplicando-se à situação colombiana) mesmo grupos insurgentes como as FARC-EP necessitam de apoio popular, legitimidade para suas ações, desenvolvendo um discurso que evidencie as dificuldades que passa a população, construindo uma imagem de futuro baseado nas idéias e esperanças desse povo.

Para Baczko, a permanência no poder e legitimidade frente a sociedade só se consegue controlando o imaginário social, construindo um discurso que as pessoas acreditem ser uma saída para as situações difíceis ou para se manter o *status quo*. Portanto, todo poder deve impor-se como legítimo, mas para isso precisa controlar (ou melhor, manipular) os sentimentos da sua população, assim como atribuir ao seu discurso elementos que passem a idéia (ou a ilusão) de que os detentores do poder governam baseados nas necessidades e interesses dessa população, incorporando a esse mesmo discurso suas relações simbólicas e seus ideais de futuro e vida melhor.

Devido à força e a visibilidade obtidas, tornou-se corriqueiro na Colômbia o fato de dar crédito às FARC-EP a qualquer atentado, massacre ou conflito armado que ocorra no país (principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990), desconsiderando a existência de dezenas de outras guerrilhas ou grupos armados que também atuam no cenário colombiano, com reivindicações, características e idéias distintas (e muitas vezes contrárias) às FARC-EP,

---

<sup>45</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Eunaudi**, v. 5, 1985. p. 302.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 303.

deixando para segundo plano a atuação, por exemplo, das *Autodefensas Unidas de Colombia*, a AUC, conhecida pela extrema violência aplicada a simpatizantes das guerrilhas de esquerda e atuação dos seus “esquadrões da morte” contra civis. Na fronteira brasileira com a Colômbia, durante algum tempo e conforme veiculado por determinados meios de informação, qualquer pessoa fardada vista nas proximidades das divisas é logo considerada integrante das FARC-EP, que estariam planejando a invasão do país ou refúgio em território brasileiro, ou mesmo a instalação de redes de narcotráfico no Brasil.

Um dado interessante é que os jornais colombianos, intelectuais pró-governo ou mesmo norte-americanos sempre se referem ao grupo simplesmente como FARC, embora o grupo tenha adotado oficialmente a sigla EP em 1982, ano em que consideram importante devido às ações e idéias que o grupo assumiu neste ano, autodeclarando-se “*Ejército del Pueblo*”, na tentativa de aproximar-se mais da população e combater as acusações de se constituírem de narcotraficantes, assassinos e bandidos em geral.

Nesse aspecto, é importante notar a maneira segundo a qual os fatos são narrados pelos diferentes grupos que se enfrentam, assim como a linguagem e os objetivos presentes nos discursos. Cabe-nos aqui analisar a maneira com que as FARC-EP interpretam e repassam determinados fatos, legitimando assim seu passado e sua luta, como se fosse uma apropriação da memória e releitura do passado, criando-se assim um “passado em comum” que identifica e une os integrantes de determinado grupo social e aproxima, neste caso, a guerrilha da população.

Com o passar do tempo a guerra civil colombiana acabou ganhando proporções antes inimagináveis, na medida em que os conflitos se desenvolviam e fatores históricos e sociais eram reforçados por novas questões, além do surgimento ou fortalecimento de distintos grupos armados. A partir da década de 1990, quando o narcotráfico e forças externas como os Estados Unidos passaram a interferir com mais veemência (direta ou indiretamente) no conflito. Os altos investimentos em armamentos passaram a ser uma regra básica para a sobrevivência dos grupos insurgentes, visto o grande poderio que as forças rivais poderiam receber com os dólares do tráfico e dos Estados Unidos.

Para tanto, torna-se necessário uma breve explanação sobre as principais forças atuantes na Colômbia na década de 1990, sem deixar de lado as raízes históricas de cada grupo e seus ideais, mostrando um panorama de conflito complexo, com o narcotráfico e os Estados Unidos atuando como agentes potencializadores e desestabilizadores dos conflitos realizados até então no país. Juntamente com as FARC-EP, outros grupos armados também atuam no país, sendo afetados pelos chamados fatores desestabilizadores citados acima. Entre

os atores armados, além das FARC-EP, destaca-se a trajetória (quase contemporânea a essa primeira) do Exército de Libertação Nacional (ELN) e as autodefesas contrárias às guerrilhas, condensadas na AUC, que na década de 1990 conquistou espaço e poder no cenário em questão.

## 2.1 O ESTOPIM: JORGE ELIÉCER GAITÁN

Para se compreender melhor os motivos de um grupo armado como as FARC-EP ainda estar ativo até os dias atuais, é necessário contextualizar o surgimento das guerrilhas na Colômbia e a situação em que se encontrava o país no momento em que esses grupos se formaram. Para tanto, seria preciso voltar aos fatos que levaram o país a uma verdadeira guerra civil em 1948, cerca de dezesseis anos antes do nascimento oficial das FARC-EP. O período de guerra civil conhecido como *La Violencia* (1948-1956) teve como estopim o assassinato de um grande líder popular colombiano: Jorge Eliécer Gaitán.

O quadro político colombiano se configurava, no período, em um sistema bipartidarista, embora entre seus líderes as disputas ideológicas já não eram tão fortes quanto nos primeiros anos pós-independência. Combatendo essa espécie de “comodismo” presente entre os liberais e conservadores do país, o discurso voltado às massas de Gaitán logo ganhou grande apoio popular.

Filiado ao Partido Liberal, Gaitán não poupava a oligarquia colombiana de ambos os partidos nos seus discursos ao público, direcionando-lhes sérias acusações e críticas. Em pouco tempo Gaitán já era visto pela população (principalmente nas áreas próximas a Bogotá) como o próximo presidente colombiano, o que constituiria em uma séria ameaça aos líderes de ambos os partidos, caso Gaitán pretendesse colocar em prática o que dizia em seus comícios. O Partido Liberal decidiu apoiar a candidatura de Gabriel Turbay para as eleições de 1946. Gaitán, contrariando o partido, também lançou sua candidatura, provocando uma cisão entre os votos dos liberais, dando a vitória a Mariano Ospina Pérez e o Partido Conservador. Depois de dezesseis anos de governo liberal, os Conservadores voltavam ao poder com cerca de 523 mil votos, 200 mil a menos do que os votos dos dois candidatos liberais somados (Turbay com cerca de 401 mil e Gaitán com aproximadamente 332 mil)<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> BERSTEIN, Harry. *Venezuela & Colombia*. New Jersey: Prentice Hall, 1964, p. 137.

Gaitán ganhou fama entre os trabalhadores do país inicialmente por defender os funcionários no ataque e protestos contra a norte-americana *United Fruit Company* em 1928 e posteriormente por propor reformas sociais na legislação do país, afirmando que as oligarquias exploravam as massas de trabalhadores colombianos. Devido ao seu grande apoio entre as massas e o apoio do Partido Comunista Colombiano (nesse período ainda ilegal), Gaitán teria se transformado para seus adversários de liberal de centro -esquerda para comunista, embora ele nunca tenha se declarado como tal. Sobre os atos de Gaitán, Harry Berstein escreve:

He grew so prominent as to be fighting the Conservatives from 1942 to 1948. He had great oratorical and demagogic appeal for the masses. Ambitious, able, popular as much because of his promises as for his speaking ability, Gaitán was the major postwar figure of the left<sup>48</sup>.

Gaitán possuía uma oratória invejável e grande presença diante das massas, gerando grandes entusiasmos, o que alguns autores chegaram a identificar como “populismo gaitanista”. Dentre seus críticos, há os que o coloca como um admirador de Mussolini e um demagogo que “falava como Hitler” às multidões (Nas palavras de Berstein: “a ‘demagogue’ who ‘talked like Hitler’, a political leader of loose promises or a vociferous enemy of the whealty oligarchy”<sup>49</sup>), embora Gaitán tivesse grande presença perante as multidões em seus discursos como Hitler ou mesmo Juan Perón (com quem também foi comparado), as demais analogias parecem não passar de generalizações ou ataques pessoais.

Gaitán ainda é visto nos dias atuais por muitos colombianos como um homem honesto e defensor dos interesses das massas. Seu suposto assassino Juan Roa Sierra (que investigações posteriores o classificaram como admirador de Gaitán) teria disparado três tiros contra seu ídolo, sendo perseguido e assassinado pelas pessoas que teriam presenciado a cena momentos depois do fato, embora nenhuma testemunha tenha realmente o visto efetuar os disparos, a versão mais aceita nos dias atuais é que Gaitán teria sido assassinado a mando da oligarquia conservadora, embora sua morte também fosse pretendida por alguns setores dentro do Partido Liberal.

Segundo documentos das FARC-EP, Gaitán “preocupaba a La burguesia conservadora tanto quanto la liberal y hasta a la CIA que fue precisamente quien planeó su asesinato”<sup>50</sup>. Nesse discurso já se percebe a tendência esquerdista do grupo, assim como a

<sup>48</sup> Ibidem, p. 138.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> FARC-EP. El dolor que se convierte em Ira: Jorge Eliécer Gaitán. Disponível em:

tentativa de colocar indícios da presença ou interesse norte-americano no país, incorporando assim a idéia de que o “invasor” do presente teria sido o responsável pela morte de um herói nacional.

A teoria de que agentes da CIA teriam sido os responsáveis pelo assassinato de Gaitán é defendida também por sua filha, Gloria Gaitán, embora na data em questão, aos norte-americanos não interessava a eclosão de conflitos em Bogotá, visto a realização da 9ª Conferência Internacional dos Países Americanos com a presença do secretário de Estado norte-americano George Marshall e o Congresso Latino-americano da Juventude, com a presença de Fidel Castro (estudante, com 21 anos de idade, na qualidade de representante da Federação de Estudantes Universitários, a FEU), com quem Gaitán iria se encontrar na tarde em que foi assassinado. Anos mais tarde, os Estados Unidos teriam atribuído o assassinato de Gaitán a interesses comunistas vindos de Moscou, ou mesmo a ações do próprio Fidel Castro.

O fato é que o assassinato de Gaitán nas ruas de Bogotá em nove de abril de 1948 gerou uma grande revolta popular que pedia pela derrubada de Mariano Ospina Pérez. O conflito com a polícia nacional, na tentativa de acabar com os saques e incêndios teria provocado um saldo de centenas de mortos (embora algumas fontes indiquem três mil mortos em um dia em Bogotá e cidades vizinhas). O fato, conhecido como Bogotazo mobilizou grande parte da população de Bogotá e se espalhou por outras cidades colombianas, vilas e estradas também com saldos desastrosos (devido também ao fato de que alguns líderes liberais das revoltas teriam tentando voltar atrás e acalmar os ânimos da população, segundo fontes como as FARC-EP, em troca de cargos políticos).

As revoltas e os conflitos inauguraram o período conhecido como *La Violencia*, que teria resultado em cerca de 300 mil mortes entre 1948 e 1958 (embora haja discordâncias sobre esses números). Em pouco tempo a violência teria absorvido as disputas políticas entre as pessoas, visto que a polícia agia sob o comando do Partido Conservador (da situação) enquanto a maioria dos que protestavam contra o assassinato de Gaitán eram simpatizantes dos Partidos Liberal e Comunista. Para as FARC-EP, a oligarquia conservadora teria mandado atacar e acabar com qualquer manifestação considerada perigosa contra o governo.

É nesse contexto que surgiram os primeiros grupos armados do país. A primeira autodefesa seria formada em 1949 em Chaparral (departamento de Tolima) “como respuesta a la política de sangre y fuego del régimen” onde “‘Pájaros’ y ‘Chulavitas’

sembraban la muerte en el país”<sup>51</sup> (é importante notar que posteriormente o termo pájaros referente aos primeiros bandos criminosos será usado para se referir aos guerrilheiros das FARC-EP, enquanto o termo galinazos será usado como referência aos grupos paramilitares).

Muitos dos grupos armados que se formaram nesse período eram constituídos por criminosos e mercenários, enquanto outros eram formados por pequenos agricultores com o objetivo de defender as suas terras de possíveis invasores. A violência no campo e na cidade cresceu e logo ser simpatizante de um dos partidos se tornou motivo para ser assassinado ou se tornar assassino de alguém que simpatizasse com o partido oposto.

Segundo a visão das FARC-EP, os conservadores teriam comandado os massacres por todo o país, inclusive na zona rural para eliminar as ameaças de Ospina Pérez perder a presidência. É nesse contexto que teriam surgido as primeiras autodefesas, que logo se constituiriam nas primeiras guerrilhas organizadas do país.

## 2.2 VIOLÊNCIA E RAÍZES DAS FARC-EP

Com o país atravessando uma verdadeira guerra civil, em 1950 Laureano Gómez assumiu a presidência da Colômbia (Gómez foi candidato único, já que seu concorrente, o liberal Dario Echandía foi obrigado a renunciar após denúncias de que estaria envolvido no assassinato de Gaitán). Nas tentativas de se acabar com os conflitos que se tornaram mais intensos na planície oriental (*llanos orientales*) e nas montanhas, o então presidente ordenou que o exército agisse com mais veemência contra os grupos armados. Para as FARC, Gómez é visto como o mais bárbaro dos presidentes colombianos (“el peor de los godos”) por reduzir as liberdades civis, sindicais e da imprensa teria comandado um massacre contra a população colombiana principalmente nas áreas rurais.

Com o afastamento de Gómez por problemas de saúde em 1952, seu substituto interino, Roberto Udaneta Arbeláez teria continuado a enviar tropas a fim de “pacificar” as regiões em conflito. Em 1953 o comandante do Exército Gustavo Rojas Pinilla assumiria o país após um golpe militar, segundo o colombiano Alfredo Molano apoiado pelos dois partidos colombianos e por Washington:

---

<sup>51</sup> Idem. Cronología de las FARC-EP. Disponível em:  
<<http://www.farcep.org/aniversario/especial40aniv/crono.html>>.

Backed by Washington's National Security Doctrine and a \$170 million U.S. loan, Rojas Pinilla began bombing guerrilla and opposition peasant positions. The guerrilla movement tried to dig in and hold out in the highlands, but was ultimately forced to retreat to the jungles of the Andean foothills.<sup>52</sup>

Molano, assim como outros autores, considera os ataques praticados pelo Exército colombiano, a Polícia Nacional e posteriormente as tropas norte-americanas como responsáveis diretos pela força do discurso dos grupos insurgentes entre a população do campo, visto que estes, mais próximos dessas pessoas, estariam agindo em conjunto a fim de se defender das ações de um governo violento e repressor. Devido também às suas raízes militares, a partir do governo de Pinilla, as agressões às autodefesas assumiram um caráter mais direto e efetivo.

Com a maioria das autodefesas apoiadas por lideranças de orientação comunista, uma resposta encontrada pelo Exército foi considerar tais grupos como inimigos diretos do Estado. Um ataque realizado contra um bando armado em Villarica teria provocado entre a população da região o surgimento de novos grupos considerados importantes para a formação das FARC-EP.

Após esse ataque, teriam se formado os comandos de *Guayabero* e *El Pato*, que logo passaram a agir junto com os grupos de *Riochiquito*, *Símbula* e *Marquetalia*, já dirigido por Jacobo Prías e Manuel Marulanda Vélez. Nesse período as autodefesas já parecem agir com certa autonomia, além de possuir comandos mais ou menos organizados, embora ainda fossem carentes em recursos, armamentos, alimentação, planejamento, entre outros fatores, ou seja, as primeiras autodefesas colombianas constituíam-se de grupos precariamente equipados, formados na sua maioria por civis rurais, objetivando uma maior proteção com a ação em conjunto.

Em um bom número de textos das FARC-EP, é possível notar a idéia de que as autodefesas se desenvolveram como uma resposta aos freqüentes ataques das forças comandadas pelo governo, fazendo parte do imaginário do grupo por um longo período, defendendo que o governo e a opressão teriam obrigado os camponeses a pegar em armas e se organizar para sua própria sobrevivência, sendo evocada sempre que o governo lançada algum ataque mais forte contra os grupos insurgentes.

Tal idéia também é discutida em um texto do colombiano Eduardo Pizarro Leongómez que mostra que em vários momentos em que as autodefesas e posteriormente as

---

<sup>52</sup> MOLANO, Alfredo. **The evolution of the FARC**. Disponível em: <<http://www.icdc.com/~paulwolf/colombia/molano.htm>>.

guerrilhas encontravam-se enfraquecidas, os ataques do governo tratavam de fortalecê-las, dando novo fôlego perante a população, legitimando sua luta de defesa frente um governo, segundo as FARC-EP, injusto e contrário ao povo. Apoiado na idéia de historiadores como Pierre Gilhodès, Leongómez escreve: “Las autodefensas campesinas de influencia comunista se habrían mantenido como tales y, probablemente, con el correr del tiempo se hubieran extinguido lentamente”<sup>53</sup>, ou seja, para Leongómez o discurso das guerrilhas faz sentido na medida em que culpa as ações repressivas do governo como responsáveis pela violência e fortalecimento dos grupos insurgentes.

Em 1957, uma junta militar derrubou o então ditador Pinilla do poder, estabelecendo o cessar-fogo entre as tropas do governo e os demais grupos armados. A proposta de anistia de Pinilla resultou, a curto prazo, na deposição de armas de um grande número de grupos que atuavam principalmente na zona rural do país. Uma promessa de financiamento para o cultivo de novas lavouras (com sementes, ferramentas e máquinas agrícolas) teria sido mais um passo para o processo de pacificação da população do campo, que constituía um grande número dos grupos armados.

É também em 1957 que foi fundado o que as FARC-EP chamam de *Movimiento Agrário de Marquetalia*, segundo eles um grupo de camponeses reunidos para sua própria subsistência, embora o grupo de Marulanda fosse um dos poucos que não entregaram suas armas sob o pretexto de defender os agricultores de possíveis grupos de assaltantes. Mesmo após o cessar-fogo, alguns grupos mais violentos (os chamados “pájaros”) continuavam na ativa praticando assaltos e assassinando famílias para tomar suas terras e vender a grandes proprietários locais.

A junta militar ainda teria instituído a política da *Frente Nacional*, onde os dois partidos se alternariam no poder a fim de não gerar mais disputas entre seus seguidores. As guerrilhas colocam esse fato como mais uma agressão contra a população, visto que as elites continuavam no poder e o povo mesmo votando não conseguiria eleger seu presidente. O liberal Alberto Lleras Camargo foi o primeiro presidente eleito pela *Frente Nacional*, que perdurou até 1974, tendo concedido nesse período o poder a dois presidentes de cada partido.

Com o governo da *Frente Nacional* instaurado e o fracasso da ajuda prometida aos camponeses para a resstruturação das culturas alimentares no campo, logo as autodefesas voltaram a crescer com a insatisfação popular, dessa vez com maior apoio de

---

<sup>53</sup> LEONGÓMEZ, Eduardo Pizarro. **Marquetalia**: el mito fundacional de las FARC. Periodico de La Universidad Nacional de Colômbia. Disponível em: <unperiodico.unal.edu.co/57/03.htm>. Acesso em: 27 jul. 2005.

lideranças comunistas. No início de 1960 o assassinato de Jacobo Prías (conhecido também como “el Charro Negro”), um importante líder comunista entre as autodefesas provocou a mobilização de outros grupos armados, principalmente o grupo de *Marquetalia*, sob a liderança de Marulanda. As FARC-EP consideram o assassinato de Prías a mando do governo colombiano como o estopim que teria desencadeado a revolta popular na região e a reorganização de grupos que logo dariam origem às FARC-EP, onde mais uma vez uma agressão do governo teria os obrigado a pegar em armas.

Em 1962 com a posse do conservador Guillermo Leon Valencia na presidência e o apoio norte-americano para o combate a focos comunistas nos Estados latino-americanos, o Exército teria recebido a ordem de atacar o movimento de *Marquetalia*. A resistência dos que defenderam o local logo aumentou a fama e a força do grupo na região, sendo tal fato exaltado inclusive nos dias atuais a fim de mostrar aos novos guerrilheiros a garra dos que lutam pela sua causa. No ano seguinte, dezesseis camponeses teriam sido assassinados no Canyon de La Troja, em Natagaima (departamento de Tolima). O suposto massacre teria provocado a formação do grupo *26 de Setiembre*, que também se levantou contra o governo.

### 2.2.1 Marquetalia: o Ataque, o Mito Fundador e o Desenvolvimento do Grupo

O ano de 1964 tornou-se então um momento chave para a guerrilha. É no episódio do ataque a *Marquetalia* que se encontra grande parte dos ideais e motivação das FARC como um grupo armado coeso. A memória do ataque configurou-se no mito fundador do grupo, conhecido por qualquer integrante como o dia eu que o governo cruel, violento e subordinado aos Estados Unidos pretendeu eliminar os camponeses de *Marquetalia*. Todo o imaginário construído e reinterpretado em *Marquetalia* dá uma noção de passado em comum, partilhado, além da legitimidade para sua luta no presente.

Com informações sobre um possível ataque, em 11 de abril de 1964, a mando do Partido Comunista foram enviados para *Marquetalia* Hernando González da Costa e Jacobo Arenas (que posteriormente se tornaria um dos mais carismáticos e importantes líderes do grupo) a fim de orientar os homens que ali estavam e ajudar na resistência do acampamento.

A data exata considerada como fundação do grupo é a do primeiro ataque ao acampamento, realizado em 27 de maio de 1964, sendo o primeiro dia de um confronto que teria durado semanas.

Em um ambiente de Guerra Fria, os Estados Unidos adotaram políticas mais rígidas ao impor seu poderio militar a qualquer ameaça comunista nos países latino-americanos, objetivando afastar as ameaças vindas da União Soviética das áreas que deveriam ser consideradas de controle norte-americano. As intervenções norte-americanas na região já datavam de antes da Guerra Fria como a independência do Panamá (antes território colombiano) e controle sobre o canal em 1903.

O ataque a *Marquetalia* teria recebido apoio de aviões norte-americanos que bombardearam o local. Tal cooperação fazia parte do chamado plano LASO (*Latin America Security Operation*) que visava combater qualquer ameaça comunista na América Latina. Com base nesse plano, o governo colombiano classificou o grupo de *Marquetalia* como uma das mais fortes Repúblicas Independentes que estariam tentando se instaurar no país, com um forte viés comunista.

As chamadas Repúblicas Independentes seriam formadas na sua maioria por camponeses oriundos das primeiras autodefesas, que se recusavam a aceitar a legitimidade do governo da *Frente Nacional*. O caráter comunista dessas comunidades era, para o governo colombiano e para os Estados Unidos, possíveis focos comunistas que, caso prosperassem, se constituiriam como uma ameaça que se espalharia por toda a América Latina. Seriam “bolsões comunistas” brotando dentro do território teoricamente capitalista.

Nos seus textos sobre seu próprio passado, as FARC-EP afirmam que *Marquetalia* seria apenas uma associação de camponeses organizados, portanto não seria a suposta décima sexta República Independente, visto que estas estavam espalhadas pelo país de maneira aleatória, porém outros autores como Alfredo Molano afirmam que *Marquetalia* seria realmente a mais forte das Repúblicas Independentes no território colombiano.

O fato é que no período, o grupo reunido em *Marquetalia* já possuía certa força como grupo de resistência ao governo, possivelmente o mais importante do país. A associação dos camponeses de *Marquetalia* às Repúblicas Independentes seria vantajosa, pois permitiria a intervenção de tropas norte-americanas no conflito. A extrema violência e os números do combate acabaram por enaltecer a luta. Segundo um texto das FARC-EP:

Fue éste el mayor operativo militar llevado a cabo hasta el momento en Colombia. La resistencia armada se fortaleció para repeler semejante agresión, durante meses un pequeño y valeroso grupo de 48 hombres

dirigidos por Manuel Marulanda Vélez se transforma en guerrilla móvil, enfrentándose a un poderoso arsenal bélico conformado por 16 mil soldados del ejército colombiano dotado de los más altos pertrechos y la mayor tecnología<sup>54</sup>.

A violência aplicada, a dificuldade de se tomar o lugar e a resistência dos poucos que sobreviveram ao combate deu grande força à causa de *Marquetalia* e seus líderes contra o governo, tornando-se posteriormente um forte símbolo e exemplo de luta entre os combatentes:

La desigualdad entre los oponentes, la injusticia producida en un hecho de semejante envergadura dio como respuesta el repudio de gran parte de la sociedad colombiana, las ciudades comenzaron a mostrar su indignación, las paredes eran testigos del repudio ya que aparecían escritas con fuertes consignas reprobando los hechos.<sup>55</sup>

Nesses dois trechos escritos pelas FARC-EP, pode-se notar o caráter heróico dos que resistiram a um combate considerado covarde contra poucos camponeses. No segundo trecho evidencia-se mais ainda o caráter mobilizador do fato, onde a sociedade teria se colocado em favor dos injustiçados, colocando-se contra o governo. Esse tipo de linguagem é marcante e já mostra como o fato reinterpretado pode ganhar força em significados, pela proximidade das guerrilhas à população mais carente, que acredita que a luta armada pode ser uma alternativa para garantir melhores condições de vida, já que o governo não pode realizar.

Nesse contexto de construção de imagens para a população e a criação de imaginários sociais que coloquem essa população do lado da guerrilha, a produção cultural dos guerrilheiros mostra-se como mais uma importante arma. Mais do que documentos oficiais do Estado Maior Central, discursos ou comunicados à população, a produção cultural parece aproximar mais a população com o guerrilheiro, expressando seus sentimentos, sonhos e relatos da sua realidade em textos de caráter literário e canções espalhadas nas áreas próximas aos acampamentos da guerrilha.

O as operações realizadas pelo Exército mostraram-se incapazes de tomar *Marquetalia* e seus fracassos frente a opinião pública trouxeram mais força e experiências ao grupo: “Su nueva concepción de lucha contra guerrillera no pudo contra la incipiente guerrilla ni contra la voluntad del pueblo que repelía esos ataques”<sup>56</sup>. Novamente é possível notar a idéia de que o grupo resistente seria uma representação do povo. O documento, porém não

<sup>54</sup> FARC-EP. **Ataque que transciende fronteras: marquetalia**. Disponível em: <[www.farcep.org/aniversario/especial40aniv/03.html](http://www.farcep.org/aniversario/especial40aniv/03.html)>.

<sup>55</sup> Idem.

mostra que após três semanas de combates, os 48 sobreviventes de *Marquetalia* se retiraram enquanto o Exército finalmente tomava o local, inaugurando uma nova etapa onde as autodefesas converteriam-se em guerrilhas móveis, ao que tudo indica mais amadurecidas no que se refere à suas ações e idéias frente o governo.

No imaginário difundido dentro do grupo, os sobreviventes de *Marquetalia* teriam realizado uma manobra estratégica, passando a atuar imediatamente como uma guerrilha móvel enquanto os soldados avançavam sobre o acampamento, ou seja, para os guerrilheiros, na invasão do acampamento não houve a vitória das forças ofensivas, nem a retirada dos que restaram, mais sim um ato de bravura na resistência dos ideais populares, mudando subitamente a forma de agir do grupo.

No fim de julho de 1964 teria ocorrido a fundação do *Programa Agrário de Marquetalia*, já com pretensões de se chegar ao poder central pela via armada, como única alternativa deixada pelo governo, pois segundo os guerrilheiros "[...] obligados por las circunstancias, nos tocó buscar la otra vía: la vía revolucionaria armada para la lucha por el poder"<sup>57</sup>. Em meados de 1965 os principais grupos guerrilheiros do sul de Tolima (confluência com os departamentos de Huila, Cauca e Valle) reuniram-se formando o chamado “Bloque Sur”, contando com representantes e lideranças dos destacamentos das regiões de *Marquetalia*, *Riochiquito*, *El Pato* y *Guayabero*, *26 de Setiembre* e outros agrupamentos, na tentativa de traçar planos militares, organizacionais e de propaganda. No ano seguinte com a realização da segunda conferência do Bloco Sul, o grupo foi rebatizado como *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*, discutindo novamente formas de organização, propaganda, financiamentos, entre outros, como a decisão de estender as ações do grupo a outras regiões, dividindo o comando central em frentes distintas.

Decidiu-se na segunda conferência em 1966 que as FARC se dividiriam em seis comandos, com grupos comandados pelos seus principais líderes: *Ciro Trujillo*, *Joselo Lozada*, *Carmelo López*, *Rogelio Diaz* (considerado posteriormente traidor da causa guerrilheira), “*Cartagena*” e o sexto comando dirigido por *Manuel Marulanda Vélez* e *Jacobo Arenas*. Sobre as metas da conferência de 1966, pode-se destacar:

Se define un plan de crecimiento y de organización de masas. Se afirma que el proceso revolucionario en Colombia sería un proceso largo para la toma del poder, con la clase obrera y el pueblo trabajador. Se nombró un Estado Mayor, eligiéndose a *Marulanda* como el Comandante Superior y a *Ciro*

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Idem. **Cronología de las FARC-EP**. Disponível em: <<http://www.farcep.org/aniversario/especial40aniv/crono.html>>.

Trujillo como segundo al mando. Se aprueba el estatuto de reglamento del régimen disciplinario y las normas de comando<sup>58</sup>.

É importante notar no trecho o discurso de esquerda, nos moldes do Partido Comunista Colombiano, definindo que a tomada do poder será lenta e valorizando a presença dos trabalhadores e da população pela causa da guerrilha.

Ciro Trujillo, que segundo as FARC-EP era um grande guerrilheiro, ainda não teria absorvido a noção de guerrilhas móveis, liderou uma ação onde teria convocado os demais destacamentos das FARC (exceto o de Marulanda e Arenas) a se juntar a ele em uma ação coordenada. Os grupos foram localizados pelo Exército que logo lançou uma ofensiva, matando vários homens e tomando quase todo o armamento das guerrilhas. Estima-se que as FARC tenham perdido nesse episódio cerca de 70% do seu contingente, debilitado a guerrilha como um todo e fortalecido a liderança de Marulanda e Arenas.

Nos documentos da guerrilha não se pode notar exatamente os motivos para que *Ciro Trujillo* traísse o grupo, mas em nome da imagem que tais textos tentam passar para os demais guerrilheiros, pareceu mais viável associar a ação desastrosa de *Trujillo* a um ato de traição do que um erro cometido por uma liderança do grupo. *Marulanda*, falecido em 2008 sempre foi considerado o principal nome da guerrilha, alcançando a lealdade e o respeito da grande maioria de seus membros, assim como *Jacobo Arenas* mesmo após sua morte em 1991.

Embora a participação do Partido Comunista tenha sido importante para a formação do movimento, as FARC-EP sustentam em seus discursos a idéia de que os ataques do governo seria o principal responsável pelo seu surgimento. Os esforços e planos do Partido Comunista na década de 1950 em transformar as antigas guerrilhas móveis em autodefesas auxiliaram na melhor organização do grupo, porém os fatos tidos como o mito fundador das FARC-EP e toda a carga simbólica que este traz colocam como fator chave a passagem contrária, das autodefesas obrigadas segundo eles a se transformarem em guerrilhas móveis. Nas palavras de *Leongómez*:

Según este mito, las Farc no surgieron por iniciativa propia, sino como resultado de una agresión externa. El movimiento guerrillero incipiente no habría sido quien le declaró la guerra al Estado, sino, por el contrario, fue el Estado quien le declaró la guerra a las organizaciones agrarias comunistas, las cuales se vieron obligadas a defender su vida mediante las armas<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> Ibidem.

<sup>59</sup> LEONGÓMEZ, Eduardo Pizarro, op.cit.

Para o discurso das FARC-EP, mesmo que sua criação tenha sido planejada ou resultado dos projetos do Partido Comunista, associar sua fundação ao ataque de *Marquetalia*, classificando-o como a resistência de pessoas inocentes frente um ataque direto e covarde do governo pode provocar muito mais comoção nas pessoas que se pretende que absorva tais idéias, aproximando de certa forma a luta guerrilheira da população, buscando seu apoio e legitimidade. Sobre as versões de *Marquetalia*, Leongómez conclui:

Marquetalia es leída por algunos como el inicio de una gloriosa historia de luchas armadas de carácter revolucionario. Para otros, como un grave error histórico de las élites colombianas que ha ensangrentado al país sin pausa ni tregua desde hace ya cuatro décadas. El debate y la herida siguen abiertos<sup>60</sup>.

Mesmo com os diferentes pontos de vista sobre *Marquetalia* e o desenvolvimento dos conflitos entre as guerrilhas e o governo, a população civil colombiana sofre em meio aos ataques, violência e retaliações na disputa entre governo, Exército, grupos paramilitares, traficantes e guerrilhas. O ataque a *Marquetalia* e determinadas ações realizadas contra a guerrilha contribuíram muito mais com sua força e a penetração de seu discurso na população do que uma maneira efetiva de se erradicar as guerrilhas do país. Passados mais de quatro décadas desde o ataque a *Marquetalia* e ao que tudo indica, o país parece estar longe de uma solução para pôr fim à guerra civil que todos os anos consome milhares de vidas nas áreas próximas ao conflito, principalmente em pequenas cidades e no campo.

### 2.3 O EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (ELN)

Com uma forte influência do pensamento comunista e da Revolução Cubana (fator este considerado comum na América Latina no período) o ELN foi fundado em 1964, sob a liderança de Fábio Vasquez. A primeira ação do grupo teria sido a tomada de uma cidade por pouco tempo no departamento de Santander. Apoiando-se em ideais de esquerda, da teologia da libertação, o descontentamento social e a presença de operários do setor petrolífero, o grupo logo ganhou força em busca da via revolucionária para a justiça social e sua atuação armada. O padre e guerrilheiro Camilo Torres colocava que a via armada era a única opção deixada pelo governo depois que este assassinou o único homem em que o povo

acreditava: Jorge Eliécer Gaitán, portanto a revolução seria a única forma de atender aos interesses do povo:

Quando o povo pedia um chefe e o encontrou em Jorge Eliécer Gaitán, a oligarquia o matou. Quando o povo pedia paz, a oligarquia semeou a violência no país. Quando o povo não resistia mais a tanta violência e organizou as guerrilhas para tomar o poder, a oligarquia inventou o golpe militar para as guerrilhas, enganadas, se entregassem [...] Agora o povo nunca mais acreditará. O povo não acredita nas eleições. O povo sabe que os caminhos legais estão esgotados. O povo sabe que resta apenas a via armada<sup>61</sup>.

Influenciado pelo pensamento do padre Camilo Torres, morto em 1966, os objetivos primários do ELN se voltavam a uma noção de justiça, onde os ataques e os roubos do grupo às grandes indústrias se converteriam em melhores chances para a camada mais baixa da população. Diferentemente das FARC, o ELN não nasceu como uma autodefesa, mas sim como um grupo armado de viés revolucionário, atuando inclusive na área urbana, com apoio de estudantes, sindicalistas e parte do Partido Comunista (adeptos à Teologia da Libertação).

Caracterizando-se por um grupo violento, que punia com a morte os que de certa forma eram contrários a seus líderes e ideais, muitos dos “traidores” do ELN preferiram se entregar ao Exército, passando ao Estado informações valiosas sobre as principais lideranças e planos do grupo. Outro padre, Manuel Perez (conhecido como *El Cura*), que teria sucedido Camilo Torres tornou-se o líder do movimento entre os anos de 1980 e 1998 (ano em que foi morto pela malária), atuando no sentido de resolver problemas internos entre os guerrilheiros e centralizar o poder para um melhor aproveitamento do contingente e definição dos rumos que o grupo tomaria.

Na década de 1980 a guerrilha passou a atacar oleodutos e a rede elétrica na região do litoral caribenho, obrigando as grandes empresas e seus sócios a pagar taxas que deveriam ser revertidas em reformas sociais da região e na manutenção do grupo, evitando o confronto direto com as tropas colombianas. No final da década de 1990 o grupo passou a atuar com seqüestros em massa e extorsões, em nome de novas taxas, que deram um maior retorno econômico ao grupo, além de conseguir a atenção da mídia internacional para os motivos de sua luta e a situação colombiana, o que para alguns autores, era o principal objetivo dos seqüestros:

<sup>60</sup> Ibidem.

<sup>61</sup> TORRES, Camilo. Mensagem aos cristãos. In: LÖWY, Michael (Org.). **O Marxismo na América Latina**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 294.

Os mais espetaculares episódios de retenção ou seqüestro não foram, contudo, motivados pelo ganho financeiro, mas sim por uma estratégia (bem-sucedida) cuja finalidade era atrair a atenção da mídia internacional. Tais episódios – todos ocorridos na administração Pastrana – se deram na “retenção” dos passageiros e tripulação de um voo comercial em Bucaramanga, em abril de 1999; no seqüestro de toda a congregação de uma igreja em It, no mês seguinte; e, finalmente, na „retenção“ de mais de 30 administradores de um resort nas proximidades del t, em setembro de 2000<sup>62</sup>.

Alegando que o objetivo dos seqüestros em massa seria a visibilidade da mídia internacional, o grupo defende que a grande maioria dos seus cativos não sofria maus tratos e eram libertados em poucos meses, alegando o respeito do grupo pela vida humana, idéia essa herdada das lideranças religiosas do ELN. Porém, é importante ressaltar a violência com que estes agiam, resultando na morte de vários civis durante a execução de suas operações, além do número de pessoas ainda cativas pelo ELN, entre eles 61 cativos desde 2000, 83 pessoas dos seqüestros realizados em 2001 e 60 desde 2002<sup>63</sup>.

Com documento disponibilizado pela revista *Semana*, podemos ainda notar que o número de cativos diminuiu consideravelmente nos anos seguintes (24 ainda cativos seqüestrados em 2003, 7 em 2004, 4 em 2005, 1 em 2006 e 1 em 2007), provavelmente pelas ações mais enfáticas do governo contra as guerrilhas, e uma reorientação das ações do ELN.

O grupo participou do processo de paz do governo Pastrana, cogitando, a exemplo das FARC- EP, uma área livre para a negociação, o que não se concretizou.

Em um documento publicado pela revista *Semana*<sup>64</sup>, o ELN estaria, segundo as Forças Armadas Colombianas, com sérios problemas financeiros, devido à redução das ações de seqüestros e ataques a oleodutos, ao sistema elétrico e de telecomunicações. Segundo cifras consideradas oficiais (do *Programa de Atención Humanitaria al Desmovilizado*), o grupo teria perdido 982 guerrilheiros entre 2002 e 2005 por desmobilização, enquanto outros 2000 teriam se incorporado às AUC.

Fontes do Exército colombiano indicam nesse mesmo artigo que somente em 2004 o grupo teria perdido 1063 homens, sendo que destes, 332 teriam sido capturados, 333 desmobilizados e 398 considerados “baixa” (mortos ou incapacitados), que no discurso governamental, seria um triunfo da Política de Segurança Democrática do país, porém é

<sup>62</sup> ALVES, Marcos Celso. **Um mandato para a paz**: o ocaso da negociação entre o governo de Andrés Pastrana e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (1998-2002). Rio de Janeiro, 2005. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

<sup>63</sup> A **Revista Semana** colombiana publicou em 2008 uma lista com o nome completo das pessoas ainda estariam em poder do ELN. Tal documento pode ser encontrado em: <[http://www.semana.com/documents/Doc-1652\\_2008718.pdf](http://www.semana.com/documents/Doc-1652_2008718.pdf)>.

<sup>64</sup> *Semana.com*. **¿Cómo va el ELN?** Disponível em: <<http://www.semana.com/documents/Doc->

preciso considerar a impossibilidade em precisar o número de homens e mulheres nas fileiras do ELN, assim como o número de mortos (pois estes são carregados pelos seus companheiros) ou mesmo de desmobilizados.

Enquanto as Forças Armadas estimam os guerrilheiros do ELN em cerca de 3600 homens, o grupo defende possuir mais de oito mil mobilizados nas suas fileiras. O documento ainda defende que o crescimento acelerado de outros grupos não significa que o ELN esteja desmobilizado, visto que este estaria atuando com uma nova estratégia, agora com maior ênfase nos setores sociais e de negociação com o governo, deixando para segundo plano a via armada:

Lo que ocurre es que se ve más el avance de los demás. Pero el Eln tiene más capacidad política: insisten en dialogar en la Convención Nacional, proponen acuerdos humanitarios, están más en sintonía una sectores sociales... Las FARC, por el contrario, tienen una actitud más militar”, dice Marco Romero, miembro de la Comisión Facilitadora de los acercamientos entre el Gobierno y el ELN<sup>65</sup>.

Defende-se, portanto uma alteração nas estratégias traçadas pelo ELN, que teria reduzido seus ataques a oleodutos, rede elétrica e comunicações, diminuído a quantidade de ações de seqüestro (que se constituíam até então na principal fonte de renda do grupo). O grupo ainda teria sofrido com o enfraquecimento da sua atuação em regiões consideradas historicamente de influência do ELN, muito mais pelo avanço de grupos paramilitares do que efetivamente das Forças Armadas da Colômbia.

O documento publicado pela revista *Semana* ainda aponta que, devido ao crescimento da ofensiva paramilitar em algumas regiões, o ELN e as FARC-EP (vistos como rivais) passaram a atuar em conjunto, inclusive com o segundo utilizando a rede social do primeiro nas campanhas eleitorais. Finalmente, o documento ainda chama atenção para o poder político crescente no ELN, em substituição ao seu poderio militar, que estaria seriamente comprometido pela redução das ações de “financiamento” e o ataque mais efetivo das forças paramilitares. O governo argumenta, todavia, que o ELN está debilitado e substituiu suas ações de seqüestro e extorsão devido à maior aproximação com o narcotráfico. Um documento de 2002 da organização *Internacional Crisis Group* (ICG) disserta sobre a necessidade de negociação com o ELN:

---

6\_2006216.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2008.

<sup>65</sup> Ibidem.

The more time passes without decisive progress toward peace, the more likely it is that hard-liners on both sides will gain the upper hand. This could produce deeper ELN involvement in criminal activities, including drugs, and military cooperation with the FARC. Government advocates of a military solution would be strengthened, as would the FARC's conviction that the only solution to the conflict is military victory<sup>66</sup>.

Segundo o IGC, o governo colombiano não deve ver o ELN como um grupo debilitado, ocupando um papel menor na complexa situação do país (como foi tratado nos processos de paz com o ex-presidente Pastrana), visto que o grupo poderia aliar-se a outros de maior poderio. O documento considera a negociação de paz com o ELN essencial para o fortalecimento ds negociações do governo com os grupos mais fortes, como as FARC-EP e a AUC, ou seja, caso alcance um acordo de paz com o ELN, o governo poderia mostrar maior poder para negociar com as demais forças insurgentes do país, caso contrário, o ELN poderia de alguma forma se fundir a um desses grupos, como ocorreu nos últimos anos, com a assinatura de acordos de cooperação entre o ELN e as FARC-EP no que se refere ao combate à AUC.

#### 2.4 AS FORÇAS PARAMILITARES E AS AUTODEFESAS UNIDAS DA COLÔMBIA (AUC)

A presença de grupos armados na área rural do território colombiano é uma realidade desde a revolta popular de *La Violencia* em 1948. Naquele período, os grupos de autodefesas possuíam tanto o caráter insurrecional dos grupos de esquerda, que anos depois foram abraçados por intelectuais simpatizantes e o Partido Comunista, ou pequenos grupos contratados por grandes fazendeiros, a fim de proteger suas terras da onda de violência que se espalhava pelo país. Havia ainda grupos famosos pelas suas ações violentas em assaltos, saques e assassinatos, seja em benefício próprio ou de quem os contratasse. Em 1964, o governo promulgou a lei que legalizava a formação de milícias particulares a fim de cooperar com as ações do Exército contra as autodefesas e grupos insurgentes.

Muitos desses bandos espalhavam-se pela Colômbia, com uma boa parcela conquistando fama e o temor das comunidades próximas. Os primeiros bandos de “pássaros”

---

<sup>66</sup> International Crisis Group. **Prospects for Peace with ELN**, Latin America Report, n. 2, p. ii. Bogota/Brussels, 4 de outubro de 2002. Disponível em: <[http://www.crisisgroup.org/library/documents/report\\_archive/A400790\\_04102002.pdf](http://www.crisisgroup.org/library/documents/report_archive/A400790_04102002.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2008.

terima se formado primeiramente na região de Cali, formado por criminosos urbanos e rurais, muitos deles libertados durante *La Violencia*, realizando ainda ataques a outros grupos e povoados de maior influência dos grupos insurgentes.

Algumas fontes apontam que o general Rojas Pinilla, ainda comandante da 3ª Brigada do Exército em Cali, incorporou alguns desses homens aos quadros do exército regular. Um dos bandos mais famosos do período foi o dos “pájaros azules” dirigida por Leon María Lozano no departamento de Valle, temido pela violência empregada na execução de civis e grupos considerados inimigos do governo. No decorrer das décadas de 1960 e 1970 as milícias particulares perderam força, sendo revitalizadas a partir da década de 1980, quando narcotráfico se desenvolveu no país.

Na tentativa de diminuir a influência das guerrilhas nas regiões de importância estratégica para o cultivo da coca e refino da cocaína, os traficantes passaram a contratar um volume maior de homens para proteger seus laboratórios das ameaças de extorção por parte dos grupos insurgentes. Esses novos mercenários eram contratados para a realização de massacres nos vilarejos suspeitos de apoiar as guerrilhas, que se infiltravam entre os camponeses a fim de pressionar os traficantes para o aumento dos baixos salários pagos aos trabalhadores.

Muitos camponeses dessas regiões se viam obrigados a abandonar seu trabalho nas roças alimentares para cuidar das plantações de coca, devido à imposição da cultura por parte dos cartéis de droga. Centenas de pessoas foram (e ainda são) assassinadas por grupos paramilitares todo ano nessas regiões, acusadas de envolvimento ou algum tipo de simpatia às guerrilhas; famílias e vilarejos inteiros são mortos simplesmente porque se negam a trabalhar nas roças de coca, além do fato de que sempre tem mais gente interessada em trabalhar na região para garantir uma forma de alimentar suas famílias.

Muitos desses grupos armados foram formados e financiados pela enorme quantia de dinheiro advinda do narcotráfico e, segundo as guerrilhas de esquerda, do apoio financeiro enviado pelos Estados Unidos para a formação de grupos para a realização do “trabalho sujo” do Exército.

No final da década de 1990 e início da década de 2000, uma organização paramilitar ganhou grande relevância como mais um ator armado no complexo teatro de operações colombiano: as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), que contavam em 2005 com cerca de 10 mil homens, atuando na proteção de terras de grandes proprietários, dos chamados “barões da droga” e, como foi comprovado em 2008, políticos envolvidos com o narcotráfico. Em menos de duas décadas a AUC foi responsável pela formação de grupos

especializados e fortemente equipados para o combate às guerrilhas insurgentes, sendo considerado o principal responsável pelo enfraquecimento do ELN em regiões de importância política e econômica.

A AUC foi fundada oficialmente em 1997 através da fusão de dez grupos paramilitares na região de Urabá, no departamento de Antioquia, área de grande influência dos “barões da droga” e famosa pela ocorrência de massacres entre os trabalhadores das roças de banana. Entre os principais grupos que originaram a AUC destacam-se *Autodefesas de Puerto Boyacá*, as *Autodefesas de Ramón Isaza* e as *Autodefesas dos Llanos Orientales*, além das *Autodefesas de Córdoba e Urabá*, chefiadas pelo líder da organização, Carlos Castaño.

No ano seguinte, a AUC contava com pouco mais de seis mil homens. Atuando pela via ilegal, os grupos paramilitares ganharam relevância dentro do conflito, tornando-se aliados informais do governo na luta contra-insurgência:

[...] obtuvieron un nivel de tolerancia o apoyo entre los sectores pudientes y de las mismas autoridades en diferentes aspectos, situación alarmante para un estado de derecho. Por otra parte, se convirtieron en una pieza funcional clave en la lucha del Estado em contra de la guerrilla, a pesar de ser una fuerza ilegal, responsable de multitud de violaciones a los derechos humanos y de crímenes de lesa humanidad, y de estar estrechamente ligada con el narcotráfico<sup>67</sup>.

Com o passar do tempo, os grupos formados para a proteção de território e laboratórios de refino de cocaína, além de evitar a extorsão dos grupos armados, passaram a atuar sistematicamente como “sabotadores” do processo de paz entre o governo e os grupos insurgentes, organizando ataques, massacres e assassinatos a pessoas importantes para o andamento das negociações. Ao defender os interesses econômicos dos narcotraficantes e dos latifundiários, os grupos paramilitares conquistaram grandes somas de dinheiro para seu financiamento, seja através de treinamento ou armas e equipamentos, conquistando, segundo alguns autores, uma relativa autonomia, passando a atuar com estratégias mais elaboradas para o ataque às guerrilhas e sua desarticulação. Castaño teria afirmado em 2000 que cerca de 70% dos rendimentos da AUC seriam provenientes do tráfico, atuando ainda na venda de petróleo roubado no mercado negro e extorsões:

The AUC also tapped other sources of income. As early as 2000 it was clear that it was part of the cartel of groups that perforated the fuel pipelines to sell petrol on the black market. According to the police, the AUC was

<sup>67</sup> ROMERO, Mauricio. Nuevas Guerras, Paramilitares e Ilegalidad: una trampa difícil de superar. **Parapolítica – La Ruta de La Expansión Paramilitar y los Acuerdos Políticos**. Bogotá: Nuevo Arco Iris, 2007, p. 365. Disponível em: <[http://www.semana.com/documents/Doc-1493\\_200796.pdf](http://www.semana.com/documents/Doc-1493_200796.pdf)>.

responsible for 90 per cent of the stolen petrol, worth \$106 million in 2002 and \$80 million in 2003.<sup>29</sup> Extortion from businesses and residents in areas under paramilitary control was another big earner<sup>68</sup>.

O documento redigido pela ICG (*International Crisis Group*) ainda coloca que empresas são vítimas de extorsão por parte do grupo, como a multinacional *Chiquita Brands* (na região de Urabá e Santa Marta) que teria pago um total de US\$1,7 milhão à AUC entre 1997 e 2004, sendo atualmente investigada por financiamento de grupos paramilitares. Embora tal grupo não se declare contrário ao governo colombiano, sua relutância em depor as armas e continuar a agir na ilegalidade acabam por agravar a já delicada situação bélica do país, pois ao mesmo tempo que a AUC atua no combate às guerrilhas, seu financiamento vem de dinheiro e organizações ilícitas (como o tráfico de drogas), além de diminuir a autoridade e a atuação do governo nas áreas sob o controle ou influência das autodefesas.

Os grupos paramilitares são considerados os principais responsáveis dos massacres ocorridos na Colômbia, sendo indiciados pelas organizações observadoras como os principais violadores das leis humanitárias mundiais, sendo responsabilizados inclusive pelo assassinato de milhares de pessoas ligadas à União Patriótica desde 1985, até sua desestruturação. As estimativas apontam que “dentre 23.184 pessoas mortas pelos grupos armados entre 1988 e 1997, apenas 3.532 foram vítimas dos grupos guerrilheiros, enquanto 19.652 o foram de outras organizações”<sup>69</sup>. As estratégias paramilitares consistiam principalmente na disseminação do medo e violência entre a população local, a fim de enfraquecer o apoio às guerrilhas e controlar áreas produtoras de coca, consideradas pelos grupos armados uma fonte de recursos devido à extorsão por parte das guerrilhas. Sobre os rendimentos das forças paramilitares:

O envolvimento dos paramilitares com o narcotráfico se dava desde o processamento da cocaína até a sua exportação. Por ocasião do processo de paz, essa parceria assegurava-lhes um montante anual de cerca de 75 milhões de dólares, valor que correspondia a 80% do seu orçamento total. Boa parte da sua receita advinha, também, da extorsão. Os paramilitares exigiam das populações rurais o pagamento de cotas ditas “voluntárias” que, na prática, eram compulsórias, uma vez que, caso os camponeses se recusassem a pagá-las, eles passavam ao rol dos suspeitos de manter relações com o “inimigo”<sup>70</sup>.

<sup>68</sup> International Crisis Group. **Colombia's New Armed Groups**. Latin America Report, n. 20, 10 maio 2007. Disponível em: <[http://www.semana.com/documents/Doc-1699\\_2008911.pdf](http://www.semana.com/documents/Doc-1699_2008911.pdf)>, p. 4.

<sup>69</sup> RABASA; CHALK. *El Laberinto colombiano: propuestas para la resolución del conflicto* apud ALVES, Marcos Celso. **Um mandato para a paz: o caso da negociação entre o governo de Andrés Pastrana e as forças armadas revolucionárias da Colômbia (1998-2002)**. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 56.

<sup>70</sup> ALVES, Marcos Celso, op. cit., p. 57.

Assumindo seu caráter bélico, a AUC ainda declarou-se contrária a qualquer tipo de acordo ou concessão entre o governo e as FARC-EP durante as negociações com o presidente Andrés Pastrana, defendendo que os grupos insurgentes deveriam ser sumariamente eliminados pela via militar. Carlos Castaño, líder da AUC perdeu o pai e o irmão mortos pelas FARC-EP respectivamente em 1981 e 1996.

Novos grupos paramilitares surgiram a partir de 2003 na Colômbia desde que o governo de Álvaro Uribe passou a negociar a desativação do grupo de Castaño (que no período possuiria um contingente de 30 mil homens e duas mil mulheres), como a *Organización Nueva Generación* (ONG) na região de Nariño, substituindo as atividades de um antigo bloco da AUC na área, com missões contra-insurgência e o controle sobre o comércio e transporte de drogas, além do *Aguilas Negras*, atuando no norte de Santander, interligando redes criminosas próximas à fronteira venezuelana, uma importante região de fluxo de drogas<sup>71</sup>.

Há ainda indícios de que vários blocos da AUC não aderiram ao processo de pacificação, continuando a atuar de maneira autônoma. O surgimento de novos grupos armados configura-se em uma situação preocupante para a Colômbia na medida em que estes podem se desenvolver com o dinheiro obtido pelo tráfico ou extorsões, aumentando a insegurança e os conflitos no país.

---

<sup>71</sup> International Crisis Group. **Colombia's New Armed Groups.**

## **CAPITULO 3**

## O PLANO COLÔMBIA: O DOCUMENTO E SUAS VERTENTES

*Plano Colômbia* é o nome como ficou usualmente conhecido o “Plan para la Paz, la Prosperidad y el Fortalecimiento del Estado” (e sua versão em inglês “Plan for Peace, Prosperity, and the Strengthening of the State”). Esse plano foi desenvolvido e aplicado durante a presidência de Andrés Pastrana (1998-2002) como uma forma de combater o narcotráfico e a violência no país, através de várias estratégias, aplicadas determinadas áreas como reformas econômicas, sociais, processos de pacificação com as guerrilhas e combate ao narcotráfico.

O projeto de lei S1758 teria sido apresentado em 20 de outubro de 1999, na sessão 106 do Comitê de Relações Exteriores do Congresso norte-americano com o nome inicial de “Alianza Act”<sup>72</sup>. O documento final do *Plano Colombia* seria composto por 46 páginas, estando disponível para consulta na página principal do governo colombiano, mas após o fim do mandato de Pastrana, o documento não foi mais disponibilizado *on line*, devido à sua substituição pela *Iniciativa Andina* de 2003 e o *Plano Patriota* em 2004, ambos muito mais voltados para as operações militares norte-americanas no país. Nas palavras de José Arbex Junior:

O Plano Colômbia, inicialmente previsto para terminar em 2005, foi apresentado como uma estratégia de combate ao narcotráfico, e desse pretexto pretendeu extrair a sua legitimidade: a guerra às drogas reúne, potencialmente, as qualidades de uma bandeira universal. Mas o problema real, do ponto de vista da Casa Branca, nunca foram as drogas, e sim a resistência oferecida pela guerrilha aos planos de colonização da Amazônia<sup>73</sup>.

Estruturalmente o texto do *Plano Colômbia* é dividido em uma introdução redigida pelo então presidente colombiano Andrés Pastrana, composto por um texto de caráter mais geral analisando os problemas enfrentados pela Colômbia e uma lista contendo as dez estratégias básicas do plano. Posteriormente, o texto ainda possui cinco capítulos: *El Proceso de Paz*, *Reencauzando la Economía*, *La Estrategia Antinarcóticos*, *La Reforma del Sistema*

---

<sup>72</sup> VISIONES ALTERNATIVAS. **Plan Colombia**. Disponível em: <[www.visionesalternativas.com/militarizacion/geoestrategia/pcolom.htm](http://www.visionesalternativas.com/militarizacion/geoestrategia/pcolom.htm)>. Acesso em: 13 maio 2007.

<sup>73</sup> ARBEX JUNIOR, José. Plano patriota prevê nova escalada militar na Amazônia. **Revista Pangea**. Disponível em: <[http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show\\_news.asp?n=241&ed=7](http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=241&ed=7)>. Acesso em: 2 out. 2008.

*Judicial y la Protección de los Derechos Humanos* e finalmente *Democratización y Desarrollo Social*.

Uma das únicas versões disponíveis do texto integral (em espanhol) está no site da agência *Venezuela Analítica*<sup>74</sup>. A versão em inglês (que teria sido fornecida pela embaixada colombiana nos Estados Unidos) pode ser encontrada nas páginas do *Center for International Policy's* e do *United States Institute of Peace*<sup>75</sup>, porém nenhuma dessas três versões possui a paginação original. Autores como o professor Manuel Salgado Tamayo afirmam que o *Plano Colômbia* teria sido modificado em 1999 nos Estados Unidos, onde teria sido apresentado ao Congresso:

El Plan circuló en Washington, en septiembre de 1999, fue discutido primero en el Congreso norteamericano, de su contenido se enteraron en primer lugar los médios de comunicación norteamericanos. En suma: no fue conocido por el Congreso colombiano, tampoco por su Comisión de Asuntos Exteriores, lo ignoró el Consejo Nacional de la Paz, creado por Ley de la República y el tema no fue parte de la agenda de la Mesa de Negociación y Diálogo entre el Gobierno y las FARC. ¡Excelente inicio para un proyecto nacional de democracia participativa!, podríamos decir haciéndonos eco de otro de los contenidos que aparecen en su redacción<sup>76</sup>.

A mesa de negociação citada no trecho acima refere-se às tentativas de discussão e diálogo entre o governo e as guerrilhas, principalmente as FARC-EP, onde representantes das duas partes se reuniam, muitas vezes mediados por representantes internacionais para traçar os possíveis caminhos que poderiam levar a Colômbia a um processo de pacificação. A maioria dessas reuniões ocorreu dentro dos limites da Zona Desmilitarizada, mas não pareceu ter alcançado resultados marcantes, visto que ambos os lados recusavam-se a ceder diante de qualquer reivindicação do outro.

Segundo Tamayo, o projeto desenvolvido por Pastrana teria sofrido mudanças principalmente na sua natureza e objetivos, pois na medida em que necessitava de

<sup>74</sup> COLOMBIA, Presidencia de la Republica. **Plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del estado**. 1999. Disponível em: <[www.analitica.com/va/hispanica/colombia\\_paz/4527677.asp](http://www.analitica.com/va/hispanica/colombia_paz/4527677.asp)>. Acesso em: 26 out. 2007.

<sup>75</sup> Respectivamente em <<http://www.ciponline.org/colombia/plancolombia.htm>> <<http://www.ciponline.org/colombia/plancolombia.htm>> e <[http://www.usip.org/library/pa/colombia/adddoc/plan\\_colombia\\_101999.html](http://www.usip.org/library/pa/colombia/adddoc/plan_colombia_101999.html)>. Embora o *Center of International Policy's* afirme que sua versão foi fornecida pela embaixada colombiana em outubro de 1999, o texto possui um formato mais organizacional do que os demais, inclusive transformando os parágrafos em itens, com a redação empregando uma linguagem mais direta, acrescentando-se algumas informações ou itens de interesse militar. Já o texto disponibilizado pelo *United States Institute of Peace* é uma versão traduzida na íntegra, literal da versão em espanhol, mantendo inclusive sua estrutura. Basearemos a análise na versão em espanhol e em língua inglesa idênticos, utilizando a outra versão em inglês esporadicamente, para comparação.

<sup>76</sup> TAMAYO, Manuel Salgado. **Falacias y verdades sobre el plan Colombia**. Agencia Latinoamericana de Información, 1 nov. 2000. Disponível em: <[alainet.org/active/993&lang=es](http://alainet.org/active/993&lang=es)>. Acesso em: 7 nov. 2007.

auxílio financeiro externo, principalmente dos Estados Unidos, teria sido modificado para sua aprovação no Congresso norte-americano, sendo aceito e divulgado sem uma suposta reeleitura por parte do Estado colombiano. Nesse contexto, o combate ao narcotráfico e às áreas produtoras de coca teria se tornado os alvos principais do discurso norte-americano para sua possível intervenção no país. Porém, para Tamayo, atribuir os problemas recentes colombianos ao narcotráfico acaba por mostrar uma visão reducionista na redação do plano, pois os problemas colombianos (tais como a violência, desigualdades sociais e econômicas) descendem de realidades e disputas políticas, ideológicas e guerras civis presentes no país desde sua independência. Nas palavras de Tamayo:

Atribuir los retos principales de Colombia, en la hora actual, a la proliferación del narcotráfico, como lo hace el Plan, implica no sólo adoptar una visión reduccionista, unilateral y por lo mismo falsa, sino, lo que es más grave, entraña esquivar el bulto de la responsabilidad que tienen otros problemas y actores en la génesis de esa dramática historia<sup>77</sup>.

Ao atribuir os problemas colombianos unicamente ao narcotráfico, a redação do documento parece ignorar todo um processo histórico presente na Colômbia, desde as rivalidades políticas herdadas das lutas de independência, a guerra civil e a onda de violência que assolou o país no decorrer do século XX a partir de *La Violencia*.

Para se compreender a realidade atual colombiana, torna-se necessária a noção de que o período de *La Violencia* trouxe à tona uma série de disputas políticas e ideológicas, assassinatos e insatisfação política contra os partidos Liberal e Conservador, que controlavam o cenário político do país, sustentando um regime considerado oligárquico. A grande rivalidade entre os dois partidos (muito mais no âmbito teórico, no imaginário da população que defendia cada um, do que na prática), as revoltas e os movimentos que originaram as guerrilhas insurgentes e os demais grupos armados do período pode mostrar com muito mais clareza as raízes da violência, corrupção e desigualdades elencadas no presente colombiano.

Porém tais raízes não aparecem com tanta força no discurso do *Plano Colômbia*:

Debemos enfrentar los retos de una economía internacionalizada y otros heredados de nuestra historia y evolución. Nuestros retos determinantes se han originado en la proliferación del narcotráfico y en el impacto económico, político y social del proceso de globalización<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> COLOMBIA. Presidencia de La Republica, op. cit.

Baseando-se nesse trecho do *Plano Colômbia*, pode-se concluir os principais responsáveis pela violência e desigualdades presentes no país teriam sido causados primeiramente pelo narcotráfico (que ganhou força na década de 1980) e pelo processo de globalização (compreendido no texto como o processo de mundialização da economia e a concorrência desleal dos Estados mais fortes), deixando de lado a contextualização histórica de tais problemas, não se remetendo às épocas e fatos que teriam originado tais desafios do presente.

Embora a globalização tenha contribuído para o surgimento ou aprofundamento de problemas sociais, econômicos e até mesmo políticos no país (assim como em grande parte do globo), seu papel especificamente na Colômbia provavelmente teria contribuído para problemas como a violência, mas essa não teria sido gerada unicamente pela globalização e pela ação de narcotraficantes.

Segundo o professor João Roberto Martins Filho, com um orçamento total previsto de 7,5 bilhões de dólares, o *Plano Colômbia* tinha como propósito “enfrentar os problemas inter-relacionados do narcotráfico, da guerra civil, da negligência do Estado, da crise econômica e da debilidade do domínio da lei na Colômbia”.<sup>79</sup> Para James Petras, tal plano seria mais um passo na intervenção em território colombiano, que teria se iniciado com o programa contra-insurgência de Kennedy na década de 1960, sob o pretexto de combate à ameaça comunista que crescia na América Latina. Petras considera o *Plano Colômbia* um aprofundamento da guerra interna iniciada por Kennedy (em uma escala muito maior), reafirmada pela política externa de Bill Clinton e o combate às drogas, ambos negando as bases históricas do conflito.

### 3.1 AS PALAVRAS DE PASTRANA E AS ESTRATÉGIAS DO PLANO

A introdução do documento, provavelmente redigida pelo presidente do período Andrés Pastrana e sua equipe de assessores, faz um levantamento dos principais problemas enfrentados pelo governo colombiano, elencando algumas estratégias ou objetivos pretendidos para amenizar a situação enfrentada pelo país. Além de citar alguns avanços do governo como a tentativa de diálogo com as guerrilhas, o Estado colombiano parece mostrar

---

<sup>79</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. As Forças Armadas Brasileiras e o Plano Colômbia. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.19.

que tem conhecimento da real situação do país, inclusive no que se refere à pouca confiança da população nas Forças Armadas e no governo em geral, seja pelo desemprego ou pela corrupção presente nos setores público e privado:

No cabe duda que Colombia padece de los problemas de un Estado que aún no ha sabido consolidar su poder, una falta de confianza en la capacidad de sus fuerzas armadas, policía y sistema judicial, de garantizar la permanencia del orden y la seguridad; una crisis de credibilidad en los distintos niveles y en las varias instancias de gobierno; y corrupción en la conducta de los sectores público y privado. Todo esto ha sido fomentado y agravado por los desestabilizadores efectos del narcotráfico, el cual, con sus vastos recursos económicos ha venido generando una violencia indiscriminada [...]<sup>80</sup>.

É possível notar que o grande poder do narcotráfico parece ser o único responsável, inclusive pela pouca confiança da população no seu governo, que segundo o texto ainda não teria conseguido consolidar seu poder e por isso teria dificuldades em manter a lei e a ordem. Alguns parágrafos adiante, a situação parece ser mais clara, aparecendo também a idéia de que as pretensões ou esperanças do governo são os mesmos de sua população:

En resumen, las aspiraciones del pueblo colombiano, y las labores de su gobierno, han sido frustradas por el narcotráfico, y esto ha dificultado los esfuerzos del gobierno en el cumplimiento de sus deberes constitucionales. Un círculo vicioso y perverso de violencia y corrupción ha agotado los recursos indispensables para la construcción y éxito de un Estado moderno<sup>81</sup>.

Seguindo tal tendência, a questão do diálogo com as guerrilhas também é colocada em pauta, em um primeiro momento tentando mostrar que as preocupações do Estado seria a de colocar com um conflito tão longo, buscando a paz para o país como um todo. A idéia propagada é que a paz é possível, porém deve ser construída principalmente com o fortalecimento do Estado, sua estabilidade e confiança na sua manutenção, resultando assim numa maior capacidade governamental para garantir conceitos como a liberdade e a segurança para a população. Sobre as guerrilhas, Pastrana coloca:

Las negociaciones con los grupos insurgentes, ya iniciadas por mi gobierno, constituyen el núcleo de nuestra estrategia, ya que es crítico resolver un conflicto que ya lleva 40 años como fuente de obstáculos para la creación del Estado moderno y progresista en que Colombia debe convertirse con urgencia. La búsqueda de la paz y la defensa de las instituciones democráticas exigirán esfuerzos continuos, fe y persistencia para combatir

<sup>80</sup> COLOMBIA – Presidencia de La Republica, op. cit.

<sup>81</sup> Ibidem.

con éxito las presiones y dudas inherentes en un proceso tan lleno de dificultades<sup>82</sup>.

Nesse ponto, a questão das guerrilhas é introduzida no texto como um problema histórico que deve ser resolvido para que as reformas do Estado avancem. De uma forma sutil, Pastrana afirma que as guerrilhas seriam um obstáculo para o fortalecimento do Estado e conseqüentemente, para as reformas sociais e a paz prometidas pelo governo. A idéia de defesa da democracia e a necessidade de esforços, persistência e fé para resolver a situação aparecem também como uma forma de identificação do governo com a população, na medida em que esta sofre com um Estado “fraco”, mas que continua lutando, com fé, para alcançar a paz pretendida por toda a Colômbia.

Em outro trecho é reforçada a idéia de que “un acuerdo de paz negociado con la guerrilla sobre la base de la integridad territorial, la democracia y los derechos humanos fortalecería el estado de derecho y la lucha contra el narcotráfico”<sup>83</sup>, passando a idéia de que as guerrilhas contribuem para o enfraquecimento do Estado e um processo de paz fortaleceria o Estado para que este possa finalmente confrontar o narcotráfico.

Ao se referir ao narcotráfico, o texto de Pastrana demonstra algumas particularidades. Primeiramente, admite-se que o narcotráfico, além de ser uma das atividades mais rentáveis no mundo, tratando-se de uma força sem fronteiras, complexa, cada vez mais difícil de ser identificada e combatida, trazendo sérias conseqüências aos seus consumidores e à sociedade mundial, podendo inclusive ser considerado responsável pela violência e corrupção, além de propor ação em conjunto entre países produtores e consumidores. Porém, no final do texto introdutório, propõe-se a ajuda internacional no sentido de acelerar a economia colombiana:

Por último, Colombia necesita ayuda para fortalecer su economía y para generar empleo. El país necesita un mejor y más justo acceso a los mercados internacionales donde nuestros productos son competitivos. La colaboración de los Estados Unidos, de la Comunidad Europea y del resto de la comunidad internacional es indispensable para el desarrollo económico del país. Ese mismo desarrollo servirá como una fuerza para combatir el narcotráfico, ya que promete alternativas de empleo lícito para las personas que de otra manera recurrirían al crimen organizado o a los grupos insurgentes que se alimentan del narcotráfico<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> Ibidem.

<sup>84</sup> Ibidem.

Dessa forma, a ajuda internacional pretendida serviria para acelerar o desenvolvimento da economia colombiana, gerando novos empregos e garantindo um maior mercado e competitividade aos produtos nacionais. Seguindo esse raciocínio, a população abandonaria seus empregos nas roças de coca para se dedicar a atividades lícitas, enfraquecendo assim o narcotráfico. Porém, deve-se lembrar que apesar de ser uma herança cultural andina, grande parte das pessoas que trabalham no cultivo da coca atualmente o fazem sob ameaça dos traficantes locais, recebendo menos do que lucrariam, por exemplo, com o cultivo de banana em determinadas áreas, além dos antigos produtores de café e tabaco, que passaram a se dedicar à cultura da coca depois da queda dos preços desses produtos na década de 1990.

Uma forte crítica ao *Plano Colômbia* é que este visou as ações sobre os pequenos produtores de coca, não concentrando esforços nos laboratórios de refino da cocaína, ou seja, concentra suas forças nos camponeses que muitas vezes tem o cultivo da coca como única alternativa e na produção vaga da matéria-prima, evitando o confronto com os setores da cadeia produtiva da cocaína mais rentável e poderosa.

Vale ressaltar ainda que por ser uma organização complexa, o narcotráfico pode controlar tal situação, adaptando-se e adotando métodos diferentes. Deve-se considerar que o aumento das plantações de coca na Colômbia aumentou devido ao combate a produtores do Peru e Bolívia, conforme o gráfico (anexo A). Segundo Fábio Borges, baseado em dados da *United Nation Office for Drug Control and Prevention* (UNDCP):

A Colômbia tinha, em 2000, 122,5 mil hectares de área com cultivos de coca, contra 40 mil em 1990. No Peru, que no início da década passada era o principal produtor de coca mundial, a área cultivada caiu de 121 mil hectares, em 1990, para pouco menos de 39 mil em 2000. Com a redução verificada na Bolívia, que passou de 50,3 mil hectares cultivados para 21,8 mil, a área total de cultivos de coca da região andina caiu de 211,3 mil hectares, em 1990, para 183,3 mil hectares<sup>85</sup>.

O aumento do cultivo de coca na Colômbia pode ser explicado pela inserção de programas de substituição e combate à culturas consideradas ilícitas no Peru e Bolívia, que teria obrigado os traficantes a produzir a coca em outras áreas, mais próximas aos laboratórios de refino, localizados em solo colombiano.

---

<sup>85</sup> BORGES, Fábio. Geopolítica, plano Colômbia e perspectivas Brasileiras de inserção internacional. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/borges.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2007, p. 2.

Embora Fábio Borges coloque que a área total do cultivo de coca tenha diminuído na região andina entre 1990 e 2000 (cerca de 28 mil hectares a menos), deve-se levar em conta que nesse período foi introduzido na Colômbia o cultivo da papoula para a produção da heroína, além de um provável avanço quantitativo da produção de coca nas roças já existentes, considerando-se ainda que as zonas produtoras da folha de coca não acabaram, mas sim mudaram-se para a Colômbia na medida em que tais práticas eram dificultadas nos países vizinhos. Deve-se considerar ainda que na década de 1990 a produção de coca e conseqüentemente de cocaína na Colômbia aumentaram consideravelmente, refletindo a grande lucratividade e o poder dos traficantes em tal negócio.

Após a introdução de Andrés Pastrana e um aprofundamento da discussão sobre os problemas e desafios colombianos, o documento enumera dez estratégias que deveriam ser aplicadas durante a vigência do *Plano Colombia* para garantir seu funcionamento e alcançar seus objetivos. A versão em espanhol destaca o título *Las Diez Estratégias del Plan Colombia*, enquanto as versões em inglês possuem o título *Elements of the Plan* mas com a exceção dos títulos, o texto é praticamente o mesmo, inclusive o uso da palavra *strategy* ao longo dos dez itens.

A primeira dessas estratégias seria de caráter econômico, com a geração de empregos e maior arrecadação de impostos, fortalecendo assim o Estado para o combate ao narcotráfico e sua economia, que deve-se voltar ao mercado externo e a acordos de livre comércio. A segunda estratégia é complementar à primeira, pretendendo dar ênfase à medidas fiscais e financeiras, fortalecendo a economia colombiana no mercado externo.

A terceira estratégia seria voltada para as negociações de paz com as guerrilhas, com uma discursividade baseada em ideais de integridade territorial, democracia e direitos humanos, fortalecendo dessa forma o Estado no combate ao narcotráfico.

A necessidade de modernizar as forças armadas e a polícia está presente na quarta estratégia citada, no sentido de fortalecer esses setores para a defesa nacional e devolver a proteção e a segurança para a população. Associada a essa idéia, a estratégia seguinte busca um planejamento judicial e de direitos humanos, onde o Estado possa garantir a justiça imparcial e igualitária para todos, ao mesmo tempo em que as reformas das forças armadas e da polícia forem aplicadas, a fim de garantir os direitos da população.

A estratégia antinarcóticos aparece com a preocupação de ações conjuntas entre os demais países produtores e consumidores, atingindo toda a cadeia produtiva: “la producción, distribución, comercialización, consumo, lavado de activos, de precursores y de otros insumos, y el tráfico de armas, para combatir todos los componentes del ciclo de las

drogas ilícitas...”, porém a seqüência do texto parece mostrar diferentes visões sobre o assunto. Enquanto na versão em espanhol a seqüência do texto citado é “[...] y para impedir el flujo de los productos de dicho tráfico que alimenta la violencia hacia la guerrilla y otras organizaciones armadas”, a versão literal em inglês conclui o parágrafo com “and, at the national level, to stop the flow of drug-money the fuel of violence - to the insurgent and other armed organizations” enquanto na segunda versão em inglês, o tópico todo é o seguinte:

A counter-narcotics strategy, in partnership with other producer and consumer nations, to combat the production and consumption of illegal drugs; and on a national level to allow us to obstruct the flow of millionaire resources from drugs to various insurgent and other armed organizations which is fueling violence<sup>86</sup>.

Nesse trecho é importante notar que embora se proponha o combate à produção e consumo de drogas ilegais, não é citado o tráfico de armas como nas versões anteriores, que enumeram cada elo da cadeia produtiva. Pode-se notar também a associação do dinheiro do tráfico aos grupos armados e à violência, além da linguagem utilizada parecer tratar o problema de maneira distinta, como por exemplo, nas expressões “impedir el flujo”, “stop the flow” e “allow us to obstruct the flow”, transparecendo, nesse último caso, a idéia de uma intervenção mais direta dos que combateriam o narcotráfico, no caso, os Estados Unidos.

Associada à estratégia de combate ao narcotráfico, o sétimo item diz respeito a um programa de desenvolvimento alternativo, para a substituição do cultivo da coca por práticas consideradas legais e mais rentáveis aos camponeses para que estes abandonem o plantio da coca. Tal planejamento contaria ainda com noções de preservação ambiental, uma infra- estrutura participativa para toda a comunidade como uma forma de cooperação, sendo aplicada principalmente nas áreas mais próximas aos conflitos.

É preciso lembrar que em determinadas áreas da Colômbia o plantio da coca, embora em alguns casos seja mais rentável aos camponeses, é uma cultura imposta pelos traficantes, que se aproveitam da ausência ou fraqueza do Estado em agir em determinadas regiões. Embora o desenvolvimento e a implantação de culturas alternativas seja um avanço no sentido de evitar que a população se beneficie com o dinheiro do tráfico, é preciso um Estado forte e atuante para que a influência (pelo dinheiro ou pelas ameaças) dos traficantes não volte a ser exercida sobre esses trabalhadores.

---

<sup>86</sup> USIP – United States Institute for Peace. **Plan Colombia**: plan for peace, prosperity, and the strengthening of the state. Peace Agreements Digital Collection. Disponível em: <[http://www.usip.org/library/pa/colombia/adddoc/plan\\_colombia\\_101999.html](http://www.usip.org/library/pa/colombia/adddoc/plan_colombia_101999.html)>. Acesso em: 17 fev. 2008.

A oitava e nona estratégias dizem respeito à maior participação social da população e governos locais, atrelados ao desenvolvimento humano. Busca-se uma maior conscientização do poder local e da população numa tentativa de diminuir a corrupção e de certa forma pressionar os demais grupos armados com “una presión constante sobre la guerrilla y sobre los demás grupos armados, con el fin de eliminar los secuestros, la violencia y el desplazamiento interno de individuos y comunidades”<sup>87</sup>. Associada a essa “pressão popular” contra a violência estaria a participação de empresários locais para o fortalecimento da economia e uma política pedagógica que pregue mais tolerância, a convivência e a participação em processos políticos. O governo garantiria ainda serviços básicos como saúde e educação.

Finalmente, a décima estratégia presume a participação internacional no problema das drogas. Para tanto, o texto evoca princípios de co-responsabilidade entre a comunidade internacional, pedindo uma ajuda mais direta (e substancial) dos países desenvolvidos, além de ações simultâneas em todos os setores da cadeia produtiva que sustenta o narcotráfico. O processo de paz também deveria ser negociado pela comunidade internacional: “El papel de la comunidad internacional también es vital para el éxito del proceso de paz, de acuerdo con los términos del derecho internacional y con el consentimiento del gobierno colombiano”<sup>88</sup>.

Porém, deve-se lembrar que embora a comunidade internacional tenha se esforçado para o andamento do processo de paz, o problema enfrentado foi que ambos os lados se negavam a ceder terreno para o oposto, muitas vezes se retirando da mesa de negociações, recusando-se a ouvir as exigências de seus representantes. Em uma entrevista a Arturo Alape, Raul Reyes, porta-voz das FARC-EP, morto em um ataque no território equatoriano em março de 2008, responde sobre o fim das negociações em Tlaxcala, no México e a posterior declaração de guerra às guerrilhas:

Directamente el consejero para la paz en ese momento, Horacio SERPA, decide levantarse de la mesa y luego el presidente de la república en un acto televisado para todo el país cancela los diálogos y declara el país en estado de conmoción e impone el impuesto para la guerra<sup>89</sup>.

Reyes afirma que o governo teria abandonado o processo de negociação por acreditar que seria possível eliminar as guerrilhas militarmente, aproveitando-se de sua

---

<sup>87</sup> COLOMBIA. Presidencia de La Republica, op. cit.

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> ALAPE, Arturo. *Entrevista de Raul Reyes Cedida a Arturo Alape*. Disponível em: <[six.swix.ch/farcep/Entrevistas/Entrevista\\_raul.htm](http://six.swix.ch/farcep/Entrevistas/Entrevista_raul.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2004.

desmobilização devido ao processo de paz, da mesma forma que o presidente César Gaviria Trujillo (1990-94) teria feito com os grupos insurgentes que abandonaram a luta. Devemos lembrar ainda que em 1985 as FARC-EP fundaram a União Patriótica, partido político de esquerda que conseguiu grande representatividade nas eleições e teve mais de três mil de seus partidários assassinados nos anos seguintes. Segundo Reyes, a declaração de guerra no fim de 2002 consistia em...

[...] Poner todo el aparato del estado contra la guerrilla porque no fue solamente los bombardeos, los ametrallamientos y la búsqueda con muchos hombres y armas del ejército buscando los guerrilleros en las profundidades de la selva y en todo lado, sino también una propaganda, un trabajo a nivel de los medios de comunicación al servicio del Estado como Caracol, RCN, El Tiempo y otras agencias ideológicas del sistema. Amenazando a los guerrilleros, declarándolos enemigos del país y ofreciendo recompensa para quien entregara guerrilleros para capturarlos, pidiendo aporte económico de los empresarios nacionales y extranjeros para pagar la guerra contra la insurgencia colombiana.<sup>90</sup>

A partir do final do governo de Pastrana em 2002, as operações militares e os investimentos contra as guerrilhas aumentaram consideravelmente, com a criação de novas brigadas, lembrando que é a partir desse período que as ações militares contra as guerrilhas tornam-se mais frequentes e violentas, da mesma forma, os ataques efetuados pelos grupos insurgentes seguiram a mesma tendência. Vale ressaltar ainda que é nesse período que os grupos paramilitares ganharam maior força tanto no aumento do seu contingente, quanto no dinheiro investido em seu armamento e treinamento.

### 3.2 O PROCESSO DE PAZ E A REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA

O texto do *Plano Colômbia* mostra-se muitas vezes contraditório no que diz respeito aos grupos insurgentes no país. Enquanto em alguns trechos transparece um envolvimento mais direto dos grupos guerrilheiros com o narcotráfico, em outros momentos o processo de paz torna-se importante para que o governo se fortaleça mais rapidamente e concentre seus esforços no combate unicamente ao narcotráfico.

A zona desmilitarizada, criada por lei em 1997 e implantada em 1999 para aproximar o governo e as guerrilhas em um processo de negociação da paz, aparece no texto

como se fosse necessário justificar sua existência perante a comunidade internacional e os críticos dessa medida:

El área desmilitarizada (o "zona de distensión") fue creada por Ley para garantizar la seguridad necesaria con miras a avanzar en las negociaciones con la guerrilla. Esta ley permite que el Presidente cree y suspenda un área de distensión como expresión de la soberanía del Estado. La Ley solamente restringe la presencia del Ejército y la Policía dentro de dicha área y suspende órdenes de captura, sin embargo, no restringe la actividad de los funcionarios elegidos a nivel local o regional<sup>91</sup>.

As maiores críticas à existência da zona desmilitarizada defendiam que tal área era concedida às FARC-EP, dando-lhe poderes totais para o controle da região, onde estariam inclusive cultivando coca e refinando cocaína. Nesse aspecto, justificar sua função parece lícito, afirmando ainda que tal lei restringia a presença do Exército e polícia na região, como uma forma de garantir uma maior “tranquilidade” nos diálogos com os líderes e representantes da guerrilha.

Embora a existência de tal área parecesse para muitos como um exemplo do alto poder da guerrilha, onde esta estaria inclusive cultivando coca, o governo coloca em seu discurso que tal área só pôde ser criada graças ao grande poder do Estado colombiano, tentando passar uma imagem de segurança para a população, como se o governo tivesse total controle da situação, com liberdade para criar e acabar com a área desmilitarizada, como realmente o fez no final do governo de Pastrana em 2002, quando as negociações com a guerrilha cessaram e os bombardeios começaram a ser lançados na área, a fim de que o grupo insurgente se retirasse do local. Tal ação teria ainda diminuído a popularidade de Pastrana, dando força para os críticos de suas ações como seu sucessor, Álvaro Uribe.

Além de um panorama na situação colombiana do período, enfatizando os avanços no processo de paz com as FARC-EP e as negociações para a libertação dos reféns mantidos pelo ELN, o documento pede a ajuda da comunidade internacional nos âmbitos diplomático e financeiro para tornar as negociações pela paz uma realidade, alegando que a função desempenhada pela comunidade internacional deveria ser de mediadora, observadora e posteriormente garantir que os pontos acordados sejam cumpridos por ambos os lados, pressionando-os para que o processo siga adiante.

Os países vizinhos ainda deveriam manter a segurança nas áreas fronteiriças com a atuação de forças militares e policiais, a fim de garantir o andamento do processo e

---

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> COLOMBIA. Presidencia de La Republica, op. cit.

barrar qualquer ação considerada terrorista, porém mantendo princípios de não-intervenção (militar ou política) em assuntos internos do Estado colombiano. O último parágrafo do subtítulo que trata do processo de paz reafirma a importância deste para o fortalecimento do Estado e combate ao narcotráfico:

Un proceso de paz exitoso también tendrá un impacto positivo sobre la lucha contra la droga, ya que el gobierno podrá ampliar su implantación de la ley y de los programas de desarrollo alternativo hacia las áreas más involucradas en la producción de narcóticos. La actividad guerrillera y el narcotráfico son los problemas que, aun entrelazados de cierta manera, tienen orígenes y objetivos diferentes. La guerrilla opera bajo un esquema revolucionario de tipo político militar que exige una solución negociada, lo cual en ningún caso sería aplicable a los narcotraficantes<sup>92</sup>.

O trecho ainda define os grupos insurgentes (segundo o texto, as FARC-EP com suas raízes no movimento agrário e o ELN, fruto da Guerra Fria) e o narcotráfico como sendo forças distintas, com objetivos e origens diferentes, sem descartar uma certa ligação entre ambos, afirmando ainda que o processo de paz poderia ser negociado com as guerrilhas, mas tal ação não deve ser aplicada aos narcotraficantes, que devem ser combatidos.

Embora o texto reconheça as raízes dos movimentos insurgentes, em alguns trechos transparece que estes, no decorrer dos anos, passaram a ter sua luta, expansão territorial e militar financiados por extorsões, seqüestros e “impostos” cobrados inclusive por intermediários ligados aos traficantes. Um dado interessante é que o título *El Proceso de Paz*, colocado como o primeiro item discutido no *Plano Colômbia*, está localizado por último na segunda versão em inglês, o que pode ser visto como um assunto que deve ser tratado com menos relevância pelos que produziram tal versão, assim como seu público-alvo.

No que se refere aos problemas econômicos colombianos e a reorientação dessa economia (o capítulo II – *Reencauzando la Economía*), o levantamento apresentado pelo texto do *Plano Colômbia* afirma que em 1999 a economia do país enfrentava uma séria crise, com o desemprego chegando a afetar 20% da população economicamente ativa do país, além de enfrentar pelo terceiro trimestre consecutivo um crescimento negativo do produto interno bruto. Considera-se como agravantes da situação o baixo preço de produtos como o café e os efeitos causados por um terremoto no país naquele ano (em 25 de janeiro, atingindo 6 graus na escala Richter), associados à onda de violência e insegurança, estariam afetando e diminuindo a confiança na economia colombiana.

---

<sup>92</sup> Ibidem.

Segundo o texto, com uma economia frágil e uma grande parcela da população desempregada, as atividades relacionadas ao narcotráfico acabaram se tornando alternativas de renda para essas pessoas. Com a estratégia de fortalecimento da economia (seja na economia interna, fortalecimento dos bancos e estímulo à exportação) e a geração de emprego principalmente no setor privado, pretendeu-se reduzir o número de pessoas sustentadas pelas atividades consideradas ilegais e pelo narcotráfico, criando oportunidades para que estas consigam novos empregos, desligando-se e conseqüentemente enfraquecendo a economia da droga, sem se esquecer da necessidade de estímulos e investimentos para a manutenção e crescimento das Forças Armadas, da polícia e do sistema judicial a fim de garantir um combate mais efetivo às atividades ilegais.

Traçando um panorama da economia colombiana na década de 1990, o texto procura mostrar os motivos que levaram a economia do início da década a enfrentar um período de recessão que culminava na crise em 1999. Com a abertura do mercado à economia externa, defendia-se que a economia do país teria se acelerado, porém a baixa lucratividade de cereais como o trigo e a cevada, além de produtos como o algodão, sorgo e soja devido aos preços competitivos no mercado externo teriam causado uma perda de aproximadamente 700 mil hectares da produção agrícola no país, causando momentos de instabilidade no campo, área em que as guerrilhas são muito mais atuantes e influentes.

O texto ainda critica a modernização lenta no campo, o que dificulta uma produção em maior escala e de melhor qualidade, porém deve-se lembrar que, contraditoriamente, a alta mecanização no campo é um dos principais fatores para o desemprego nas áreas rurais e responsável pelo êxodo rural, problema enfrentado na maioria dos países em desenvolvimento, pois quanto maior o número de máquinas atuando no campo, menor é o número de trabalhadores necessários para manter a produção. Para tanto, deve-se considerar que em áreas de grande produtividade a mecanização encontra-se em fase avançada, com uma parcela pequena da população economicamente ativa atuando no setor primário.

Na tentativa de reverter esse quadro, a redação do plano buscava estratégias de desenvolvimento econômico para a geração de emprego, o fortalecimento da economia e sua maior competitividade no mercado externo, investindo na indústria e comércio. Pedese ainda uma maior transparência nos diálogos entre governo colombiano e a OMC (Organização Mundial de Comércio) a fim de garantir vantagens e acordos bilaterais para que a produção colombiana possa entrar com mais força nos mercados norte-americano e europeu, alegando que dessa maneira tais países estariam contribuindo para o combate ao narcotráfico,

pressupondo que o fortalecimento da economia colombiana seria uma forma de enfraquecer os traficantes. Porém, mesmo com as medidas de Bill Clinton para uma maior abertura econômica, os objetivos da ALCA dificilmente se converteriam em acordos bilaterais entre os Estados Unidos e os demais países latino-americanos.

### 3.3 A ESTRATÉGIA ANTI-NARCÓTICOS

Classificado como uma das maiores prioridades do governo colombiano, a redação do plano considera o narcotráfico como uma força desestabilizadora, a principal responsável pela violência no país. Embora em outros momentos do *Plano Colômbia* se admita que os problemas colombianos possuam raízes históricas, nesse trecho os fatores anteriores que culminaram na violência no país parecem ser ignorados, associando esse problema unicamente ao narcotráfico e às extorsões praticadas pelas guerrilhas, resultando em uma análise superficial, pois embora a violência no país seja um fato presente em 1999, é preciso compreender os vários motivos que levaram o país a chegar à situação descrita no documento. Em um trecho do item *La Estrategia Antinarcóticos* que se discute a violência, pode-se ler:

El fenómeno del conflicto interno se ha imputado a la inestabilidad inducida por cuatro vectores cuyas actividades agresivas fomentan una violencia física, psicológica, social y política: las organizaciones del narcotráfico, los grupos subversivos, los grupos de autodefensa al margen de la ley y la delincuencia común.

Embora o texto coloque quatro diferentes tipos de violência presente no país, assim como os quatro grupos responsáveis por essa violência, não se pode identificar em que momento e com que intensidade cada um desses grupos é responsável por essa violência, trazendo mais uma vez a idéia de que a solução está na injeção de capital estrangeiro na economia colombiana e no investimento em equipamentos para as Forças Armadas e a Polícia Nacional.

A estratégia anti-narcóticos, que busca um resultado a longo prazo, possuía a pretensão de reduzir em 50% o cultivo, processamento e distribuição da droga. Embora os indicadores confirmem que a área de cultivo tenha sofrido uma queda (de 163.300 para 114

mil hectares entre dezembro de 2000 e dezembro de 2004, segundo a CODHES<sup>93</sup>), não se pode afirmar que os lucros do tráfico de entorpecentes tenham seguido essa mesma tendência, devido ao consumo sempre crescente e aos meios de produção e distribuição se adaptando, conforme afirma o mesmo documento do CODHES:

La oferta de cocaína en los mercados ilegales de Estados Unidos y Europa se mantiene, el consumo de drogas tiende a crecer y los precios continúan estables. Es decir, hay oferta en los países productores, en los cuales es más rentable sembrar coca que maíz, porque hay demanda en los países consumidores, en los cuales hay suficiente dinero para seguir comprando drogas. Por esta vía, el mercado determina una diseminación de los cultivos de uso ilícito y una fragmentación de los cárteles de la droga, de tal forma que se garantiza producción y comercialización en medio de las fumigaciones y de las operaciones antinarcoóticos de los gobiernos de Estados Unidos y Colombia<sup>94</sup>.

Mais uma vez surge a idéia de que o combate ao narcotráfico tornou-se ineficaz na Colômbia, principalmente se considerarmos que uma grande porcentagem da verba enviada pelos Estados Unidos foi aplicada em equipamentos e assuntos militares, restando às reformas sociais uma pequena porcentagem do investimento. O combate ao narcotráfico, reduzido a incursões militares e operações de fumigação de produtos químicos, o chamado “gás verde” nas plantações de coca, parecem não atingir um resultado considerável enquanto o mercado consumidor continuar financiando tal prática. O combate aos cartéis acaba por provocar uma “redistribuição de consumidores” para laboratórios e fornecedores de menor expressão, que logo se organizam para suprir as necessidades de seus novos clientes.

O combate aos plantadores de coca já havia sido estabelecido nos países sul-americanos produtores a partir da política anti-drogas de Reagan em 1986, provocando uma diminuição da área de cultivo em determinados países e o aumento da produção colombiana.

Na Bolívia, por exemplo, dos cerca de 66.148 hectares utilizados para o cultivo de coca em 1986 haviam caído para 21.800 hectares em 1999, assim como no Peru onde as áreas cultivadas passaram de 150.400 hectares em 1986 para 38.700 em 1999. Porém na Colômbia as áreas cultivadas passaram de 24.240 hectares em 1986 para 122.500 em 1999, sendo complementadas ainda à cultura da maconha que cresceu de 2 mil para 5 mil hectares

<sup>93</sup> CODHES – Consultoría para los Derechos Humanos y El Desplazamiento. *Plan Colombia: Fracaso Anunciado*. Bogotá, 18 de mayo de 2005. Disponível em: <[www.colombiainternacional.org/Doc%20PDF/EU-PlanColombia-FracasoAnunciado.pdf](http://www.colombiainternacional.org/Doc%20PDF/EU-PlanColombia-FracasoAnunciado.pdf)>. Acesso em: 3 fev. 2008.

<sup>94</sup> Idem.

no mesmo período e da papoula, inexistente em 1985, mas ocupando uma área de 7.500 hectares em 1999<sup>95</sup>.

Na seqüência da redação do *Plano Colômbia*, encontra-se uma afirmativa da interdependência entre traficantes e grupos insurgentes, aparecendo pela primeira vez a expressão “terrorista”, referindo-se a ações praticadas pelos grupos armados.

La guerrilla y los grupos de autodefensa al margen de la ley amenazan al Estado con intentos de controlar el territorio soberano mediante la interrupción del orden público en asaltos, secuestros, retenes viales y ataques terroristas. Los traficantes dependen de cultivos de coca y amapola en áreas remotas fuera del control del gobierno, tanto el tráfico como el procesamiento se realizan en el sur del país donde existe una presencia fuerte de la guerrilla<sup>96</sup>.

Afirmando que a maioria dos cultivos de coca e papoula estariam em áreas de grande movimentação e presença das guerrilhas e demais grupos à margem da lei, que realizariam ataques terroristas (mesmo sem indicar qual seria o grupo que realiza tais ações e a que tipo de ataques se atribuem o rótulo de “terrorista”), aos poucos a tese da narco-guerrilha pode ganhar força entre os que pretendem combater os grupos insurgentes e justificar as ações em prol da humanidade, com o combate ao cultivo de drogas ilícitas. Na seqüência do parágrafo supracitado, ainda pode-se constatar:

Mientras esta fuente independiente de drogas y de ingresos permanece fuera del control de las Fuerzas Armadas y la Policía, la guerrilla, los grupos de autodefensa al margen de la ley y los narcotraficantes se fortalecerán y representarán una amenaza mayor al Estado<sup>97</sup>.

Ao mesmo tempo que o texto alega que tais forças acabam por agir em conjunto, promovendo uma maior instabilidade e enfraquecimento do Estado, deve-se lembrar que as guerrilhas, as autodefesas (como a AUC) e os narcotraficantes constituem-se em grupos antagônicos atuando sobre um mesmo território e realmente desestabilizando o poder central. Porém, seguindo o mesmo raciocínio, pode-se elencar entre os inimigos das FARC-EP outras guerrilhas como o ELN, as autodefesas, Exército e Polícia Nacional, comprovando a complexidade dos combates e disputas por território e poder em solo colombiano, onde diferentes forças, ao mesmo tempo que se atacam, acabam por enfraquecer um inimigo em comum.

<sup>95</sup> TAMAYO, Manuel Salgado, op. cit.

<sup>96</sup> COLOMBIA – Presidencia de la Republica, op. cit.

<sup>97</sup> Idem.

Entre os principais objetivos da estratégia anti-narcóticos, destacam-se o estabelecimento de controle militar e político nas áreas de maior cultivo ilícito, assim como o combate às roças com as Forças Armadas e a Polícia, um dos objetivos mais criticados do *Plano Colômbia*, visto que prega o uso de força militar contra os produtores de coca, que são na maioria camponeses obrigados a adotar tais culturas mediante ameaças dos traficantes ou necessidade de subsistência, pela maior lucratividade da lavoura da coca. Critica-se tal ação, pois dessa forma, as missões concentram-se sobre trabalhadores rurais e não os financiadores do tráfico, que podem facilmente impor os cultivos ilícitos a outras famílias em regiões mais distantes.

Os demais objetivos da estratégia dizem respeito ao combate à corrupção e fortalecimento do sistema judicial nas áreas de maior controle dos grupos armados, combate aos seqüestros, extorsões e a venda de armas, a tentativa interromper o transporte e venda de produtos ilícitos, e finalmente financiar a substituição e o desenvolvimento de culturas alternativas, objetivo esse aplicado em determinadas regiões, mas que não se espalhou, devido a vários motivos, tais como a falta de incentivo em um prazo maior, e à facilidade do suborno aos fiscais que deveriam contribuir no desenvolvimento de tais práticas.

Uma postura mais radical das FARC-EP, oficializada em um documento de março de 2000 propõe uma estratégia mais agressiva, apoiada por alguns intelectuais que analisam o narcotráfico mundial:

El narcotráfico es un fenómeno del capitalismo globalizado y de los gringos en primer lugar. No es el problema de las FARC. Nosotros rechazamos el narcotráfico. Pero como el gobierno norteamericano pretexto su criminal acción contra el pueblo colombiano en la existencia del narcotráfico lo exhortamos a legalizar el consumo de narcóticos. Así se suprimen de raíz las altas rentas producidas por la ilegalidad del este comercio, así se controla el consumo, se atienden clínicamente a los farmacodependientes y liquidan definitivamente este cáncer. A grandes enfermedades grandes remedios<sup>98</sup>.

Ao adotar esse tipo de discurso, a guerrilha contesta os objetivos contidos na redação do *Plano Colômbia* e sua suposta ajuda ao país. Nesse raciocínio, os principais financiadores do narcotráfico seriam os próprios cidadãos norte-americanos e europeus, e sua legalização resultaria em uma diminuição dos preços, desestabilizando o tráfico, suas redes envolvidas e diminuindo em grande escala sua lucratividade. Dessa forma, a produção da matéria-prima ilegal (a coca e papoula o exemplo) também sofreria uma queda de preços,

---

<sup>98</sup> FARC-EP. **Legalizar el consumo de la droga**: única alternativa séria para eliminar el narcotráfico. Disponível em: <[www.farcep.org/unicaalternativa.html](http://www.farcep.org/unicaalternativa.html)>. Acesso em: 21 out. 2006.

podendo ser cultivada nos países consumidores. As FARC-EP ainda consideram que se os objetivos do *Plano Colômbia* realmente são humanitários, os países envolvidos deveriam então financiar políticas para o tratamento dos dependentes químicos e o financiamento do plantio de alimentos nas áreas antes ocupadas pela coca. Alegando que o combate ao narcotráfico seria um pretexto para uma intervenção mais direta na Colômbia, o documento dos guerrilheiros conclui:

Si de verdad quieren liquidar el fenómeno del narcotráfico, deben ser serios. No utilizar la desgracia de nuestro atraso como elemento electorero en la lucha de demócratas y republicanos en los EE.UU. Y menos, como vergonzoso pretexto para justificar intromisiones en asuntos internos de nuestros países.<sup>99</sup>

Devemos lembrar que embora a legalização de drogas ilícitas seja uma manobra radical para a desestabilização e o combate ao narcotráfico, há correntes apoiadas na afirmação de que tal legalização, desde que bem estruturada para os cuidados médicos de seus dependentes e campanhas de conscientização como são as vinculadas contra o alcoolismo, tabagismo e mesmo o consumo de drogas podem trazer resultados mais diretos.

As críticas às operações norte-americanas e colombianas no combate ao narcotráfico e suas intenções no país ganharam mais força na medida em que os principais atingidos por esses combates e as operações de fumigação nas plantações de coca foram os produtores rurais colombianos, muitos deles morrendo intoxicados pelos produtos despejados nas lavouras. Enfim, combate-se o elo mais fraco da cadeia, não causando danos aos verdadeiros financiadores de tais práticas. No último parágrafo desse item, onde se encontra o resumo das estratégias anti-narcóticos lê-se:

El propósito de esta estrategia es fortalecer la lucha contra el narcotráfico mediante la coordinación de todos los elementos de las Fuerzas Armadas y de la Policía en contra de los traficantes. Nuestra meta es eliminar la producción de drogas a gran escala, de acabar con la violencia y delincuencia a gran escala de los grupos armados, promover el respeto por los derechos humanos y romper los nexos entre los grupos armados y el apoyo que reciben de la industria del narcotráfico.

Porém, o que se pode notar em toda a redação é que mesmo quando se planeja ações humanitárias ou de proteção à população, as mesmas estão limitadas a aumento do efetivo das Forças Armadas, Polícia e seus instrumentos, onde agindo como principais atores do combate ao narcotráfico, “las Fuerzas Armadas aumentarán su capacitación en

derechos humanos antes, durante y después de cada fase”. Alguns trechos ainda planejam a destruição de laboratórios de refino de coca, melhoria nos serviços de inteligência, uma melhor estrutura para a vigilância do espaço aéreo (com radares, instrumentos e mais aeronaves) e operações conjuntas noturnas, fluviais, de selva, entre outras, porém não mostra como tais estratégias poderiam ser aplicadas, ou seja, quem seria o responsável pelo investimento em treinamento, armamento e, por exemplo, a compra de radares.

Embora seja um problema que englobe praticamente todos os setores da sociedade colombiana, o combate ao narcotráfico foi realizado com políticas e discursos extremamente militares, como se pôde comprovar nos anos seguintes à implantação do *Plano Colômbia*. O discurso do documento nesse subtítulo parece reforçar a idéia construída durante o governo de Reagan, considerando a existência da cultura da coca na América andina como principal responsável pelo o subdesenvolvimento regional. As estratégias referentes à sociedade colombiana seriam melhor explicitadas nos dois últimos tópicos, que traçam metas para a reforma judicial e a proteção dos direitos humanos, além do desenvolvimento social.

#### 3.4 A REFORMA DO SISTEMA JUDICIAL, DIREITOS HUMANOS, DEMOCRATIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A fim de restabelecer o poder e a confiança da população pelo Estado, o quarto capítulo do *Plano Colômbia* esboça a necessidade de se reformular o sistema judicial como uma forma de garantir a punição aos narcotraficantes, que estariam subornando os agentes de justiça do país para continuarem livres. Para garantir a consolidação do Estado de direito, pretendeu-se realizar a construção de penitenciárias de alta segurança, a fim de impedir a atividade dos traficantes ou pessoas envolvidas com o tráfico dentro dos pátios da prisão, fato muito comum inclusive no sistema prisional brasileiro desse início de século XXI.

Defende-se ainda que os seqüestros que se tornaram cotidianos no país possam ser combatidos, pois estes, segundo o documento, estariam sendo influenciados pelo narcotráfico. Segundo a redação do *Plano Colômbia*, o combate a essa prática deveria englobar diversos setores:

---

<sup>99</sup> Ibidem.

Las estrategias para esta prioridad incluyen el desarrollo de programas antiviolencia en todo el país con la participación de las Fuerzas Armadas y de la Policía, el sistema de justicia y los líderes comunitarios, con énfasis en los delitos relacionados con el narcotráfico; y el diseño, capacitación y dotación de una unidad antisequestros para investigar y procesar a los secuestradores<sup>100</sup>.

Vale lembrar que os seqüestros foram muito comuns na década de 1980 nas zonas mais prósperas da Colômbia, realizados pelo ELN a fim de acarear fundos e, segundo o próprio ELN, obrigar os empresários a investir em obras sociais nas regiões de atuação de suas indústrias. Na década de 1990 as FARC-EP passaram a adotar essa prática, objetivando, segundo documentos da guerrilha, a troca de prisioneiros e a tentativa de acelerar as negociações com o Estado, chamando a atenção das autoridades, inclusive no âmbito internacional.

O documento ainda almeja mudanças para maior agilidade nos processos judiciais, além de punições mais efetivas aos condenados, chamando a atenção para o combate à impunidade, com a criação de comitês responsáveis pela fiscalização e promoção dos direitos humanos, além de um sistema de proteção para as pessoas que trabalham no sistema judicial e as testemunhas. Mais uma vez o narcotráfico é colocado como o principal responsável pelo sistema judicial falho colombiano. A indústria da droga seria a principal causa da corrupção em toda a máquina governamental, atingindo funcionários públicos de nível local a nacional.

Mais uma vez, o discursos sobre as reformas judiciais e direitos humanos vai culminar na importância do combate ao narcotráfico, chamando a atenção para o investimento na fiscalização e no combate às atividades ilícitas. Fazendo um breve comentário sobre a importância das campanhas de conscientização destinadas aos usuários colombianos, o documento reafirma a necessidade de investimento para a criação de órgãos especializados, que trabalhariam em conjunto com as Forças Armadas para garantir o desmantelamento dos laboratórios de refino de cocaína, procurando ainda identificar e acabar com as rotas de transporte da droga em aeroportos internacionais e na patrulha marítima. Esse último trecho parece estar muito mais voltado para a política anti-narcóticos norte-americana, visto que pretende aumentar as ações e a fiscalização na tentativa de evitar o transporte e o comércio de entorpecentes no mercado externo, e não propriamente o desmantelamento da rede de comunicação e transporte existente dentro do país.

---

<sup>100</sup> COLOMBIA. Presidencia de la Republica, op. cit.

Objetivando a diminuição da violência e uma maior conscientização da população, esse último item propôs medidas que deveriam ser desenvolvidas para assim garantir uma maior eficiência da ação governamental e o apoio da população, que teria melhorias em suas condições de vida. Coloca-se primeiramente a necessidade de assistência às vítimas de violência e os desabrigados, como uma forma de afastar essas pessoas do convívio e possível apoio a grupos armados como as guerrilhas e os traficantes.

Sabe-se que a parcela da população que mais sofre com o conflito entre os grupos insurgentes e o Estado são de baixa renda, que vive nas áreas próximas ou de influência de algum grupo, seja a guerrilha, as autodefesas, traficantes ou o Exército. Além de uma ajuda financeira para as vítimas da violência, o documento ainda propõe o desenvolvimento de programas de reabilitação e tratamento psicológico, principalmente para crianças, além da importância da retirada de minas terrestres espalhadas nas áreas de conflito mais intenso.

Com relação aos desabrigados, sejam estas pessoas que fugiram das áreas de conflito ou teriam sido expulsos por algum grupo com maior poder na região (fato este muito comum entre os traficantes, aplicados às famílias que se recusam a plantar a coca), pretende-se, na medida em que processo de paz avançasse, investir na recolocação dessas pessoas nas suas áreas e propriedades de origem, oferecendo ainda serviços básicos como água potável e saúde para as pessoas que vivem nas áreas de conflito, com o apoio de investimentos estrangeiros.

Uma das principais estratégias para o desenvolvimento humano presente no plano é apresentada já no final do documento. Os projetos para o desenvolvimento alternativo no campo, que deveria ser implantado em áreas onde o Estado é frágil ou ineficiente:

Esta estrategia busca introducir alternativas integrales, participativas, rentables y económicamente sostenibles en áreas rurales, particularmente en aquellas zonas afectadas por la combinación de conflicto intensivo, presencia deficiente del Estado, capital social bajo, pobreza, cultivos ilícitos y problemas ambientales relacionados con ellos<sup>101</sup>.

Basicamente, a estratégia resume-se no trabalho conjunto de comunidades locais, investimento privado ou estrangeiro e pequenos produtores. A iniciativa privada garantiria investimentos para a criação de pequenas empresas e cooperativas rurais, manutenção de estradas, energia e transporte fluvial, no sentido de substituir o cultivo da coca, papoula ou da maconha por culturas alimentícias, voltadas para o mercado interno e

externo. A iniciativa privada ainda seria a responsável pela construção e manutenção de obras de infra-estrutura para essas áreas, como as estradas supracitadas, saneamento básico, educação, saúde entre outros, serviços que deveriam ser garantidos e mantidos pelo governo colombiano.

Embora seja uma boa iniciativa, os investimentos em desenvolvimento de cultivos alternativos necessitam de um grande fluxo de investimento e a manutenção dessa estrutura a longo prazo (o documento estimou um total de 570,8 milhões de dólares para o período 1999-2002), garantindo ainda que as pessoas que adotarem tais culturas seriam protegidas dos massacres comandados pelos narcotraficantes contra comunidades rurais que deixam de produzir ou trabalhar nas roças de cultivos ilícitos:

El costo estimado de la estrategia de Desarrollo Alternativo para 1999-2002 es de 570,8 millones de dólares; 342,5 millones se utilizarán para proyectos de producción y transferencia de tecnología, 100 millones para infraestructura en áreas rurales, 86 millones para la conservación y restauración de áreas ambientalmente frágiles, y 42,3 millones de dólares para apoyar el desarrollo de las comunidades indígenas<sup>102</sup>.

O governo colombiano estaria estudando (em 1999) três alternativas para que essas pessoas se afastassem das plantações consideradas ilegais, com a transferência das pessoas para terras mais distantes da influência dos traficantes, administradas pelo *Incora* (Instituto Colombiano para la Reforma Agraria), a admissão de antigos trabalhadores das roças de coca em pequenas empresas instaladas em áreas urbanas, ou ainda um projeto de incentivo à cultura e à valorização de áreas florestais, junto às comunidades locais e grupos indígenas, na tentativa de impedir o avanço das roças para dentro das áreas florestais, já que segundo dados do próprio documento, agindo como uma fronteira agrícola, o conflito armado e o cultivo da coca também avançam sobre a floresta, onde ambas as atividades teriam sido responsáveis pela derrubada de cerca de um milhão de hectares desde 1974.

Finalmente, documento atenta para a necessidade de investimento e fortalecimento dos núcleos de poder municipais, na tentativa de garantir com mais rapidez e eficiência a ação governamental na administração e realização de políticas públicas e sociais em todo o território colombiano, seja pelo desenvolvimento de cultivos alternativos, infra-estrutura, ou as demais estratégias discutidas durante a redação do *Plano Colômbia*. O último parágrafo do documento parece traçar de maneira resumida um objetivo mais humanitário:

---

<sup>101</sup> Ibidem.

<sup>102</sup> Ibidem.

Con el fin de fortalecer el desarrollo institucional, esta estrategia también promoverá una mayor confianza, legitimidad y fe en las instituciones públicas. Se fomentarán mecanismos formales e informales que inculquen la tolerancia, la justicia, la seguridad y los cambios en los patrones culturales que incitan a reacciones violentas, al conflicto. Todo ello se complementará con un apoyo activo para fomentar redes locales de paz<sup>103</sup>.

Embora no texto possa-se notar a existência de estratégias de desenvolvimento humano e social, na prática o *Plano Colômbia* se mostrou como uma estratégia estritamente militar, com o apoio efetivo das Forças Armadas norte-americanas e os investimentos mais maciços de caráter bélico, deixando uma pequena parcela das verbas para as estratégias sociais, o que mostrou-se ser insuficiente para a manutenção e o sucesso de projetos como a substituição de cultivos ilícitos, a longo prazo.

Segundo dados mais recentes da ONU, através do relatório *World Drug Report 2008*, UNODC (*United Nations Office on Drugs and Crime*), o cultivo da coca voltou a crescer nos países produtores, com a Bolívia e Peru apresentando um crescimento moderado enquanto a Colômbia atingiu um aumento de 27% da área de cultivo da coca, que ainda é 40% menor do que a compilada em 2000:

In 2007, the total area under coca cultivation in Bolivia, Colombia and Peru increased 16% to 181,600 ha. Despite the increases, the global area under coca cultivation continues to be lower than in the 1990s and 18% below the level recorded in 2000 (221,300 ha). (In Colombia, the level of cultivation in 2007 is 40% lower than it was in 2000.) In 2007, coca cultivation in Peru increased by 4 % to 53,700 ha. For a second consecutive year, coca cultivation increased in Bolivia, and amounted to 28,900 ha in 2007, an increase of 5%<sup>104</sup>.

Embora as áreas de cultivo de coca tenham diminuído no país durante a vigência do *Plano Colômbia*, não se pode afirmar que tal diminuição enfraqueceu os traficantes, na medida em que o combate à cultura da coca ocorreu por via militar, de forma autoritária e violenta contra os produtores de coca, não garantindo aos mesmos outras alternativas de cultivo. Embora a área de produção ainda seja 40% menor do que a encontrada no território colombiano em 2000, o crescimento do comércio da cocaína e o aumento ainda modesto das plantações (vide Anexo A) parecem indicar que a cruzada contra as drogas não alcançou resultados satisfatórios, pelo menos no que se refere ao combate às drogas.

Critica-se ainda que o combate ao narcotráfico e as guerrilhas acabou por articular um maior desenvolvimento dessas forças, o que também pode ser notado com o

---

<sup>103</sup> Ibidem.

<sup>104</sup> UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **World drug report 2008**. Disponível

fortalecimento e a fundação do maior grupo paramilitar do país, a AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia). A população rural nas áreas de maior conflito continuam a constituir as principais vítimas do confronto, seja pelos massacres, ou intoxicados pelas operações de fumigação das lavouras. Embora o principal motivo da elaboração e aplicação do *Plano Colômbia* seja a busca pela paz, o chamado “Plan para la Paz, la Prosperidad y el Fortalecimiento del Estado” parece ter contribuído unicamente para elevar o grau de violência, corrupção e militarização no país.

### 3.5 O PANORAMA COLOMBIANO: CONSIDERAÇÕES

Um documento redigido pelo *Center of International Policy* visitou algumas regiões colombianas em 2006 a fim de realizar um balanço sobre os resultados obtidos pelo *Plano Colômbia*. Visitando o departamento de Putumayo na fronteira com o Equador, que entre 2000 e 2001 possuía a maior produção de coca entre todos os departamentos colombianos, abrigando uma concentração de guerrilheiros, mas com a maioria das suas cidades tomadas e controladas (violentamente) por grupos paramilitares, o departamento contava em 2006 com um grande número de operações de fumigação na zona rural e uma grande concentração militar.

O *Plano Colômbia* insere-se, portanto na estratégia de retomar o controle sobre a América Latina como um todo, apoiado por uma suposta cruzada contra as drogas. Considerando os revezes de uma intervenção direta sobre os grupos opositoristas do continente, os Estados Unidos adotaram um regime de maior cautela a fim de evitar o levante de grupos e movimentos opostos à sua política externa, visto o seu poder na ação conjunta. Para tanto, o *Plano Colômbia* caracterizou-se em um primeiro passo a fim de resolver os entraves norte-americanos isoladamente, a um prazo maior.

James Petras afirma que o objetivo das ações norte-americanas resume-se primeiramente na eliminação das guerrilhas colombianas, seus discursos e força entre as classes mais baixas, mantendo no país uma certa instabilidade para a legitimidade das ações militares norte-americanas na América do Sul. Petras ainda defende que Washington pretende

agir com cautela sobre os países do chamado triângulo radical com o objetivo de isolar a política de Hugo Chávez e finalmente controlar as reservas petrolíferas da região:

Washington adota uma estratégia „dominó“. O Plano Colômbia implica, primeiro, a derrota da guerrilha; a seguir, cercar e pressionar a Venezuela e o Equador antes de partir para o aumento da desestabilização interna. O objetivo estratégico é alcançar a reconsolidação do poder no norte da América do Sul, garantindo acesso irrestrito ao petróleo e aplicar a ideologia do „não existe alternativa para a globalização“ no resto da América Latina<sup>105</sup>.

Tal tendência pode ser notada ao se analisar o peso das ações e gastos militares durante a vigência do *Plano Colômbia* em relação aos gastos sociais pretendidos na redação do documento. O caráter estritamente militar das ações norte-americanas na região também pode ser facilmente reforçado com a implantação no governo de Álvaro Uribe do Plano Patriota, sucessor do primeiro que reforçava ainda mais o combate ao narcotráfico e as guerrilhas pela via militar.

Embora tal possibilidade atualmente possa parecer remota, o triunfo das guerrilhas colombianas encabeçadas principalmente pelas FARC-EP e o ELN poderia ser encarado com uma alternativa à política pretendida pelos Estados Unidos, servindo como um exemplo a outros movimentos sejam camponeses, indígenas ou de qualquer outra natureza: “o plano trata de evitar que a Colômbia se converta num exemplo que demonstre que existem alternativas e que Washington pode ser vencido”<sup>106</sup>.

Embora muitos intelectuais de esquerda ainda defendam que as guerrilhas colombianas ainda possuam força e legitimidade para tomar o poder e aplicar uma forma de governo baseada em princípios e políticas de base social, para outras correntes, as FARC-EP ainda podem possuir tal força e legitimidade, mas seus objetivos atuais teriam se alterado, como o colombiano Eduardo Pizarro Leongómez defende, uma certa deturpação dos objetivos originais das guerrilhas provocada pelo grande montante em investimentos e armas aplicados na guerra interna por parte do narcotráfico e do governo norte-americano.

A situação colombiana acaba por tornar-se mais complexa na medida em que o governo de Álvaro Uribe adotou medidas para a desarticulação e eliminação dos grupos insurgentes, abrindo negociações apenas com as Audefesas Unidas da Colômbia, a AUC. A desmobilização do grupo de Carlos Castaño, acordada em 2003, contribuiu com a criação de novos grupos armados espalhados pelo país, pois algumas antigas frentes da AUC retomaram

<sup>105</sup> PETRAS, James, op. cit., p. 44

<sup>106</sup> Ibidem, p. 45.

as atividades em suas regiões de maior influência (ou simplesmente continuaram os trabalhos), financiados principalmente pelos traficantes locais.

A eclosão de novas forças beligerantes, com a influência e conhecimentos herdados da AUC, dificultam as ações de negociação com as guerrilhas e a busca pela estabilização dos conflitos, visto que tais grupos são motivados por interesses pessoais e principalmente o dinheiro do tráfico, que os contrata para a proteção de determinados territórios, como roças de coca e papoula, laboratórios de refino e redes de comunicação e distribuição segura da droga. Nos últimos anos, investigações identificaram uma série de senadores e outros políticos diretamente ligados aos grupos armados ielgais, financiando e comandando massacres em determinadas regiões (o que ficou conhecido como parapolítica da costa, pelo grande número de mortes na costa norte do país).

A potencialização dos conflitos ocorridos no país vizinho, concomitante à implantação do *Plano Colômbia* na década de 1990, parece ter influenciado a política de defesa brasileira, tanto no sentido da afirmação da neutralidade do Brasil (que se nega oficialmente em reconhecer as guerrilhas colombianas como forças terroristas), quanto pelas preocupações com a região amazônica, seja na manutenção das fronteiras, na ocupação dos “vazios demoráficos” no interior da floresta, ou na afirmação do poder público, através da presença das forças armadas, dos programas de vigilância e nas reorientações para o investimento militar.

Os dois maiores expoentes dessa tendência podem ser notados na revitalização e reorientação do Projeto Calha Norte e a realização dos projetos que permitiram a instalação do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), como uma forma de ampliação da abrangência do Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia).

Martins Filho, baseado em discursos de políticos brasileiros e do Ministério da Defesa ainda argumenta que diferentemente dos Estados Unidos, para o Brasil o problema colombiano configura-se em uma crise civil e não um problema de defesa nacional (alguns políticos defendem ainda a retirada de tropas norte-americanas do país, delegando a solução apenas à Colômbia), argumentando ainda que o Brasil não considera que as guerrilhas colombianas pretendam estender suas ações ao território brasileiro e portanto não planeja lançar nenhuma ação no território colombiano, contrariando as pressões norte-americanas (em nenhum momento os representantes brasileiros taxaram as FARC-EP como sendo um grupo terrorista).

Outro fato importante é a decisão das FARC-EP em não intervir militarmente em qualquer país limítrofe, conforme estabelecido na *Oitava Conferência* em

1993 onde qualquer guerrilheiro deve acatar a "decisión de no intervenir militarmente contra los ejércitos de los países fronterizos en sus territorios"<sup>107</sup>. Porém, tal situação precisa ser analisada com mais cautela, pois a possibilidade de invasão e o estabelecimento de bases de narcotraficantes ou grupos guerrilheiros em território brasileiro podem trazer sérias conseqüências:

Para o Exército, se os cartéis colombianos, os contrabandistas e os movimentos guerrilheiros passarem a utilizar a Amazônia brasileira como base de operações, abrir-se-á mais um flanco para que a comunidade internacional acuse o governo brasileiro de ser incapaz de controlar seu próprio território e proteger a floresta amazônica<sup>108</sup>.

A idéia de debilidade ou falta de maior controle sobre o próprio território poderia ser interpretada como um pretexto para que as tropas norte-americanas também adentrem a Amazônia brasileira no sentido de combater as ações ilícitas e de certa forma legitimar a idéia de que não se trata de uma invasão militar, mas sim uma ajuda ou uma interferência mais direta, já que o Brasil não teria se mostrado forte ou competente o suficiente para barrar a entrada de narcotraficantes ou guerrilheiros no seu território. Segundo Márcio Pereira Rippel, as Forças Armadas brasileiras já teriam contato com as guerrilhas colombianas por duas vezes:

A fronteira brasileira com a Colômbia ainda é relativamente tranqüila, mas já houve fatos que chamam a atenção para aquela área. Há relatos de recrutamento forçado de indígenas brasileiros pelas FARC-EP e, em duas ocasiões, o Exército Brasileiro (EB) teve contato com guerrilheiros: uma em 1991, no Rio Traíra, e outra em 2002, nas proximidades do Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Vila Bitencourt<sup>109</sup>.

A acusação de que o país estaria abrigando tais pessoas ou atividades condenadas por Washington pode ser interpretado como uma afronta à liberdade nesse novo contexto de combate ao terror (identificado por George W. Bush por qualquer Estado ou grupo que possa ameaçar a sociedade ocidental), o que pode abrir espaço para ações mais diretas da comunidade internacional no sentido de garantir (seja pelas ONG's, seja pelas

<sup>107</sup> FARC-EP. Los Documentos de las FARC. Disponível em:

<[www.farcep.org/aniversario/especial40aniv/docs.html](http://www.farcep.org/aniversario/especial40aniv/docs.html)>. Acesso em: 17 out. 2006.

<sup>108</sup> MARQUES, Adriana A. A estratégia militar do Exército Brasileiro para a Amazônia: fundamentos e implicações para a Cooperação Militar no Sul da América Latina. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA: GUERRA E PAZ. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). 23.2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Mídia, 2005. CR-ROM.

<sup>109</sup> RIPPEL, Márcio Pereira. O plano Colômbia como instrumento da política Norte-Americana para a América Latina e suas conseqüências. **Revista da Escola de Guerra Naval**, p. 93.

Forças Armadas) a posse da Amazônia, sob o pretexto de se constituir em uma região de extrema importância para o resto do mundo, garantindo dessa forma o futuro da humanidade, tirando-a do controle de criminosos e de um governo considerado ineficiente.

## **CAPÍTULO 4**

## **BRASIL: A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA E OS REFLEXOS DO PLANO COLÔMBIA NA DEFESA NACIONAL**

A floresta amazônica estende-se por oito países independentes: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, além de uma colônia, a Guiana Francesa, sendo que 60% da floresta encontra-se em território brasileiro. A importância atribuída a essa região no decorrer do século XX tem intensificado os discursos em prol da preservação ambiental ocupação da área, seja pelos países onde a floresta cresce, seja por grandes potências européias e os Estados Unidos. Estima-se em dois milhões o número de espécies endêmicas entre insetos, vertebrados, mamíferos, peixes aves e plantas habitando a região florestal, considerando ainda estudos que indicam a existência de três a cinco milhões de espécies desconhecidas no ecossistema amazônico.

A floresta amazônica comporta no seu bioma uma variedade gigantesca de espécies, bem diferente, por exemplo, das áreas florestais do hemisfério norte. O discurso ambiental em muitos casos está ligado a interesses de grandes empresas do ramo farmacológico, visando o grande potencial de substâncias presentes principalmente na cobertura vegetal da floresta e espécies e substâncias que ainda não foram estudadas ou mesmo descobertas.

O mercado de medicamentos e cosméticos poderia sofrer bruscas mudanças caso uma única empresa consiga o monopólio sobre a exploração e desenvolvimento de produtos “amazônicos”, visto a potencialidade que uma nova substância pode possuir, seja para a criação de novos produtos, ou pela revolução em tratamentos de determinadas doenças. O número cada vez maior de patentes sobre substâncias e produtos amazônicos refletem o crescimento de grupos e de ações ilícitas no âmbito da biopirataria.

Nesse escopo, as grandes áreas cobertas pela floresta, além de uma extensa faixa de fronteira e rios navegáveis, ampliam as ações de biopirataria, seja pelo contrabando de espécimes (principalmente peixes e aves) destinados ao mercado de animais exóticos europeu, seja pela possibilidade do contrabando de substâncias ou espécimes vegetais e animais para a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

As reservas minerais amazônicas também recebem um olhar mais minucioso, visto a dependência de alguns países na aquisição de elementos importantes, como o nióbio (inexistente nas regiões minerais dos Estados Unidos, União Européia e Japão), manganês, estanho e alumínio entre os principais, além de ouro e diamantes. Dados do

CCSivam indicam que as reservas amazônicas de metais nobres como a bauxita, cassiterita, nióbio e ferro possuem um potencial econômico de ao menos 1,6 trilhão de dólares, além de estanho, cobre, titânio, caulim, manganês, níquel e diamante.

Segundo dados levantados por Jean Carlo Silva dos Santos<sup>110</sup>, há ainda grandes jazidas de ouro, diamante, nióbio, estanho, tório, manganês, alumínio, tungstênio, ferro, calcário e cobre localizadas em terras indígenas do Alto Rio Negro, Médio Rio Negro, Raposa/Serra do Sol, Tumucumaque, Vale do Guaporé, Vale do Javari, Waimiri-Atroari e Yanomami. Nesse aspecto, a presença de grupos indigenistas estrangeiros também torna-se um fator preocupante para o Estado brasileiro.

O avanço das madeireiras na extração ilegal de árvores nativas, as pastagens e ações de degradação ambiental acabam por reforçar os discursos estrangeiros sobre a importância da preservação da floresta e o descaso ou falhas atribuída aos países amazônicos, na tentativa de ampliar a atuação estratégica de grupos ou instituições exógenas.

Há ainda as discussões sobre a atuação de grupos armados na área florestal (em especial as guerrilhas colombianas, embora não existam indícios de que estas estariam atuando em território brasileiro) e a presença de narco traficantes, que possuiriam pistas de pouso e laboratórios para o refino de cocaína, além da manutenção de rotas de contrabando e centros de distribuição no interior da floresta. As grandes distâncias, vazios demográficos e a extensão das fronteiras e rede fluvial acabam por dificultar ações que combateriam tais grupos.

A complexidade da realidade amazônica no âmbito ambiental, econômico social e governamental pode ser considerada fator crucial para a orientação de políticas organizadas pelo Estado brasileiro a fim de reafirmar sua presença na região, além de garantir sua soberania e segurança nacional frente discursos que primam pela ingerência ou ineficiência brasileira em combater a degradação ambiental e atividades ilícitas na floresta<sup>111</sup>.

---

<sup>110</sup> SANTOS, Jean Carlo Silva dos. **Gestão estratégica da informação como fator condicionante para a definição e implementação de políticas de defesa e segurança nacional no contexto da Amazônia legal: o caso SIPAM/SIVAM**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública - Centro de Formação Acadêmica de Pesquisa, Rio de Janeiro.

<sup>111</sup> Os problemas amazônicos elencados há pouco, assim como os discursos ambientais, a atuação das ONGs e as ações em prol da preservação mundial da floresta foram citados para mostrar a complexidade de possíveis ameaças e discursos voltados à região amazônica e à soberania nacional atualmente. Tais discussões não se estenderão devido à complexidade do assunto e o grande rol de problemáticas que poderiam se abrir, tirando o foco do trabalho sobre o Programa Calha Norte e o Sivam.

#### 4.1 A PRESENÇA NA AMAZÔNIA DURANTE A COLONIZAÇÃO E O IMPÉRIO: A FLORESTA, A COBIÇA E O IMAGINÁRIO

Os discursos atuais sobre a importância do controle e preservação da Amazônia não se constituem em um fato contemporâneo, visto que as preocupações com a região vêm de longa data. Desde o domínio português, a região amazônica tem se mostrado como uma área de grande importância, seja pelo plano político, econômico ou estratégico, cabendo aos órgãos governamentais criar propostas e atribuir novos valores à floresta e sua biodiversidade, a fim de legitimar o discurso para a ocupação ou operações do Exército e da União. Daniel Antiquera afirma que no período colonial a política externa aplicada na região amazônica limitava-se à expansão e conquista territorial, afirmando que “o objetivo prioritário era conquistar e garantir a soberania sobre o território para colher os frutos desse domínio”<sup>112</sup>.

Ou seja, a princípio Portugal desrespeitava o Tratado de Tordesilhas em nome de sua expansão territorial (visto que a região amazônica encontrava-se no território designado à Espanha), a fim de garantir o controle sobre os recursos e as rotas de comércio, não havendo até o século XIX a pretensão de desenvolvimento do território brasileiro.

No início do século XVII, a Amazônia constituía-se em uma fronteira em aberto e as primeiras expedições organizadas pretendiam estender ou manter o território português de possíveis invasões, pois o Tratado de Tordesilhas deixou de vigorar no período, devido à União Ibérica. As expedições, que segundo Celso Castro e Adriana Barreto de Souza não eram ainda constituídas por homens sob ordens de exército, possuíam um caráter muito mais exploratório, com o intuito de mapear e conhecer o que poderia haver a oeste das povoações portuguesas no nordeste brasileiro, ou seja, terras até então espanholas.

Embora a maioria dessas expedições fossem constituídas por homens de várias nacionalidades, a primeira expedição comandada por um português teria sido a de Francisco Caldeira Castelo Branco (capitão-mor do Rio Grande do Norte até 1613, quando iniciaram-se os combates no Maranhão e assumiu o comando de um grupo armado enviado da Bahia e reforçado em Pernambuco), impulsionada pelas invasões francesas no litoral maranhense. A metrópole só teria dado uma maior importância à região amazônica e ao Maranhão após a ocupação de São Luís pelos franceses em 1612.

---

<sup>112</sup> ANTIQUERA, Daniel de Campos. **A Amazônia e a política externa brasileira**: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002). Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências

Castro e Souza ainda defendem que a idéia de “cobiça” de outros países sobre a região, presente principalmente nas versões históricas propagadas pelo Exército brasileiro, era inexistente, afirmando que “se havia cobiça” pela região, ela provinha dos portugueses, interessados em iniciar o reconhecimento geográfico, a exploração econômica e, assim, garantir a posse do local”<sup>113</sup> e obviamente, o interesse em enriquecer por parte dos exploradores que se embrenhavam na mata ou subiam os rios ainda desconhecidos.

Os autores ainda lembram que as primeiras expedições não devem ser vistas como pertencente a um exército luso-brasileiro (termo utilizado, pois a maioria da expedição era composta por portugueses e brasileiros) pelo simples fato de que em 1615 não existia exército em Portugal<sup>114</sup>, além do que Portugal (e conseqüentemente suas colônias) estava sob o domínio espanhol desde 1580, o que desestruturou de certa forma as organizações militares portuguesas ainda criadas durante o reinado de D. Sebastião (1557-78), que seguiam as chamadas *Ordenanças Sebásticas*. Portanto, tais expedições teriam sido organizadas por ordens de Felipe III da Espanha (que assumiu o trono espanhol em 1598), assim como as ordens para que o governo geral do Brasil organizasse a defesa do Maranhão contra os franceses (e algumas investidas inglesas), que também teriam partido de Madri. Portanto, as expedições realizadas até 1640 objetivavam a exploração de terras castelhanas, levando em consideração a delimitação estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas.

Piero de Camargo Leirner ainda afirma que durante o século XV, na medida em que o poder absoluto do rei aumentava, a nobreza com sua renda cada vez menor acabou por tornar-se o que o autor chama de “a oficialidade”<sup>115</sup>. Seguindo o modelo de organização e em muitos casos financiamento pela nobreza (de certa forma destituída), o exército constituiu-se em verdadeiras forças particulares (porém recebendo o soldo da Coroa no período da expansão marítima portuguesa) até as reformas do Marquês de Pombal em 1757, adotando a partir daí um modelo mais parecido com os dias atuais com divisões e certa hierarquia entre os soldados.

No caso português, com a maioria do efetivo direcionado à força naval, adotou -se na colônia uma forma diferenciada da organização estabelecida na metrópole para dessa forma garantir a defesa do território colonial. Para tanto, a Coroa delegou poderes aos

---

Humanas, Campinas, p. 22.

<sup>113</sup> CASTRO, Celso e SOUZA, Adriana Barreto. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.42.

<sup>114</sup> Castro e Souza colocam que um Exército permanente português só teria sido criado em 1641 como forma de sustentar a revolução de 1640 contra o domínio filipino.

<sup>115</sup> LEIRNER, Piero de Camargo. **Breve história da hierarquia militar**. Meia Volta Volver: um estudo Antropológico Sobre a Hierarquia Militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

senhores de terras para que esses se tornassem responsáveis pela organização e manutenção de contingentes militares sob seu comando. Ainda entre os arregimentados, pode-se notar um grande número de indígenas e escravos, o que posteriormente ganhou força no discurso castrense sobre o mito das três raças unidas para a formação da nação e de certa forma contribuiu para que a hierarquia moldasse a estrutura da organização, em determinados períodos mais presente do que as diferenças sociais.

Segundo Castro e Souza, o território da atual Amazônia brasileira recebeu as primeiras unidades de defesa somente em julho de 1753, quando dois regimentos foram enviados de Portugal para a região. Tais medidas teriam sido tomadas a fim de garantir a posse (e conseqüentemente a defesa) dos territórios recém-anexados ao domínio português pelo Tratado de Madri em 1750 pelo princípio de *uti possidetis* (o que não teria acabado com as tensões entre Portugal e Espanha, despertando inclusive os interesses da França e Inglaterra). Porém as melhorias necessárias para a reforma militar pretendida como a criação de novos regimentos no Grão-Pará acabou perdendo espaço para as disputas com os jesuítas e a criação de companhias de comércio que também visavam a interiorização das fronteiras e a conseqüente necessidade de colonização dessas novas áreas recém-anexadas.

A luta contra os jesuítas, a preocupação com a elaboração de um projeto mais efetivo de colonização e com a criação de uma companhia de comércio na região ganharam prioridade e, para resolver disputas internas, continuava-se recorrendo a forças militares recrutadas de última hora entre a população local<sup>116</sup>.

O Pará só receberia um novo regimento do Exército em 1802, mandado do Rio de Janeiro para reforçar a fronteira com a Guiana Francesa devido às disputas entre os governos português e francês sobre as fronteiras de Caiena. Nos anos seguintes novos regimentos foram incorporados à capitania do Pará, concentrados principalmente em Belém e Macapá. Castro e Souza lembram que tal defesa luso-brasileira, além de tardia, era limitada a uma estreita faixa, visto que no início do século XIX a capitania geral do Pará correspondia aos ainda inexistentes territórios de Amapá, Rondônia, Roraima e Acre, além de praticamente todo o território do que corresponderia hoje ao Amazonas.

A única subdivisão existente, da capitania do Rio Negro, ainda era subordinada ao Pará, ou seja, “até 1822, para guarnecer toda a área da Amazônia contava-se

---

<sup>116</sup> CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 55.

apenas com três regimentos de infantaria e um corpo de cavalaria”<sup>117</sup>, quadro esse que segundo os autores não se alteraria consideravelmente durante os 67 anos de duração da monarquia portuguesa, o que continuava a se constituir em um efetivo reduzido para a defesa de uma área tão vasta. As tropas ficavam aquarteladas na capital enquanto o interior da Amazônia era defendido por pequenas milícias particulares.

Mesmo com a criação da província do Amazonas em 1850, não teria sido criada nenhuma unidade militar para a região, sendo encontrados registros de guarnições fixas na província somente a partir de 1858. Alcemar Ferreira Júnior afirma que durante a Regência (1831-40) houve poucos avanços no Exército, sendo seu contingente reduzido já em 1831 a 50% do efetivo, além da criação da Guarda Nacional<sup>118</sup>, quadro que teria se alterado com uma certa modernização do Exército a partir de 1850, quando começam a ser criados novos regulamentos, leis, repartições, entre outros voltados para a organização da instituição militar, assim como um aparato burocrático utilizado para maior controle dos superiores.

É importante ressaltar também que com um efetivo longe do que seria o ideal em um país de dimensões continentais, questões referentes à segurança na capital Rio de Janeiro e posteriormente a Guerra da Tríplice Aliança (ou Guerra do Paraguai) ocorrida entre 1864 e 1870 obrigou o envio de tropas para a região sul e Mato Grosso, negligenciando de certa forma a defesa do território amazônico, que naquela altura não enfrentava indícios concretos de invasão. Adriana Marques afirma em sua dissertação que devido aos percalços, discussões e situações encontradas durante a Guerra da Tríplice Aliança, o Exército brasileiro se tornou mais homogêneo, mais consciente da sua institucionalidade:

Sem dúvidas, o Exército que emerge da Guerra do Paraguai é dotado de espírito de corpo orgulhoso de sua vitória militar, ressentido com as lideranças políticas e convencido de que as questões de Defesa só são valorizadas pelos próprios militares<sup>119</sup>.

Para Piero de Camargo Leirner, além de todo o sentimento e espírito de tropa herdados durante a Guerra do Paraguai, pode-se notar ainda mudanças, como a hierarquia por méritos de combate, que rompeu com o padrão aristocrático, ainda associado à

---

<sup>117</sup> Idem, p. 56.

<sup>118</sup> FERREIRA JUNIOR, Alcemar. A fênix imperial: o exército brasileiro nas décadas de 1850 e 1860. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Mídia, 2005. CR-ROM.

<sup>119</sup> MARQUES, Adriana A. **Concepções de Defesa Nacional no Brasil: 1950-1996**. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, p. 19.

ligação dos oficiais com a nobreza. Sobre tal aspecto, também compactuando com as palavras de Adriana Marques, Leirner afirma:

Pode-se dizer que a Guerra do Paraguai é um “marco inaugural” para o Exército, no sentido de reunir elementos suficientes para que este, como corpo especializado de combate e representante único e íntegro da defesa nacional em relação aos “estrangeiros” seja visto pelos seus membros como uma “comunidade em si”, que elabora suas próprias regras, tem uma conduta diferente do “restante” da nação e, principalmente, que veja o “restante” como tal<sup>120</sup>.

Devido à mobilização das tropas para o conflito no sul do Brasil e com os pequenos contingentes militares presentes na região amazônica no período, tudo leva a supor que, ao contrário do que o Exército prega, os principais responsáveis pela interiorização e colonização da Amazônia brasileira teriam sido as missões jesuíticas, que se estenderam ao longo de vários rios da bacia amazônica. Segundo Castro e Souza, a maioria das expedições possuíam alguns religiosos, o que facilitava a comunicação junto aos grupos indígenas presentes no interior e de certa forma já familiarizados com as ordens religiosas na região, não sendo, portanto as fronteiras delimitadas ou mantidas pela força das armas, mas sim muito mais pela diplomacia, ou seja, “não só a presença do Exército continuava inexpressiva, como também não se pode atribuir a ela a constituição e a defesa das atuais defesas brasileiras. Essas não se formaram através de uma política agressiva de guerras”<sup>121</sup>, mas sim por acordos diplomáticos, como o Tratado de Madri em 1750 e o de Santo Ildefonso de 1777, porém deve-se ainda negar a idéia de unidade dessas regiões, assim como a centralidade da América portuguesa, que só conseguiu estabelecer suas fronteiras na segunda metade do século XIX.

Durante o século XIX a Floresta Amazônica foi afetada pela busca de matérias primas e mercados consumidores de produtos industrializados das principais potências da época. A corrida imperialista do século XIX desenvolvida pelas potências européias (Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Itália), somadas com Estados Unidos e Japão chegou à Amazônia brasileira, vista como uma região promissora para a extração de matéria-prima como o látex e outros produtos que, seja pelo seu valor econômico internacional ou pela sua inexistência em outras regiões do planeta, chamou a atenção das empresas ou mesmo o governo desses países.

A maior atuação estrangeira na Amazônia do século XIX é de ingleses e norte-americanos interessados principalmente no látex, visavam ainda o controle da

---

<sup>120</sup> LEIRNER, Piero de Camargo, op. cit., p.66.

navegação fluvial, a fim de dominar setores estratégicos da economia amazônica. Baseados nesses motivos, um grande número de cientistas, pesquisadores, estudiosos e viajantes estrangeiros defendiam a internacionalização da região da floresta em benefício da melhoria da atividade comercial no que se refere à produção econômica do Noroeste Boliviano e em prol das atividades científicas realizadas por alguns desses pesquisadores.

Em meados de 1852, o imperador do Brasil, D. Pedro II, pressionado pelos Estados Unidos e Bolívia, concedeu ao Visconde de Mauá, o Monopólio da Navegação dos rios da Amazônia como uma forma de evitar a livre circulação estrangeira na rede fluvial da região. Na década seguinte, em 1867, a assinatura do Tratado de Ayacucho entre Brasil e Bolívia definiu a livre navegação pelos rios da Amazônia e concedeu ao Brasil em definitivo, a região do Alto Madeira.

Em 1874, a Companhia *Amazon Steam Navigation*, de capital norte-americano, monopolizava a navegação fluvial do Amazonas, Madeira, Beni, Guaporé e Mamoré. Embora a presença estrangeira na Amazônia tenha se reduzido aos Estados Unidos e algumas concessões esporádicas, tornava-se cada vez mais forte o sentimento militar e nacional da cobiça estrangeira pelas riquezas presentes na floresta, além do temor de uma invasão sistematizada que poderia ser organizada pelas forças estrangeiras, que em algumas regiões possuíam maior presença efetiva e conhecimento da área do que os brasileiros.

A migração para a região em busca de emprego na extração do látex e da juta, além do comércio fluvial durante grande parte do século XIX, levou à região milhares de homens advindos da região nordeste do país, que devido à miscigenação com os indígenas, formam a maioria mestiça presente na região, composta caboclos, originalmente constituídos pela união de europeus e nativos no início do século XIX e posteriormente cruzados com os nordestinos na segunda metade do mesmo século.

#### 4.2 A AMAZÔNIA E O SÉCULO XX

A idéia de que o Exército seria a única e verdadeira força responsável pela unidade da nação continuou presente no início do novo século, inclusive com os debates e disputas internas nas academias militares entre ex-combatentes e oficiais mais

---

<sup>121</sup> CASTRO, Celso e SOUZA, Adriana Barreto, op. cit. p. 61.

profissionalizados. No início do século XX foi instituído o serviço militar obrigatório (entre 1908 e 1914), com pequenas unidades espalhadas pelo interior do país como os *Tiros de Guerra* e unidades maiores, as *Brigadas Estratégicas*, além do envio de oficiais para estágio em países como a Alemanha. Ainda em 1919 o país recebeu a *Missão Militar Francesa* que teria contribuído para a reestruturação e centralidade do comando, criando um Estado-Maior, o que de certa forma acabou com os vínculos entre setores da hierarquia e elites regionais, além de formar um maior espírito de coesão entre os militares, criando-se normas e regulamentos para o melhor funcionamento da organização.

Ainda nas duas primeiras décadas da República, a importância estratégica da Amazônia sofreu influência do ciclo da borracha e a grande quantidade de látex produzido, o que atraía interesses econômicos e políticos para a região. Desse período datam os principais acordos territoriais brasileiros na região norte, entre eles a disputa pelo território do atual Estado do Acre entre Brasil e Bolívia, resolvido em 1903 pelo Tratado de Petrópolis, a disputa do Amapá entre Brasil e França a fim de traçar uma fronteira com a Guiana Francesa, além da delimitação entre o país e a Guiana Inglesa, e finalmente o estabelecimento dos limites entre Brasil e Colômbia.

A necessidade da ocupação da região teria fomentado a eclosão de sentimentos exógenos, principalmente após a compra de uma grande porção de terra próxima a Santarém, no Pará, por Henry Ford para o estabelecimento do que ficou conhecido como “Fordlândia”, uma cidade com padrões e regras norte-americanas no meio da floresta habitada por trabalhadores brasileiros e estrangeiros, idealizada pelo seu proprietário, visando o fornecimento de látex, até então necessário para a fabricação dos pneus dos automóveis fabricados nos Estados Unidos. Logo o sentimento de que a cobiça internacional pairava sobre a floresta voltou à tona. É desse período também que figura a importância estratégica dada à região pela descoberta de recursos minerais de grande valor.

Com o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) o Exército Brasileiro teria sido modificado em vários aspectos. Possuindo uma formação militar, Vargas voltou os esforços para o maior desenvolvimento do Exército, atingindo o aumento do efetivo em 100% durante o seu governo, chegando a 100 mil homens com a criação de 50 unidades, entre elas 13 de fronteira<sup>122</sup>. Vargas ainda teve papel decisivo com leis para maior regulamentação da organização e a criação do Ministério da Aeronáutica em 1941, assim como algumas

---

<sup>122</sup> BENTO, Cláudio Moreira. **O Governo de Getúlio Vargas e a sua projeção na evolução da doutrina do exército (1930-45)**. Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <[www.ihp.org.br/docs/cmb20040825.htm](http://www.ihp.org.br/docs/cmb20040825.htm)>. Acesso em: 3 mar. 2008.

academias militares, entre elas a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1931, além da mudança da doutrina francesa (presente até 1940) para a norte-americana.

No campo da Defesa Nacional, devido à Segunda Guerra Mundial, as preocupações voltaram-se para a defesa do litoral brasileiro, principalmente em áreas estratégicas como Nordeste, o arquipélago de Fernando de Noronha e a Baía da Guanabara. Com a participação efetiva brasileira na guerra com o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália, as atenções voltaram-se para a Europa e o Atlântico, deixando de lado os assuntos referentes à região amazônica, tanto no que diz respeito à sua ocupação quanto à defesa.

Uma das únicas políticas relacionadas à Amazônia que pode-se identificar no contexto da Segunda Guerra Mundial diz respeito à produção de borracha (já presente e responsável pela imigração de trabalhadores para os seringais desde 1850, mas com maior volume na última década do século XIX), que no discurso de alguns militares brasileiros foi de extrema importância para a vitória aliada na guerra, graças aos chamados “soldados da borracha”.

A operação que envolveu investimentos norte-americanos (que não podiam mais comprar a borracha produzida nas ilhas do Pacífico, tomadas pelo Japão) e teria mobilizado cerca de 60 mil homens entre 1942 e 1945 para os seringais da floresta, entre voluntários (em um primeiro momento) e grande parte de alistados, com base no “culto à personalidade do Presidente Vargas e a arregimentação da sociedade, segundo moldes disciplinadores e militarizados”, inclusive durante a adaptação nos locais em que os trabalhadores esperavam pelo transporte, onde também “recebiam treinamento físico em moldes militares e a deserção era considerada como crime de guerra”<sup>123</sup>.

Tal ação é vista por muitas produções castristas como um enorme e vitorioso esforço de guerra, embora as péssimas condições de vida e infra-estrutura oferecidas tenham levado à morte cerca de metade desse contingente durante a chamada “Batalha da Borracha”. A propaganda varguista para o convencimento desse montante de trabalhadores é também um aspecto interessante, onde o público-alvo (refugiados da seca no nordeste e desempregados do sudeste), que em nome da pátria deveria extrair a borracha tão necessária para as máquinas de guerra daqueles (inclusive brasileiros) que lutavam pela liberdade na Europa.

---

<sup>123</sup> MACIEL, Dulce Portilho. Conferência da Amazônia para a “Batalha da Borracha”: Negociação da Tragédia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Mídia, 2005. CR-ROM.

Nas palavras de Maria Liége Freitas Ferreira:

Trata-se de um cidadão esquecido em sua vida pelos poderes públicos, que agora é cooptado, ao ser elevado à categoria de soldado fundamental para o sucesso do Brasil na guerra, além de contribuir diretamente para o desenvolvimento brasileiro na Amazônia [...] Sentia-se útil e seguro do cumprimento das promessas do governo, sentia-se valorizado, ao ser convocado como soldado da borracha<sup>124</sup>.

Dessa forma, a idéia de prestação de um serviço à pátria tornou capaz a mobilização de um grande número de pessoas (muitos com suas famílias) para a região, associando assim o discurso presente na Batalha da Borracha ao discurso da Marcha para o Oeste, onde a propaganda varguista prometia uma terra abundante em recursos (muitas vezes associado à imagem do Eldorado) onde se poderia iniciar uma nova vida, sem os problemas da seca nordestina ou do desemprego sudestino.

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1984) as atividades na região amazônica foram intensificadas com a expansão da pecuária e a extração de madeira em grande volume, já configurada como atividade ilegal. Com a intensificação da política de desenvolvimento e integração nacional voltada à região norte durante o governo militar, vários outros projetos foram criados objetivando a presença estatal e o levantamento de informações sobre a área. Durante a ditadura, os projetos de construção de estradas na região iniciados no final da década de 1950 foram colocados em prática, destacando-se a BR- 364 (a Cuiabá-Porto Velho, iniciada em 1965), a Belém-Brasília (BR-010) a partir de 1967.

Com a criação do Plano de Integração Nacional (PIN) em 1970, tornou-se possível a construção de um número maior de estradas, entre elas a BR-163 (Cuiabá-Santarém) e a rodovia Transamazônica, nome popular da BR-230, que buscava segundo o discurso do governo federal a integração do norte do país, ligando o nordeste, através de uma rodovia pavimentada ao Peru e Equador. A obra considerada por muitos como faraônica, inaugurada em 1972 durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-74), pretendia a integração da região norte, assim como o estímulo à colonização nessa região baseada no loteamento e incentivo a pequenas propriedades. Tal projeto mostrou-se inviável principalmente no trecho em que a rodovia adentra a floresta, onde o isolamento impossibilitou a colonização e dificultou o andamento da obra.

---

<sup>124</sup> FERREIRA, Maria Liege F. Borracha para o Mundo: A Construção Imagética e Discursiva para o Eldorado Amazônico (1940-1945). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: Mídia, 2005. CR-ROM.

Atualmente, embora a rodovia possua trechos duplicados (principalmente nos seus primeiros quilômetros na Paraíba) e áreas pavimentadas, grande parte da rodovia (que em algumas áreas é descontínua, com quilômetros planejados, mas não implantados entre alguns trechos, como no Ceará) torna-se intransitável principalmente durante o período chuvoso conforme avança a partir do território paraense em direção à floresta. Dos seus 1518 km planejados, o Ministério dos Transportes considera implantado (o que pode significar apenas um corredor estreito e sem infra-estrutura no meio da floresta) pouco mais de 710 km<sup>125</sup>, muitos deles informados como estando “em processo de pavimentação.

Entre os principais projetos voltados ao desenvolvimento da Amazônia durante o período militar destacam-se a criação da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) conforme Lei 5.173 de 1966, substituindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a fundação do Banco da Amazônia (BASA) também em 1966 objetivando a facilitação do crédito e movimentação econômica na região, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) em 1967, buscando maiores investimentos através do estabelecimento de empresas através de incentivos fiscais, além da realização do projeto RADAM (Radar da Amazônia) que pretendia um maior estudo sobre a presença de recursos naturais na floresta como minérios e madeira, além do levantamento sobre as possibilidades e viabilidade econômica da região. Tal projeto foi de suma importância para o estudo geológico da região, contribuindo para a identificação e classificação do revelo, que até então se acreditava ser uma grande planície, além de informações geológicas sobre a formação da Bacia Amazônica.

As correntes migratórias para a região e o avanço das fronteiras agrícolas também datam do período militar, na tentativa de ocupar a região e sanar problemas como a falta de terras cultiváveis na região sul e a pobreza e desemprego do nordeste. A criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 1970 impulsionou tal movimento, substituindo grandes áreas de floresta nativa por pastagens para a pecuária intensiva, o que ocorre até os dias atuais, agravado pelo avanço da soja e a concentração fundiária. O impacto ambiental também esteve presente no incentivo à mineração, com a extração desordenada, a prorrogação de doenças entre garimpeiros e indígenas, contribuindo também para disputas territoriais e o aumento da violência.

As questões sobre a importância ambiental da Amazônia para o mundo vieram à tona a partir de 1972, quando foi realizada “Conferência das Nações Unidas sobre o

---

<sup>125</sup> BRASIL. Ministério dos Transportes. Secretaria Executiva. **BR-230**. Disponível em: <[www.transportes.gov.br/bit/trodo/br-230/gbr-230.htm](http://www.transportes.gov.br/bit/trodo/br-230/gbr-230.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2008.

Meio Ambiente Humano”, que através do Protocolo de Estocolmo cobrava maior preservação da floresta. Em 1978 foi assinado o Tratado de Cooperação da Amazônia (TCA) assinado por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, estreitando as relações diplomáticas entre os signatários e reafirmando a importância na preservação da floresta.

#### 4.3 O FIM DA DITADURA E A NOVA REPÚBLICA: POLÍTICA PARA A OCUPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

Com o fim do governo militar no Brasil, as Forças Armadas viram-se obrigadas a readaptar seu discurso ao da nova democracia inaugurada em 1985, porém ainda possuíam uma certa influência, pois a defesa e segurança do país ainda deveriam ser mantidas e garantidas por uma força militar, agora sob um comando civil, em um movimento considerado contrário ao de sua autonomia dentro do aparelho do Estado. Nas palavras de Ednéia Fázio:

Algumas mudanças são assinaladas em relação à atitude das Forças Armadas diante da sociedade e do Estado, entre elas o contexto político, no qual, às atribuições dos militares foram reinsertadas, uma vez que os métodos e objetivos da Aliança Democrática eram opostos aos dos governos militares, mas as Forças Armadas continuaram preservando suas antigas funções em novas situações políticas<sup>126</sup>.

Tal movimento permitiu a participação de militares em funções e cargos que não eram específicos de militares, como o Conselho de Segurança Nacional. Ednéia Fázio afirma que no período um grande número de oficiais extrapolava suas funções, ao mesmo tempo em que ampliava a ideia de tutela política sobre o novo governo. Ainda teriam sido criados seis ministérios para a discussão de temas referentes à Defesa Nacional, todos eles a princípio encabeçados por oficiais: Exército, Marinha, Aeronáutica, Estado-Maior, Casa Militar e SNI (Sistema Nacional de Investigação). A ideia propagada era a da importância vital das Forças Armadas no novo cenário político, onde seus atores:

Assinalavam entre outras questões, a precariedade e o despreparo técnico dos demais atores políticos para enfrentar os entraves da Defesa Nacional e conseqüentemente do desenvolvimento nacional, alegando a necessidade da presença militar em todo território nacional, a sua dedicação aos interesses de âmbito Nacional<sup>127</sup>.

Essa situação acabava por reforçar os discursos que defendiam que os militares seriam essenciais para o país, onde “a mentalidade militar enfatizava que os seus membros eram os legítimos representantes da nacionalidade e da vontade nacional, subestimando os mecanismos de manifestação de vontade popular”<sup>128</sup>, criando dessa forma a sensação de que a democracia reinaugurada em 1985 com o governo de José Sarney só seria possível com a tutela das Forças Armadas, como se estes estivessem entregando o poder político para presidentes civis por livre e espontânea vontade. A sensação de que a organização castrense continuava com um grande poder e influência pode ser notada pelo número de oficiais no governo e a questões como a anistia oferecia aos militares após a ditadura. Tal idéia ainda é reforçada por Ednéia Fázio, que argumenta que não teria sido o poder civil o responsável pela reorientação profissional, mas sim a própria instituição:

O papel desempenhado pelas Forças Armadas não foi definido pelos civis, ficando a cargo da própria instituição estabelecer sua orientação profissional destacando o destino das Forças Armadas para a defesa interna e não externa, continuando assim, a interferir nos destinos políticos e administrativos do país elaborando uma organização bem estruturada, com objetivos e estratégias definidas e, fundamentadas em doutrinas específicas da instituição castrense garantindo assim, o seu funcionamento no regime democrático<sup>129</sup>.

Portanto, mesmo com um governo civil, as Forças Armadas continuaram gozando de certa autonomia no que diz respeito às suas ações, idéias e objetivos (incorporados ao discurso da Segurança Nacional), com tal orientação podendo ser compreendida como uma reformulação de sua função, agora voltada para a defesa e manutenção do regime democrático. O governo de José Sarney seria marcado, segundo Marcelle Ivie da Costa Silva na sua dissertação em Relações Internacionais, uma postura mais defensiva no que se refere à Amazônia, visto o desenvolvimento de discursos ambientais no decorrer da década de 1980 que condenava os países subdesenvolvidos pela degradação

---

<sup>126</sup> FÁZIO, Ednéia. O Governo Democrático e as Forças Armadas Brasileiras. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Mídia, 2005. CR-ROM.

<sup>127</sup> Ibidem.

<sup>128</sup> Ibidem.

ambiental, o que teria sido interpretado como interferência na soberania brasileira.

Em resposta aos discursos que defendiam uma maior intervenção dos países desenvolvidos na Amazônia, o governo Sarney teria colocado em prática então o Projeto Calha Norte em 1985, idealizado durante o período militar, objetivando a defesa do país, mostrando também certa continuidade às políticas adotadas anteriormente pela ditadura:

Ao dar continuidade às ações políticas para a Amazônia, Sarney adotou uma postura defensiva em relação às críticas dos ambientalistas, em contraposição à postura mais agressiva dos militares no período anterior. No entanto, apesar das diferenças, há em comum nos dois períodos o fato de que a soberania nacional foi utilizada como centro da argumentação para defender os direitos do país sobre seu território. A visão soberanista de Sarney pode ser encarada como uma manifestação da influência dos militares na formulação de ações para a Amazônia [...]<sup>130</sup>.

A autora mostra, portanto a continuidade nos discursos que teriam sido utilizados para as questões territoriais sobre a Amazônia tanto no governo militar quanto no civil, embora tenham respondido de maneira distinta às críticas fomentadas por movimentos ambientalistas sobre a floresta. A idéia de tutela sobre o regime democrático teria perdido um pouco a força após a eleição de Fernando Collor de Melo, que desativou o Sistema Nacional de Investigação (SNI) e reduziu o número de militares entre os ministros, porém Itamar Franco teria recorrido às Forças Armadas no que se refere a algumas missões ou questões, entre elas o reforço aos projetos Calha Norte e o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), o que Ednéia Fázio aponta como sendo indícios da fraca liderança do governo sobre os projetos com características militares.

José Sarney em 1988 criou através do Decreto nº 96.944 de 12 de outubro o Programa Nossa Natureza, onde sua Comissão Executiva deveria ser presidida pelo secretário-geral da extinta Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN/PR), que também era responsável pelo Calha Norte. Foi criado em 1989 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) pela fusão da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), Superintendência da Pesca (SUDEPE), e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)<sup>131</sup>. O governo

---

<sup>129</sup> Ibidem.

<sup>130</sup> SILVA, Marcelle Ivie da Costa. Amazônia e política de defesa no Brasil (1985-2002). Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, p.42-43

<sup>131</sup> Brasil - Ministério do Meio Ambiente. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - História**. Disponível em: <[www.ibama.gov.br/institucional/historico](http://www.ibama.gov.br/institucional/historico)>. Acesso em: 16 mar. 2008.

Sarney ainda teria articulado em 1989 a Declaração de Manaus que defendia a responsabilidade dos países amazônicos sobre seu território, não permitindo qualquer tipo de interferência de outros países na região.

Com os assuntos referentes à defesa e segurança nacional sendo tratados na esfera militar, a instituição castrense voltou a formação de seus soldados e oficiais para os temas pretendidos pelas Forças Armadas e deixados para segundo plano por autoridades civis, como o narcotráfico, a violência urbana e as ameaças (internas e externas) à Amazônia, entre outros. O governo de Fernando Collor de Melo teria agido de uma maneira mais diplomática, sediando inclusive a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992, mostrando uma maior preocupação do governo brasileiro com as questões ambientais, tendência essa que se repetiu durante o governo de Itamar Franco, que também deu ênfase ao setor estratégico com as negociações sobre o Sipam e o Sivam, que também possuíam um discurso voltado à preocupação ambiental, a fim de evitar mais pressões internacionais pela preservação da floresta.

Em 1996 foi aprovada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Política de Defesa Nacional (PDN), documento considerado inédito até então, por reservar-se à defesa nacional. Conseqüência do crescimento das tensões na Colômbia, o documento visava manter a integridade territorial brasileira e elaborar estratégias para o combate a grupos armados ilegais, o narcotráfico e o crime organizado internacional. Aliados a esses problemas, ainda havia a questão da biopirataria, das reservas indígenas e o vazio demográfico da região, que exigiam um maior monitoramento e a presença do Estado, reafirmando a importância do Projeto Calha Norte e do Sivam. Foram criados ainda comandos militares para a Amazônia, além de bases da marinha, exército e aeronáutica para a região da floresta acompanhando o processo e a estratégia de vigilância e defesa.

#### 4.4 OS REFLEXOS DO PLANO COLÔMBIA NA DEFESA NACIONAL

Com o final da Guerra Fria, as ameaças de comunismo e as disputas ideológicas de um mundo bipolar foram substituídas pelas preocupações de uma nova configuração de mundo, que agora pregaria a “internacionalização” amazônica, sugerem uma mudança no modo das Forças Armadas brasileiras tratarem a defesa nacional, onde pôde-se notar alterações nos discursos militares, alertando para ameaças à soberania nacional e

intervenções estrangeiras em nome de questões ambientais. O coronel, hoje na reserva Gélío Fregapani argumenta que entre as regiões despovoadas do planeta, a Amazônia é a única que ainda pode ser habitada caso a população mundial continue a crescer:

Ante essa realidade, manifestam-se pressões, baseadas em concepções forjadas, segundo as quais, acima das fronteiras nacionais, está o interesse da humanidade. Nossa Amazônia, com sua riquíssima biodiversidade, água doce abundante e vastíssimas riquezas minerais ainda inexploradas, é, naturalmente, motivo de grande inquietação. A demanda por novos espaços vitais, em consequência da superpopulação mundial, agrava as nossas preocupações<sup>132</sup>.

O coronel Fregapani ainda chama a atenção para as reservas minerais e o grande potencial econômico da região, o que pode atrair o interesse de grandes empresas e outras nações, que apoiando-se em dados manipulados pela mídia internacional poderiam inclusive chegar a uma situação de beligerância para tirar tal poder da mão do Brasil. Nacionalismos à parte, setores como a indústria farmacêutica e de minérios têm um grande interesse na diversidade vegetal e mineral da região, o que seria facilitado pela intervenção internacional em nome da garantia do futuro e preservação da humanidade.

Vários autores apontam que os planos e ações estratégicas do Exército brasileiro teriam se alterado nos últimos anos devido à diminuição da rivalidade entre Brasil e Argentina (e a consequente diminuição do risco de um ataque ou invasão, associados aos avanços nas negociações do Mercosul) e à importância atribuída à região amazônica tanto no sentido de manutenção da soberania (ameaçado por problemas em países vizinhos) quanto no tocante à proteção das riquezas naturais da floresta. Entre os motivos das preocupações do Exército, destaca-se:

No nível sistêmico, o término da Guerra Fria e a ampliação da agenda de segurança internacional, que incorporou temas como meio ambiente, direitos humanos e ilícitos transnacionais, são vistos com preocupação pelos militares brasileiros, pois diminuíram o grau de previsibilidade das situações nas quais a força pode ser empregada<sup>133</sup>.

Adriana A. Marques coloca que na visão do Exército brasileiro a globalização é vista por um viés pessimista, pois tal processo é compreendido como “uma

<sup>132</sup> FREGAPANI, Gélío apud BENTO, Cláudio Moreira. A Amazônia e seus desafios. Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <[www.ihp.org.br/docs/cmb20010111.htm](http://www.ihp.org.br/docs/cmb20010111.htm)>. Acesso em: 3 mar. 2008.

<sup>133</sup> MARQUES, Adriana A. A estratégia militar do exército brasileiro para a Amazônia: fundamentos e implicações para a Cooperação Militar no Sul da América Latina. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). 23.,

nova forma de colonialismo onde a expansão dos Estados não se faz mais através da conquista territorial”<sup>134</sup>, caracterizando-se pela conquistas de mercados consumidores e regiões abastecedoras. A autora ainda afirma que a interferência de organizações internacionais em assuntos internos de países latino-americanos seria uma forma de enfraquecer a soberania desses países, transformando seus contingentes armados em Guardas Nacionais, enquanto as organizações internacionais se incumbiriam da segurança militar desses países.

[...] enquanto os países latino-americanos seriam pressionados a diminuir seus efetivos militares e mudar a missão de suas Forças Armadas, que deveriam preparar-se prioritariamente para o combate ao crime organizado, ao contrabando e ao tráfico de drogas<sup>135</sup>.

Shiguenoli Miyamoto afirma que no que tange à política externa e interna no país, as questões relacionadas à Amazônia sempre estiveram em pauta, embora durante alguns períodos a eminência de problemas maiores na região platina tenha colocado a área da floresta em segundo plano. A rivalidade histórica entre Brasil e Argentina, problemas políticos no Uruguai e Paraguai, este último encarado com mais atenção devido à barragem de Itaipu e os prejuízos energéticos que uma crise paraguaia poderia desencadear no Brasil foram os principais responsáveis pela preocupação nacional dada ao sul do país.

Em termos efetivos, a Amazônia nunca saiu da agenda do governo brasileiro. O problema é que, na maior parte da história nacional, as atenções sempre estiveram concentradas no Atlântico Sul e na Bacia do Prata. Por isso, a Amazônia, ainda que esporadicamente, até os anos 1970 merecesse atenção, de fato, só depois de 1978 é que foi definitivamente incorporada, e, de maneira mais forte, na agenda governamental<sup>136</sup>.

Certas mudanças ocorreram também na política externa norte-americana na década de 1980, que passou a identificar o narcotráfico como um inimigo em potencial para o país, ao mesmo tempo em que o comunismo mostrava sinais de fraqueza em Moscou e a região do Cone Sul caminhava para uma realidade política menos turbulenta e relações entre vizinhos mais diplomáticas, já com o gérmen do Mercosul em pauta. É também em 1978 que é firmado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) que, além da questão ambiental,

---

2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Mídia, 2005. CR-ROM.

<sup>134</sup> Ibidem.

<sup>135</sup> Ibidem.

<sup>136</sup> MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil, a América Latina e a Segurança Regional. In: CONGRESSO DA ASSICUAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA. 25., 2005, Porto Alegre, RS. p. 7. Disponível em: <[http://www.obed.ufpa.br/pdfs/miyamoto\\_sbrasil\\_ale%20\\_seguranca\\_regional.pdf](http://www.obed.ufpa.br/pdfs/miyamoto_sbrasil_ale%20_seguranca_regional.pdf)>. Acesso em: 2 maio 2007.

também traçava metas para a manutenção da soberania dos países participantes e uma possível integração física da região, ainda que este último item tenha sido retirado da versão final do documento.

A implantação do *Plano Colômbia* em 1999 pelos Estados Unidos teria influenciado o modo como as autoridades brasileiras viam a floresta até então, voltando as preocupações militares ao norte do país. Conscientes da diversidade e da importância biológica da região não só para o Brasil principalmente após a **Eco-92**<sup>137</sup> no Rio de Janeiro, com o combate ao narcotráfico as questões sobre a defesa e proteção da região voltaram à tona. O suposto invasor anônimo que estaria interessado em extrair as riquezas da floresta para seu próprio benefício, apoiado pela idéia da cobiça internacional pelas riquezas brasileiras, agora tinha uma identidade e presença muito mais concretas.

A nova postura adotada pelos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro de 2001, associada à militarização do *Plano Colômbia* (que passou a combater uma suposta narcoguerrilha) e a política externa agressiva do país no combate ao terror (por exemplo, com as invasões do Afeganistão e Iraque) aumentaram as preocupações brasileiras. “Os temores quanto a uma hipotética „internacionalização da Amazônia” voltaram-se para uma possibilidade bem mais concreta: a internacionalização da crise no país vizinho, com reflexos dentro das nossas fronteiras”<sup>138</sup>.

Com a intensificação do combate em solo colombiano aos plantadores de coca e produtores da cocaína, havia a possibilidade de que estes se refugiassem em território brasileiro, o que poderia significar uma futura invasão dos que combatem tais práticas, ainda mais depois do envio de tropas norte-americanas para a Colômbia e a associação das guerrilhas aos narcotraficantes, na tentativa de legitimar os esforços, verbas e a presença de tropas estrangeiras na Colômbia. O Exército brasileiro na sua doutrina militar procurou ver tal situação com cautela, pois os Estados Unidos agora são vistos como um possível inimigo, caso suas tropas adentrem o território brasileiro.

O *Plano Colômbia* foi implantado em 1999, mesmo ano da criação do Ministério da Defesa no Brasil. O país, reagindo a tal plano tem se mostrado firme na sua decisão de não ceder às pressões norte-americanas aos países vizinhos da Colômbia para que estes contribuíssem no combate ao narcotráfico disponibilizando tropas e executando ações

---

<sup>137</sup> Nome como ficou popularmente conhecida a **Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento**, realizada de 3 a 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, onde representantes de vários países e chefes de Estado discutiram questões referentes ao desenvolvimento sócio-econômico e proteção de ecossistemas, popularizando a idéia de desenvolvimento sustentável.

<sup>138</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. As Forças Armadas Brasileiras e o Plano Colômbia. In: CASTRO, Celso

em território colombiano, inclusive resistindo às pressões mais recentes de considerar as FARC-EP como sendo um grupo terrorista.

Martins Filho ainda coloca que o novo ministério “parece ter conseguido articular as preocupações com a região e uma postura estratégica mais coerente com certos traços da política externa do país, que passou a ser expressa publicamente pelo ministro”<sup>139</sup>, através de audiências públicas realizadas em comissões especializadas no Congresso, possibilitando a análise das posições do próprio ministro e de outras autoridades militares.

Analisando tais audiências e os discursos do ministro da defesa e alguns militares, Martins Filho identifica aspectos importantes da política externa brasileira. O então ministro da defesa Geraldo Quintão classificou a situação colombiana para o Brasil como sendo um assunto de segurança e não de defesa, marcando uma posição autônoma à política norte-americana. O ministro ainda classificaria o crime organizado (e o narcotráfico) como inimigos reais, porém não se apresentando como uma força convencional, o que excluiria, segundo o ministro, a possibilidade de seu enfrentamento com as Forças Armadas, visto que no Brasil o problema do narcotráfico é encarado pelo ponto de vista policial.

Martins Filho conclui afirmando que “o posicionamento do Ministério da Defesa salientava nitidamente a idéia de que o Brasil devia se afastar do conflito no país fronteiriço e, principalmente, recusar pressões externas no sentido de um maior envolvimento”<sup>140</sup>, portanto mesmo com o Brasil se dispondo a cooperar com seus vizinhos, a opinião do ministério é que as forças nacionais devem atuar exclusivamente dentro do seu próprio território, tornando inaceitável a idéia de uma operação conjunta em território colombiano.

Desde o fim da ditadura militar, o Exército brasileiro concentrou suas forças em patrulhar a região amazônica, principalmente na fronteira colombiana, mesmo descartando a idéia de uma possível invasão. Embora os Estados Unidos tenham pressionado o país para que este combata as guerrilhas (pressão essa estendida após 11 de setembro de 2001), o governo brasileiro argumenta que este seria um problema interno da Colômbia e ao Brasil caberia apenas patrulhar suas fronteiras. É importante salientar ainda que desde a Política de Defesa Nacional aprovada no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1996 a defesa e segurança nacional são vistas como competências também da esfera civil, e não somente militar, conforme ocorria durante a Guerra Fria.

---

(Org.) **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 14.

<sup>139</sup> Ibidem, p.13.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 23.

Mesmo que a situação colombiana tenha contribuído para a aceleração na execução do projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), além da retomada do Calha Norte e a Operação Cobra (ação conjunta entre Colômbia e Brasil que pretendia o combate a traficantes de entorpecentes, destruindo plantações de coca e pistas de pouso nas áreas fronteiriças entre os dois países), com o intuito de aumentar a presença do Estado na região (o que segundo o ministro Geraldo Quintão estaria correndo de forma concreta<sup>141</sup>). No texto sobre os motivos da implantação do projeto, encontra-se o argumento da necessidade de se proteger a floresta, mas também de manter maior controle sobre a região:

Na década de 80, a Amazônia era considerada o pulmão do mundo, e nós, brasileiros, os incendiários que estavam acabando com o oxigênio do planeta. Os outros países, de olho em nossas riquezas, diziam-se preocupados com a saúde da Terra e queriam dar palpite em tudo que acontecia na Amazônia. Naquela época, existiam na região rotas de tráfico de drogas, ocupação desordenada, invasão de áreas indígenas, contrabando, ações predatórias - principalmente de madeiras e garimpos ilegais - e a ocorrência de uma série de outros crimes. Na verdade, com as dificuldades de comunicação e de controle da região, ficava difícil para o governo brasileiro saber a real situação da Amazônia<sup>142</sup>.

Segundo o texto, as preocupações do governo brasileiro com a região amazônica seriam de obtenção de maior controle sobre áreas que possam estar sujeitas a qualquer tipo de atividades ilegais, o que poderia trazer complicações no que se refere à soberania nacional e à criminalidade. A implantação do Sivam proporcionaria, portanto, a obtenção de um número maior de informações sobre a Amazônia e as atividades que estariam sendo realizadas sem a permissão ou controle governamental, porém não é colocado a intenção de combater ou diminuir as atividades ilegais da área.

#### 4.4.1 O Programa Calha Norte: Ocupação e Revitalização

Embora o Projeto Calha Norte tenha sido criado em 1985, os novos discursos desenvolvidos durante a década de 1990 sobre a questão ambiental e as ameaças

---

<sup>141</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>142</sup> BRASIL. Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CSSivam). *Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)*. Disponível em: <[www.sivam.gov.br/PROJETO/hist1.htm](http://www.sivam.gov.br/PROJETO/hist1.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2008.

advindas da Colômbia provocaram modificações na sua concepção, permitindo assim sua adequação à nova conjuntura de defesa e desenvolvimento sustentável, o que trouxe novos investimentos.

Durante a década de 1990 a verba repassada para o Calha Norte diminuiu (em certo período pelo aumento dos investimentos no Sipam/Sivam), provocando uma certa inércia em suas ações até 2000, quando este voltou a ser considerado um importante programa de defesa e assistência social para as áreas assistidas e o Brasil como um todo.

A justificativa para a criação e implantação do Projeto Calha Norte foram os problemas na fronteira política do Brasil tais como o contrabando, o narcotráfico, a existência de guerrilhas e ao apoio dado ao Suriname pelo governo de Cuba em questões territoriais. Internamente, questões ligadas à extração ilegal de riquezas minerais em terras indígenas, além de questões advindas da década de 1970 ligadas “às preocupações históricas com a intermitente ocupação da Amazônia e à existência, na Escola Superior de Guerra (ESG), de uma tradição no pensamento geopolítico brasileiro de valorização das fronteiras brasileiras”<sup>143</sup> também podem ser vistas como motivos para a afirmação do poder do Estado da região em questão.

Havia ainda a preocupação com o isolamento físico e sócio-econômico da região situada a partir da margem esquerda dos rios Solimões e Amazonas, onde para o governo tal área significava “desafio e preocupações constantes quanto à sua efetiva integração ao contexto nacional, devido, entre outros fatores, às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente”<sup>144</sup>. Humberto José Lourenção ainda lembra a distância da região em relação aos centros de poder e desenvolvimento do país, contando com apenas um grande pólo de desenvolvimento político-sócio-econômico em Manaus (AM) e outros dois menores em Macapá (AP) e Boa Vista (RR). Segundo Lourenção:

Esse afastamento tornava-se ainda mais acentuado pelo obstáculo natural das calhas dos rios Solimões e Amazonas, pelas óbvias limitações ao acesso terrestre. Em contrapartida, ao norte dessa área existia uma continuidade territorial que induzia a uma aproximação facilitada de agentes do comércio e de atividades ilegais<sup>145</sup>.

---

<sup>143</sup> NASCIMENTO, Durbens Martins. Projeto Calha Norte: A Amazônia Segundo a Política de Defesa Nacional. In: CASTRO, Celso (Org.) **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 100.

<sup>144</sup> LOURENÇÃO, Humberto J. **A defesa nacional e a Amazônia**: o sistema de vigilância da Amazônia (sivam), p. 47.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 47.

O Projeto Calha Norte foi criado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (extinto pela Constituição de 1888) no ano de 1985, e nos dias atuais está sob os cuidados do Ministério da Defesa. O Calha Norte é considerado o principal programa de ocupação de fronteiras da região amazônica, mais especificamente nas calhas dos rios Amazonas, Negro e Solimões (e seus afluentes Içá, Jurupá, Branco, Uatumã, Jatapu, Nhamundá, Trombetas, Maicuru, Paru e Jarí). Primeiramente conhecido como “Desenvolvimento e segurança na região norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas”, o Projeto Calha Norte teve seu status modificado no final da década de 1990 quando se tornou Programa Calha Norte. As questões ambientais presentes nos objetivos do Programa Calha Norte só teriam sido assimiladas pelos militares a partir de 1994, quando os discursos sobre as riquezas naturais, responsabilidade e sustentabilidade penetraram com mais força nos discursos e textos militares.

Com o objetivo de garantir a ocupação e a presença militar na fronteira brasileira (Colômbia, Venezuela, Suriname e as Guianas) quando foi criado, o Programa abrangia uma área de cerca de 14% do território nacional e aproximadamente 24% da Amazônia Legal, atuando sobre os estados de Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, concentrava os esforços sobre o “território federal de Roraima, a região do Alto Rio Negro, região do Alto Solimões, região do Alto Traíra, região norte do estado do Pará e do território federal do Amapá”<sup>146</sup>. Nas palavras de Durbens Martins Nascimento:

O objetivo do PCN é garantir a presença o Estado e contribuir para a defesa nacional e para a assistência às populações locais. Esse objetivo foi alterado no Plano Plurianual (PPA) 2000-03, quando se acrescentou a frase “e fixando o homem na região”, visando garantir o desenvolvimento regional com a manutenção da soberania, entendida como espaço limitado e definida institucionalmente e administrada pelo Estado<sup>147</sup>.

O programa ainda sofreria alterações em 2004, aumentando o número de municípios atendidos, inclusive do Acre e Rondônia, passando a garantir também a presença militar nas fronteiras com Peru e Bolívia.

Nos primeiros dez anos, o andamento do programa teria sido dificultado pela falta de verbas, por dificuldades logísticas devido à deficiência do contingente aéreo para

---

<sup>146</sup> SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e política de defesa no Brasil (1985-2002)**. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=25460](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=25460)>. Acesso em: 22 jan. 2008, p.52.

<sup>147</sup> NASCIMENTO, Durbens Martins, op. cit., p.100.

atingir e manter o contato com áreas e comunidades mais distantes (inclusive indígenas nas áreas de fronteira, priorizadas pela Funai), além da extinção e substituição dos órgãos responsáveis pelo andamento do Calha Norte - a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que coordenava o projeto foi substituída pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN), que deixou de existir em 1990 e passou o programa para a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) - a partir do governo de Fernando Collor de Melo o programa ainda seria reformulado, devido à pressões ambientais.

Os problemas do Programa Calha Norte culminaram em 1995 em uma Comissão Especial Mista do Congresso Nacional para avaliar o andamento do programa, o que gerou em 1997 um relatório final. Tal relatório teria sido o responsável pela reativação do programa, resultando na inclusão do Calha Norte no Plano Plurianual (PPA) para 2000-2003, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Marcelle Ivie da Costa Silva identifica uma mudança no programa nesse período, onde pode-se notar a tendência em ampliar a participação de um número maior de órgãos, não só ligados à defesa, trazendo a responsabilidade para as esferas federais, estaduais e municipais, na tentativa de ampliar a presença do Estado nessas regiões. A página do Ministério da Defesa na internet afirma que a revitalização do programa, iniciada em 1997, continua inclusive no Plano Plurianual (2004-2007), onde:

Essa metodologia busca uma coordenação de esforços no âmbito da administração pública, articulada nos seus três níveis: o federal, o estadual e o municipal. Além disso, valoriza parcerias em outras esferas que integram entidades de ensino, de pesquisa, planejamento, organizações não-governamentais e associações, todas identificadas com o desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia<sup>148</sup>.

Dessa maneira, além da ocupação, o Estado procura garantir a defesa e a integridade nacional. Segundo o Ministério da Defesa, os principais desafios do programa seriam a melhoria no padrão de vida da população (através de projetos que estimulem o desenvolvimento social e econômico, baseando-se ainda no uso racional de recursos naturais), a ampliação nos investimentos e produção da região, a modernização na gestão municipal

---

<sup>148</sup> BRASIL, Ministério da Defesa. **Programa calha norte**. Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/programa\\_calha\\_norte/index.php?page=situacao\\_atual](https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page=situacao_atual)>. Acesso em: 4 fev. 2008.

(investindo em infra-estrutura e promovendo o desenvolvimento integrado e sustentável) e o fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais.<sup>149</sup>

É importante ressaltar que parte dos investimentos em infra-estrutura (além de hospitais, escolas, estradas e aeroportos) é de origem militar, no sentido de patrulhar as fronteiras, além da demarcação de terras indígenas, o que desperta a insatisfação de indigenistas, que não admitem a presença militar em território indígena e questionam o sigilo adotado pelas Forças Armadas nas questões indígenas.

#### 4.4.2 O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)

O Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) foi planejado como a parte física de um projeto governamental mais abrangente (o Sipam – Sistema de Proteção da Amazônia), constituindo-se na sua infra-estrutura técnica e operacional do Sipam para análise e vigilância da Amazônia Legal. “Por sua vez, o Sipam foi concebido como uma coordenação multidisciplinar, envolvendo inúmeras instituições públicas e privadas com vistas a um melhor aproveitamento dos recursos da infra-estrutura do Sivam.”<sup>150</sup>

Com o objetivo de formulação e implantação de um Sistema Nacional de Coordenação multidisciplinar, que visava a ação integrada dos órgãos governamentais na repressão a atividades ilícitas e proteção ambiental na Amazônia, a SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) criou a Comissão de Implantação do Sistema de Proteção da Amazônia (CISipam). O Ministério da Aeronáutica criou a Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSivam) que visava implantar o Sivam integrado ao Sipam.

Sediado no Rio de Janeiro, a CCSivam teria sido a principal responsável pela concepção, aquisição e implantação tanto da tecnologia quanto dos setores físicos necessários para o funcionamento do SIPAM. O Ministério da Justiça elaborou ainda o Projeto Pró- Amazônia com a finalidade de potencializar a capacidade da Polícia Federal na execução de suas tarefas referentes à proteção da região amazônica, visando maiores investimentos em equipamentos, infra-estrutura treinamento e efetivo.

---

<sup>149</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/programa\\_calha\\_norte/index.php?page=desafio](https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page=desafio)>.

<sup>150</sup> LOURENÇÃO, Humberto José, op. cit., p. 62.

Dessa forma, o sistema objetivaria a proteção da Amazônia Legal, além do apoio ao desenvolvimento da região, possibilitando relatórios e informações a várias instituições, apontando áreas críticas que necessitem de uma maior intervenção ou apoio, potencializando seus esforços e articulando as ações a serem tomadas com mais precisão<sup>151</sup>. Entre os motivos para a criação do Sipam (que Humberto Lourenção caracteriza como um “programa governamental multiministerial”<sup>152</sup>), o sistema teria sido concebido para “integrar informações e gerar conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal brasileira, visando a proteção, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da região”<sup>153</sup>. O texto apresentado pelo governo brasileiro ainda coloca as principais funções do sistema no sentido de dar maior apoio a outros órgãos:

Apoiar e contribuir com os órgãos parceiros, os estados e municípios da Amazônia Legal no controle dos desmatamentos; no combate à biopirataria; na proteção dos parques nacionais; no monitoramento da ocupação e o uso do solo; na proteção das reservas indígenas; na defesa das áreas de fronteira; na proteção dos recursos minerais estratégicos; na implantação e implementação de programas de saúde, educação e inclusão para as populações amazônicas<sup>154</sup>.

Ainda entre as funções atribuídas ao Sipam, pode-se notar o apoio à pesquisa e à defesa civil na sua área de abrangência, na tentativa de contribuir para o aumento substancial de políticas públicas na região, além da obtenção e processamento de informações meteorológicas e da defesa em si da Amazônia Legal. Analisando os objetivos e funções pretendidos pelo programa, nota-se que o Sivam em funcionamento torna-se uma peça fundamental, de extrema importância para o andamento do projeto de integração e defesa da Amazônia pretendidos pelo Sipam. “Em suma, o Sipam é a organização governamental

---

<sup>151</sup> Entre as instituições governamentais assistidas pelo Sipam/Sivam, Lourenção enumera: Agência Nacional de Águas (ANA); Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Comissão de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM); Comando da Aeronáutica (CAer); Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Departamento de Polícia Federal (DPF); Exército Brasileiro (EB); Fundação Nacional do Índio (Funai); Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a Marinha do Brasil (MB).

<sup>152</sup> LOURENÇÃO, Humberto José. O sistema de vigilância da Amazônia (Sivam): Velhas controvérsias, novos desafios. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.120.

<sup>153</sup> BRASIL. Presidência da República. **Sistema de proteção da Amazônia** (Sipam). Disponível em: <[www.sipam.gov.br/portal](http://www.sipam.gov.br/portal)>. Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>154</sup> BRASIL. Presidência da República. **Sistema de proteção da Amazônia** (Sipam). Disponível em: <[www.sipam.gov.br/portal](http://www.sipam.gov.br/portal)>. Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>154</sup> Ibidem.

gestora das informações estratégicas providas do banco de dados do Sivam, cujos elos são as várias entidades federais, estaduais e municipais que tenham ações de governo na Amazônia”, conclui Lourenção.<sup>155</sup>

Um sistema da magnitude do Sivam exige uma soma grande de investimentos para sua instalação, manutenção e compra de equipamentos. Para a realização do Sivam, o governo brasileiro buscou financiamento e recursos externos, culminando no total de US\$ 1,395 bilhão, onde US\$ 1,285 bilhão seria destinado a equipamentos e serviços e US\$ 110 milhões a obras civis.

O financiamento do projeto seria pago pelo governo brasileiro às empresas norte-americanas em cinco contratos: a parceria “Banco do Brasil/Eximbank” (EUA) (US\$1.022.800.000) para o financiamento, “Raytheon Credit Facility Company” (EUA) (US\$239.200.000), “Vendor's Trust” (EUA) (US\$ 48.000.000) e à sueca SEK/EKN (US\$85.000.000)<sup>156</sup> responsável pela instalação de cinco radares em aeronaves que auxiliariam no monitoramento das áreas de abrangência do Sivam. O texto do programa e sobre o financiamento do Sivam ainda explica que nesse tipo de transação, o país que importa os equipamentos deve arcar com 15% do total, enquanto os outros 85% devem ser financiados pelo país exportador.

Nesse texto divulgado pelo governo brasileiro ainda são colocadas as vantagens adquiridas na construção e funcionamento do sistema: o Brasil ainda teria conseguido o financiamento dos 15% que deveriam ser pagos à vista, e “dessa forma, o Projeto iniciou-se sem que o Governo tivesse que desembolsar qualquer centavo”<sup>157</sup>, pagando somente os juros referentes ao período de implantação do sistema e passando a pagar as parcelas do financiamento quando este estivesse pronto, de 2005 a 2015 e “o Brasil receberá o Sivam pelo valor total de US\$1.395 bilhão, incluindo o valor das obras civis, tendo pago apenas US\$ 180 milhões durante o período de implantação deste Sistema.”<sup>158</sup>

O Sivam foi pensado como um sistema para levantamento, processamento e envio de informações relevantes para a região da Amazônia Legal para instituições e órgãos atuantes na área e outros projetos afins. O sistema compõe-se de três Centros Regionais de Vigilância (CRV), situados em Manaus (AM), Belém (PA) e Porto Velho (RO), interligados entre si, a órgãos governamentais estaduais e ao Centro de Coordenação Geral (CCG) em

---

<sup>155</sup> LOURENÇÃO, Humberto José. A defesa Nacional e a Amazônia: o sistema de vigilância da Amazônia (Sivam), p. 63.

<sup>156</sup> BRASIL. Presidência da República. **Sistema de proteção da Amazônia** (Sipam). Disponível em: <[www.sipam.gov.br/portal](http://www.sipam.gov.br/portal)>. Acesso em: 17 dez. 2007.

<sup>157</sup> Ibidem.

Brasília, que por sua vez interliga o sistema a órgãos federais. Cada Centro Regional de Vigilância ainda comporta várias unidades remotas de monitoramento e o apoio de órgãos regionais, além de sub-centros, responsáveis pelo bom funcionamento do sistema no campo administrativo, organizacional e técnico.

Desde a sua implantação e ativação a partir de 2002, o Sivam passou por um processo de adaptação que em 2004 culminou na extinção da CCSIVAM (que encontrava-se sob comando e responsabilidade da Aeronáutica), passando o controle do sistema para o CENSIPAM (sob responsabilidade da Presidência da República). Vale citar que o CENSIPAM já controlava o Sipam desde a extinção da Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (SECONSIPAM). Nessa nova fase do programa, Sivam e Sipam passaram a constituir um único setor, conservando o nome do segundo, com o controle do tráfego aéreo sob responsabilidade da Aeronáutica (embora com alguns funcionários civis), com o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta), que no caso da região amazônica corresponde ao Cindacta-4.

O Sivam teria sido pensado no início da década de 1990 como um projeto militar, voltado para a defesa e manutenção do território brasileiro. Seu braço civil (o Sipam) teria sido planejado durante o financiamento do projeto e desenvolvido nos anos finais de implantação.

Primeiramente, o financiamento conseguido frente ao Eximbank não poderia, pela política do banco, ser destinada a projetos militares. A solução encontrada teria sido a criação da “área verde”, ou seja, o campo de atuação do Sivam para o âmbito civil, englobando os objetivos de monitoramento de impactos ambientais, mudanças climáticas, entre outros dados. Nas palavras de José Neumar, gerente do CTO (Centro Técnico de Operações) de Porto Velho:

Então, tem a área azul, que é o SIVAM, agora transformado em CINDACTA 4. E a área verde, que é a parte civil, que é a proteção ambiental. Então, essa é a diferenciação entre SIVAM e SIPAM. Quando começou a funcionar o sistema, aí, ele foi transformado em SIPAM. E o SIVAM, por sua vez, aquela infra-estrutura, que propicia fazer esse controle do tráfego aéreo, de vôo, isso ficou com o CINDACTA 4<sup>159</sup>.

---

<sup>158</sup> COMO o Brasil vai Pagar? Disponível em: <[www.sivam.gov.br/PROJETO/finan7.htm](http://www.sivam.gov.br/PROJETO/finan7.htm)>

<sup>159</sup> SANTOS, Jean Carlo Silva dos. Gestão estratégica da informação como fator condicionante para a definição e implementação de políticas de defesa e segurança nacional no contexto da Amazônia legal: o caso SIPAM/SIVAM. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - FGV, Escola Brasileira de Administração Pública, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Disponível em: <[http://www.obed.ufpa.br/pdfs/santos\\_jean\\_cgestao\\_sivam\\_dissertacao.pdf](http://www.obed.ufpa.br/pdfs/santos_jean_cgestao_sivam_dissertacao.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2008, p.163.

A complexidade na organização no sistema como um todo torna possível que esse atue sobre vários escopos, tais como o monitoramento de danos ambientais, vigilância aérea, terrestre, meteorologia, o clima, interceptação e identificação de sinais e transmissões clandestinos, controle do tráfego aéreo, entre outros. O sistema ainda comporta centros de informação em dezenas de cidades da Amazona Legal, onde as prefeituras ou os órgãos próximos podem enviar e acessar as informações contidas na base de dados do sistema. Nas entrevistas obtidas por Jean Santos de diretores, gerentes e funcionários do Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia) em 2007, aparece claramente a necessidade dos funcionários em diferenciar o campo de atuação dos setores militares e civis atuantes no Sivam.

Enquanto a aeronáutica controlaria o tráfego aéreo na região, a responsabilidade sobre os equipamentos e a divulgação de imagens e informações geradas seriam de responsabilidade civil, salientando ainda a participação de diferentes profissionais, como por exemplo, biólogos, hidrólogos, advogados, entre outros. É importante ressaltar que essa preocupação mais recente da importância da atuação civil do Sivam/Sipam tornou-se mais presente após o início das atividades e a polêmica sobre o “espaço cego” no espaço aéreo brasileiro na região.

Com o programa já em funcionamento desde sua ativação em 2002, há várias críticas sobre sua execução e funcionamento, entre elas que os equipamentos e software utilizados já estariam obsoletos, além do fato de que o governo brasileiro abriu mão de usar cientistas e tecnologia nacional em um projeto considerado sigiloso.<sup>160</sup> Lourenção coloca que em 13 de junho de 1995 foi divulgado um abaixo-assinado de 40 professores universitários (da área de pesquisa e tecnologia) defendendo a capacidade nacional para projetar o Sivam, além do fato de que os cientistas brasileiros só teriam tomado conhecimento das pretensões do governo em elaborar um programa de monitoramento e defesa através de jornais.

Grupos de cientistas brasileiros defendem que o Brasil possuía, em um estágio avançado de desenvolvimento, tecnologias consideradas básicas para o Sivam como radares, sensoriamento remoto, redes de comunicações e teleinformática (de certa forma já utilizados pela Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - e pelo Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), portanto “em matéria de tecnologias para a construção de sistemas de vigilância eletrônica, o Brasil já havia conseguido desenvolver capacitação de nível internacional, mercê do trabalho que as universidades e centros de

---

<sup>160</sup> LOURENÇÃO, H. J. **O sistema de vigilância da Amazônia** (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios.

pesquisa vinham desenvolvendo há décadas”<sup>161</sup>. O autor ainda lembra que a utilização de tecnologia nacional estimularia o crescimento da indústria e pesquisa no país, criando inclusive novos empregos.

Após várias discussões a desde 1993, quando o então presidente Itamar Franco teria enviado as propostas do Sivam para 16 embaixadas estrangeiras e discussões sobre espionagem e barganhas entre o governo e as empresas concorrentes, em 1994 chegou-se a uma decisão. O contrato para a execução do Sivam foi firmado em 1997 com a empresa norte-americana “Raytheon” (fabricantes de mísseis<sup>162</sup> e a terceira maior empresa do Complexo Militar Industrial norte-americano), que teria saído como a mais competente frente dez outras empresas internacionais e teria o prazo de cinco anos para entregar o sistema em funcionamento para o governo brasileiro.

Num processo seletivo conturbado, com sérias denúncias de favorecimento envolvendo inclusive o presidente da CCSivam (Comissão para a Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia), o brigadeiro Oliveira, a norte-americana Raytheon Inc. foi selecionada, descartando a francesa Thomson para a instalação do Sivam na parte final do processo seletivo.

Alegando tratar-se de um projeto de inteligência estratégica, que poderia comprometer a segurança do país, o conteúdo do Sivam, portanto, não poderia ser publicado em edital o que teria impossibilitado a realização de um processo licitatório. Lourenção critica tal postura do governo, visto que o conteúdo considerado sigiloso teria sido disponibilizado para outras 16 embaixadas e empresas estrangeiras, sendo ocultado de empresas e cientistas brasileiros. Dessa forma, a escolha da Raytheon teria sido tendenciosa, pois se o edital não constava os detalhes mais específicos do Sivam, e, portanto não havia motivos para uma dispensa de licitação e a preferência pela empresa “escolhida” frente às outras concorrentes.

Sobre a questão da compra de tecnologia estrangeira, que pode ser vista como uma tentativa de acelerar o processo de instalação do sistema pulando uma etapa considerada crucial, do desenvolvimento tecnológico, Isabel Rossi coloca alguns pontos:

A compra torna-se relativamente barata porque não há investimentos com pesquisa; todavia, ao comprar um produto acabado se estabelece uma

---

<sup>161</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>162</sup> Entre seus principais produtos os mísseis Patriot (anti-mísseis balístico e de cruzeiro), Hawk (terra-ar com alcance de cerca de 75km, um dos mais antigos ainda em uso, obviamente com nova tecnologia) e AMRAAM (ar-ar, também conhecido como AIM-120, com alcance de 75 a 165km). As especificações podem ser encontradas na página da Raytheon respectivamente em: <[www.raytheon.com/products/patriot/](http://www.raytheon.com/products/patriot/)>, <[www.designation-systems.net/dusrm/m-23.html](http://www.designation-systems.net/dusrm/m-23.html) e <[www.designation-systems.net/dusrm/m-120.html](http://www.designation-systems.net/dusrm/m-120.html)>.

dependência tecnológica com o fornecedor, pois se é o dono do produto comprado e não da tecnologia que levou à sua geração<sup>163</sup>.

Isabel Rossi argumenta que, colocado como um fato corriqueiro nos dias atuais, a compra de tecnologia pode esconder aspectos negativos, como a chamada dependência tecnológica, pois ao efetuar a compra de uma tecnologia exógena ao país, descarta-se a possibilidade de conhecimento integral sobre ela, visto que a base para tal tecnologia e uma possível assistência em caso de defeitos encontra-se no país exportador, além do fato de que para se manter um ciclo contínuo de compra (e dependência), a tecnologia importada já é, em muitos casos ultrapassada, pois as pesquisas mais avançadas ou a tecnologia de ponta fica nas mãos de quem desenvolve tais tecnologias, sendo revendidas somente quando esta já estiver de algum modo ultrapassada ou obsoleta.

Deve-se lembrar também que a maioria da tecnologia desenvolvida no seu país de origem pode não adequar-se a determinados aspectos e particularidades da região ou contexto sul-americano, visto que tais tecnologias foram desenvolvidas baseadas nas características e realidades de seus países de origem, na maioria dos casos, de primeiro mundo. Lourenção ainda afirma, baseado em artigos da Folha de S. Paulo escritos por cientistas nacionais, que a compra de tecnologia estrangeira pode acarretar em vulnerabilidades estratégicas.

A “Raytheon Company Inc.” aparecia em 1999 como o terceiro maior contrato de defesa pago pelos Estados Unidos (cerca de 5,4% do total do orçamento de defesa daquele ano, quase US\$ 6,5 bilhões); as três maiores empresas (“Lokheed Martin”, “Boeing” e “Raytheon”) receberam em 1999 cerca de 26% do total pago em contratos de defesa pelos Estados Unidos<sup>164</sup>. Alguns autores indicam que a escolha da Raytheon teria sido influenciada pelo Pentágono, que poderia dar preferência à compra de certo número de aviões Super Tucanos da Embraer, fato esse que não se concretizou. Ainda há especulações sobre o fornecimento de informações sobre a região amazônica pela Raytheon ao Pentágono, com quem possui um contrato, participando do sistema de defesa dos Estados Unidos.

Se as críticas aos equipamentos do Sivam forem concretas, pode-se notar a dependência e limitação tecnológica imposta pelo Complexo Militar Industrial (CMI) norte-americano, que certamente exigirá novas compras diretamente com a empresa que cedeu tal

---

<sup>163</sup> ROSSI, Isabel Cristina. Sivam nas relações Sul-Americanas: Um projeto tecnológico de cooperação ou de conflito? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpocs2006/1199.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpocs2006/1199.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2007, p. 4

<sup>164</sup> Esses dados podem ser encontrados no quadro da página 84 do texto ou diretamente na página do Center of Defense Information (CDI) em [www.cdi.org/issues/usmi/complex/](http://www.cdi.org/issues/usmi/complex/)

tecnologia ao Brasil, embora algumas pessoas defendam que a “Raytheon” teria cedido por contrato a posse dos aparelhos e tecnologia ao Brasil, além de capacitar técnicos e utilizar parte da tecnologia nacional no projeto.

Segundo Isabel Rossi, o Sivam é um programa estritamente militar, atuando sobre a região amazônica a fim de garantir a soberania nacional, com a possibilidade de monitoramento de áreas que extrapolam as fronteiras políticas. Porém, ao mesmo tempo que busca-se e se desenvolvem discursos sobre a soberania brasileira, há sérias dúvidas sobre o programa, visto as ligações entre a empresa contratada (a Raytheon) e o Pentágono, além de questões referentes ao vazamento de informações e à não utilização de tecnologia e cientistas brasileiros. Lourenção mostra que inclusive a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), contrária à importação de tecnologia teria concordado na vulnerabilidade do sistema:

Pela análise do contrato firmado entre o governo e a Raytheon, a SBPC concluiu que a Raytheon (responsável pela integração final do sistema de softwares do Sivam) e seus sócios teriam acesso ao sistema e aos segredos e informações estratégicas propiciados por ele. Isto porque o contrato determinava que a integração dos subsistemas do Sivam fosse de responsabilidade da Raytheon, deixando claro que caberia à empresa norte-americana a elaboração dos softwares, que seriam de sua propriedade<sup>165</sup>.

Porém, Lourenção coloca que depois da contratação da Atech em 1997 para gerenciar a implantação do software integrador, o presidente da CCSivam (Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia), brigadeiro Marcos Antônio de Oliveira teria declarado que o trabalho realizado pela Raytheon, inclusive no referente à implantação do software, “teria a participação de funcionários do governo, ou de quem ele designasse, de modo a capacita-los ao domínio tecnológico do sistema em todas as fases de desenvolvimento”<sup>166</sup>.

Dessa maneira, o conhecimento adquirido no processo seria de posse do governo brasileiro, que teria o direito de definir as permissões de acesso aos bancos de dados do Sivam, afirmando assim que a Raytheon ou seus funcionários não teriam a possibilidade de operar o sistema do Sivam remotamente. Portanto, por contrato estariam garantidos para o Brasil os direitos autorais e patrimoniais do software desenvolvido, a propriedade intelectual e industrial, assim como tudo o que poderia ser desenvolvido baseado no sistema, como

<sup>165</sup> LOURENÇÃO, Humberto José. **O sistema de vigilância da Amazônia** (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios, p. 136.

<sup>166</sup> Ibidem, p.138

atualizações e modificações. O mesmo contrato proibiria a Raytheon de fornecer a terceiros qualquer detalhe técnico ou sigiloso do Sivam. O mesmo discurso teria sido repetido pelo brigadeiro José Orlando Belon (que sucedeu o brigadeiro Oliveira na presidência da CCSivam), em uma palestra na AFA (Academia da Força Aérea) em 2002 e reproduzido pelo seu sucessor, o brigadeiro-do-ar Teomar Fonseca Quírico em uma reportagem do Estado de S. Paulo em 28 de outubro de 2002.

Existem ainda dúvidas sobre o funcionamento e eficácia do Sivam, pois, para muitos especialistas o sistema pode monitorar atividades ilegais como queimadas, áreas de garimpos, contrabando e narcotráfico de uma maneira mais completa do que se vinha constatando, mas não há efetivo suficiente (seja na Polícia Federal, Ibama, Receita Federal ou Forças Armadas) nem estrutura para combater as atividades ilegais detectadas.

Mesmo a polêmica **Lei do Abate** (Lei 9.614 de 1998 e Decreto nº 5.144 de 2004) não garantiria que as aeronaves não identificadas que invadem o espaço aéreo brasileiro serão escoltadas e se necessário abatidas, devido a discussões legais, os gastos em combustível, armamentos e à localização das bases de onde sairiam as aeronaves para a interceptação de tais invasores (Manaus, Porto Velho, Campo Grande e Belém), porém tal lei é vista com bons olhos por autores como Durbens Martins do Nascimento na medida em que complementa as ações do Calha Norte e do Sivam.

Entretanto, a operacionalidade do sistema parece estar comprometida, na medida em que existe a divisão entre o âmbito civil e militar dentro do programa. Funcionários do Sipam defendem que há uma enorme gama de aparelhos e informação disponível, mas é preciso que os órgãos responsáveis também atuem. A operacionalização do sistema, portanto parece apresentar falhas ou lapsos operacionais, que são justificados pelas diferenciações entre o setor verde (civil, representada pelo Censipam, subordinado à Casa Civil) e o setor azul (militar, o IV Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo ou Cindacta IV, sob responsabilidade do Comando da Aeronáutica) do conjunto, que passam a atuar de maneira desarmônica, porém deve-se considerar ainda a falta de estrutura para, por exemplo, o combate efetivo de atividades ilícitas (seja em equipamentos, logística ou mesmo pessoal). Nas palavras de Edson Rocha, gerente do CTO de Belém:

A proteção também, a gente dá um auxílio, a gente identifica pistas, por exemplo, pistas clandestinas, plantações ilícitas. Então, e passa para quem faz a proteção, quem faz a proteção, em geral, no caso de ilícitos, pistas aéreas é a Aeronáutica, a Polícia Federal, etc. O Sipam não atua, só

identifica e passa para as instituições parceiras fazerem, tomarem as medidas cabíveis<sup>167</sup>.

Embora ainda existam críticas sobre o Sivam, autores como Humberto J. Lourenção afirmam que o Sivam é nos dias atuais uma realidade funcional, tal como teria sido planejado, não sendo influenciado pelas polêmicas levantadas durante seu processo de implantação. Porém há de se considerar que o Sivam e o Calha Norte, embora tenham uma forte característica militar, necessitem de investimentos em outros setores para garantir a soberania do país “pela implantação de um conjunto de políticas públicas que faça convergir crescimento econômico, desenvolvimento social, preservação ambiental e defesa”, lembrando ainda que a concepção do Sivam teria sido pensada com “conceitos voltados para uma atuação governamental integrada, para permitir um planejamento de médio e longo prazos, além do controle, da fiscalização, da monitoração e da vigilância da região”<sup>168</sup>.

Portanto, para o sucesso dos programas, torna-se necessário os investimentos em órgãos como a Polícia Federal, a Funai e no Sipam, além da participação de entidades (ligadas ou não ao governo), cientistas, universidades e demais órgãos federais, estaduais e municipais para dessa forma garantir a maior presença do Estado nas regiões isoladas, assim como o desenvolvimento e a defesa nacional.

É preciso ressaltar ainda a dificuldade de adaptação de um sistema concebido de forma organizacional, com uma estrutura parecida com organizações militares, para uma nova estrutura, onde as várias repartições devem interagir e trocar informações (fato muito complicado no âmbito militar e da defesa nacional) para um melhor aproveitamento do sistema como um todo.

Eu diria que, hoje, a maior dificuldade que nós temos é do ponto de vista da percepção interna sobre os nossos clientes. O sistema foi concebido, pela Aeronáutica em um formato extremamente inovador que é essa proposta de um novo sistema que vai ter um conjunto de facilidades de ferramentas tecnológicas, de como operar de forma multi-usuário, multi-institucional, mas, por outro lado, o dimensionamento foi tão grande que ele acaba gerando uma perda de foco<sup>169</sup>.

Tal afirmação, feita por Marcelo Lopes, diretor do Censipam em uma entrevista a Jean Santos parece demonstrar bem a disparidade entre as informações obtidas nos diferentes setores do Sipam, além do afastamento (físico e informacional) entre Brasília e

---

<sup>167</sup> SANTOS, Jean, op. cit., p.176

<sup>168</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>169</sup> SANTOS, Jean, op. cit., p. 172

os três CTOs amazônicos. Estima-se que grande parte do sistema esteja sendo usado para fins militares, enquanto instituições e organizações civis não aproveitam toda a gama de instrumentos disponíveis para estudo devido à desinformação presente tanto fora quanto no interior do Sivam. A leitura e mapeamento de áreas de queimada e desmatamento, destacando-se como as pesquisas de âmbito civil mais importantes realizadas pelo Sipam são na realidade uma pequena parcela de tudo o que o sistema pode proporcionar para as redes de pesquisa nacionais.

Torna-se necessário ainda considerar que a área de abrangência do Sivam/Sipam e do Calha Norte não se constituem unicamente por florestas, o que pode trazer à tona análises reducionistas sobre a questão amazônica. Trata-se primeiramente, de uma área heterogênea tanto em âmbito natural e geológico quanto humano, devendo ser observada conforme a necessidade dos diferentes grupos humanos, realidades e potencialidades de recursos, levando assim a uma visão mais ampla sobre a área. A política de defesa nacional, portanto, deve primeiramente adaptar-se às diferentes realidades da região, conciliando o desenvolvimento econômico, estrutural, a proteção ambiental, a defesa do território brasileiro como parte de um único princípio, adaptado às diferentes realidades amazônicas.

Devido à importância estratégica e econômica da Amazônia ao país torna-se necessário considerar a extensão e a diversidade da área, a distribuição irregular da população, a dificuldade de controle e vigilância na área de fronteira, além das dificuldades de transportes, comunicação, deficiências da infra-estrutura social no que se refere à mão-de-obra, saúde e economia, entre outros aspectos. Os programas governamentais devem ser encarados *a priori* como catalizadores para um maior e mais concreto desenvolvimento da região e conseqüentemente do país.

## **CAPÍTULO 5**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos contemporâneos parecem mostrar diferentes aspectos sobre uma mesma realidade na medida em que diferentes grupos e interesses disputam a hegemonia sobre a situação. É possível identificar no caso colombiano diferentes discursos sobre o mesmo conflito, cada qual evidenciando características específicas do grupo que o produz e propaga.

Enquanto os Estados Unidos defendem a necessidade de uma ação efetiva no combate às drogas, que se constituiriam em uma ameaça internacional e justifica, assim, a necessidade de investimentos bélicos e uma intervenção militar direta na Colômbia, o governo do país andino acaba por complementar esse discurso, estendendo a ameaça aos grupos insurgentes presentes no país desde meados do século XX, que são, para os políticos colombianos, responsáveis pelo crescimento de uma narcoguerrilha. A associação dos antigos cartéis colombianos e os atuais produtores e traficantes às guerrilhas acabam por unir os objetivos de ambos os lados, visto que os Estados Unidos ocupam o país e garante para seu Exército investimentos, combatendo o narcotráfico mundial e os grupos insurgentes, enquanto o governo colombiano recebe investimentos e ajuda efetiva no combate ao seu inimigo declarado. A possível transferência da base militar norte-americana em Manta no Equador para o interior da Colômbia programado para o final de 2009 e início de 2010 mostra que a parceria entre os dois governos pela manutenção do conflito no país continuará ativa.

As guerrilhas insurgentes colombianas, que lutavam a princípio contra um governo autoritário e oligárquico desenvolveram-se durante as décadas de 1970 e 1990 com o discurso de que seriam defensores dos direitos da população e lutariam até o fim pela sua causa. Os discursos propagados pelas guerrilhas trouxeram muitos homens para as suas fileiras durante esses anos, além de apoio entre a população mais humilde nas vilas e regiões onde os combates são mais frequentes, além de intelectuais e políticos, principalmente de esquerda.

Os grupos de extermínio e paramilitares que surgiram principalmente a partir da década de 1990, período em que o dinheiro do tráfico financiou esses grupos, espalharam-se também pelo país, sendo os principais responsáveis pelos massacres de inocentes no interior colombiano.

Entre as principais forças atuantes na Colômbia no período do *Plano Colômbia*, destaca-se primeiramente as guerrilhas como as FARC-EP e o ELN, que embora

possuam os mesmos inimigos em comum (o governo colombiano e os grupos paramilitares) também possuem diferenças entre si, muitas vezes entrando em conflito direto. De outro lado, os grupos paramilitares representados principalmente pela AUC (substituída atualmente por vários outros grupos armados) procura a eliminação das guerrilhas, mesmo objetivo do governo, porém a violência nas ações da AUC e a intensificação dos combates armados acaba por enfraquecer o poder governamental na região em questão, ou seja, embora alguns grupos possuam objetivos semelhantes, o fortalecimento de um acaba por determinar o crescimento de outro.

A complexidade dessa situação se demonstra na medida em que os Estados Unidos e o tráfico de entorpecentes passaram a atuar na Colômbia como agentes potencializadores dos conflitos armados, visto que a ajuda financeira (lícita ou não) desses dois agentes a qualquer grupo armado ou o próprio exército do país, acaba por provocar um desequilíbrio nas forças combatentes até então equiparadas, obrigando os demais grupos a buscar novos financiamentos para se adequar à nova realidade de seus inimigos.

A presença cada vez maior dos Estados Unidos na América Latina e a intensificação das ações de combate ao narcotráfico, que se tornaram mais intensas na década de 1980 culminaram em 1999 na criação do *Plano Colômbia*, um documento que previa a continuidade das ações desenvolvidas durante a Iniciativa Andina que objetivava o combate às roças de coca nos principais países produtores como o Peru e a Bolívia, expandindo as ações e investimentos para a Colômbia, país em que as roças e os laboratórios de refino da coca se multiplicaram após as ações nos países vizinhos.

A dificuldade no combate às áreas de cultivo da coca na Colômbia se deu também devido à presença de grupos insurgentes no país que durante sua trajetória já haviam enfrentado operações em conjunto dos Estados Unidos e da Colômbia na cruzada contra o comunismo na América Latina durante a Guerra Fria. A readaptação dos discursos e objetivos norte-americanos e colombianos ao associar as guerrilhas aos narcotraficantes acabaram por justificar os investimentos e a intervenção norte-americana no país, respaldada pelo conteúdo do *Plano Colômbia*, que a princípio relacionava-se a reformas sociais e econômicas no país, além do combate e enfraquecimento do tráfico de drogas no país atuando em todos os elos da cadeia produtiva, desde o cultivo da coca até os laboratórios de refino e os chefes do tráfico.

As ações efetivas do *Plano Colômbia* se mostraram, entretanto díspares da redação do documento ao concentrar a maioria dos investimentos em operações militares e na compra de equipamentos e treinamento para a polícia e o exército colombianos culminando em um combate mais substancial aos grupos armados, provocando um desequilíbrio no

conflito, além do surgimento de grupos como as Autodefesas Unidas da Colômbia, englobando grupos paramilitares e de extermínio, financiados principalmente com o dinheiro do tráfico.

A ampliação dos conflitos armados na Colômbia, além do aumento do efetivo norte-americano na região gerava preocupações nos países latino-americanos, principalmente nos limítrofes à Colômbia, gerando dúvidas e temores quanto ao crescimento desordenado do conflito para além das fronteiras colombianas, trazendo consigo a violência, a dificuldade de controle da situação por parte dos Estados e a intervenção norte-americana.

Durante o século XX, concomitante ao desenvolvimento do conflito colombiano, a região amazônica voltou a ser o foco das preocupações do Brasil, na medida em que se constituía em uma vasta área de fronteira seca, em muitos casos sem limites naturais, além de uma região afastada do restante do país com um grande vazio demográfico. As políticas de incentivo à colonização e integração da Amazônia desenvolvidas durante o século XX no Brasil mostram essa preocupação que posteriormente se associaria à necessidade de proteção e preservação da floresta, seja pela degradação ambiental ou pelos interesses estrangeiros nas riquezas da região.

Tal situação acabou por transferir a idéia da possibilidade de conflito bélico com a Argentina, principalmente após a criação do Mercosul, para a região amazônica pela pouca presença do Estado na região e pela crescente crise colombiana envolvendo as guerrilhas e as tropas governamentais na Colômbia, além da presença cada vez mais efetiva dos Estados Unidos na região.

Durante o regime militar no país e posteriormente a redemocratização, a política de defesa brasileira acabou por readaptar os objetivos presentes em alguns setores como no Projeto Calha Norte, elevando-o à condição de programa governamental, reorientando suas ações e objetivos para a reafirmação do Estado na região e a presença militar voltada ao patrulhamento das fronteiras, ampliando também sua área de abrangência. A região amazônica tornou-se uma zona prioritária para o patrulhamento das fronteiras e manutenção da soberania nacional, frente às ameaças mais concretas emanando principalmente do território colombiano.

Por outro lado, é um fator importante e a aprovação para a implantação e execução do Sivam, que se constituiria em um sistema para vigilância da região amazônica, além de uma rede de dados diversificada, podendo ser utilizada por várias instituições de pesquisa de caráter científico, inclusive no âmbito civil, além a criação do Ministério da Defesa em 1999, mesmo ano em que o Sivam entraria em operação. As pesquisas

tecnológicas, a aquisição e desenvolvimento de equipamentos e a mobilização de pessoal para a execução e implantação do complexo como um todo podem ser vistos como um avanço na pesquisa nacional. A aprovação de normas como a Lei do Abate que há tempos era debatida podem ser vistas como indícios da importância dada à soberania brasileira voltada à região no final do século XX.

Porém, nota-se ainda uma certa disparidade entre as informações colhidas nos setores civil e militar dentro do Sivam, como se estes atuassem de maneira independente. Nota-se, portanto, que embora o Sivam se constitua em um sistema de coleta de dados voltado para todos os setores da sociedade brasileira, seu uso efetivo é feito por militares, na defesa e vigilância do espaço aéreo da região, através do Cindacta IV. A falta de recursos financeiros, técnicos e pessoal para que todo o complexo funcione em harmonia ainda é uma realidade, mas os números mostram um melhor aproveitamento das informações do Sivam para pesquisas de cunho científico, não voltadas exclusivamente para o âmbito militar.

## REFERÊNCIAS

- ALAPE, Arturo. **Entrevista de Raul Reyes Cedida a Arturo Alape**. Disponível em: <[six.swix.ch/farcep/Entrevistas/Entrevista\\_raul.htm](http://six.swix.ch/farcep/Entrevistas/Entrevista_raul.htm)> Acesso em: 12 mar. 2004.
- ALVES, Marcos Celso. **Um mandato para a paz: o caso da negociação entre o Governo de Andrés Pastrana e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (1998-2002)**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- ANTIQUERA, Daniel de Campos. **A Amazônia e a política externa Brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000393638>>. Acesso em: 12 jul. 2007.
- ARBEX JUNIOR, José. **Narcotráfico: um jogo de poder nas américas**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- \_\_\_\_\_. Plano patriota prevê nova escalada militar na Amazônia. **Revista Pangea**. Disponível em: <[http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show\\_news.asp?n=241&ed=7](http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=241&ed=7)>. Acesso em: 2 out. 2008.
- ARBEX JUNIOR, José; TOGNOLLI, Cláudio J. **O século do crime**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- BACZKO, Bronislaw. **Enciclopédia Einaudi**, 1985. v. 5.
- BECKJORD, Sarah H. **Colombia: la violencia revisited**. NACLA – Report on the Americas, volume XXII, n. 3, p. 4-6, maio/jun. 1988.
- BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld. A coca e a cocaína na América Latina: subsídios sócio-culturais para a redefinição do conceito de dependência. In: COLÓQUIO UERJ AMÉRICA: DESCOBERTA OU INTERVENÇÃO, 4. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- BENTO, Cláudio Moreira. **A Amazônia e Seus Desafios**. Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <[www.ihp.org.br/docs/cmb20010111.htm](http://www.ihp.org.br/docs/cmb20010111.htm)>. Acesso em 03 de março de 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Governo de Getúlio Vargas e a sua projeção na evolução da doutrina do exército (1930-45)**. Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <[www.ihp.org.br/docs/cmb20040825.htm](http://www.ihp.org.br/docs/cmb20040825.htm)>. Acesso em: 3 mar. 2008.
- BERSTEIN, Harry. **Venezuela & Colombia**. New Jersey: Prentice Hall, 1964.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1998.
- BORGES, Fábio. **Amazônia e economia da droga: conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005)**. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)

– UNESP (Programa Santiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/download/BORGES,%202006.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica, plano Colômbia e perspectivas brasileiras de inserção internacional**. Disponível em:

<<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/borges.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2007.

BOUCHEY, Francis; FONTAINE, Roger W. e JORDAN, David. **Documento de Santa Fé II: Uma Estratégia para América Latina em La década de 1990**. Disponível em: <[www.segundoenfoque.com.ar/hora\\_cambio.html](http://www.segundoenfoque.com.ar/hora_cambio.html)>. Acesso em: 9 jul. 2008.

BRASIL. Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CSSivam). **Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)**. Disponível em: <[www.sivam.gov.br/PROJETO/hist1.htm](http://www.sivam.gov.br/PROJETO/hist1.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Programa Calha Norte**. Disponível em: <[https://www.defesa.gov.br/programa\\_calha\\_norte/index.php?page=situacao\\_atual](https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page=situacao_atual)>. Acesso em: 4 fev. 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Sivam**. Disponível em: <[www.sivam.gov.br](http://www.sivam.gov.br)>. Acesso em: 10 jun. 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis História**. Disponível em: <[www.ibama.gov.br/institucional/historico](http://www.ibama.gov.br/institucional/historico)>. Acesso em: 16 mar. 2008.

BRASIL. Ministério dos Transportes – Secretaria Executiva. **BR-230**. Disponível em: <[www.transportes.gov.br/bit/trodo/br-230/gbr-230.htm](http://www.transportes.gov.br/bit/trodo/br-230/gbr-230.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam)**. Disponível em: <[www.sipam.gov.br/portal](http://www.sipam.gov.br/portal)>. Acesso em: 17 dez. 2007.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório final da comissão especial mista destinada a reavaliar o “Projeto Calha Norte”**. 1997. Disponível em: <[webthes.senado.gov.br/sil/Comissoes/ESP/Comissoes/CALHANOR/Relatorios/RF199605.rtf](http://webthes.senado.gov.br/sil/Comissoes/ESP/Comissoes/CALHANOR/Relatorios/RF199605.rtf)>. Acesso em: 5 maio 2008.

BRITO, Maria Luján, CORDIVIOLA, Marcelo. Colômbia: o divórcio entre o estado e a nação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n.1, p. 221-225, jan./jun. 2003

CALLEJAS, Apolinar Díaz. **Colombia Bajo Doble Fuego: Crisis Interior y Señorío de EEUU**. Disponível em: <[www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/apolinar.htm](http://www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/apolinar.htm)>. Acesso em: 17 fev. 2006.

\_\_\_\_\_. **Colombia: La Reforma Agraria y SUS Documentos Fundamentales**. Bogotá: Universidad de Cartagena, 2002.

CARVALHO, Delgado de; RIEMER, Ana Maria D. de Carvalho. Economia do Grupo Andino – Colômbia em Transição. **História das Américas**. Rio de Janeiro, Record: 1971.

CASTRO, Celso e SOUZA, Adriana Barreto. A Defesa Militar da Amazônia: Entre história e memória. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. **Introdução à defesa da Amazônia**. Núcleo de Estudos Estratégicos Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <[www.unicamp.br/nee/art4.htm](http://www.unicamp.br/nee/art4.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. **Introdução crítica à atual política de defesa**. Núcleo de Estudos Estratégicos Universidade Estadual de Campinas. Disponível em <[www.unicamp.br/nee/art12.htm](http://www.unicamp.br/nee/art12.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2007.

CENTER FOR INTERNATIONAL POLICY'S. **Plan Colombia**: Plan for Peace, Prosperity and the Strengthening of the State. Colombia Project. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/colombia/plancolombia.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2008.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. **Cocaína**. Disponível em: <<http://www.cebrid.epm.br/index.php>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

\_\_\_\_\_. **Práticas da leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHASTEEN, John Charles. **América Latina**: Uma história de sangue e fogo. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CHERNECK, Marc W. The Drug Wars. **NACLA – Report on the Americas**, v. XXIII, n. 6, p. 9-11, abr. 1990.

CHOMSKY, Noam. **El Império y su política antidrogas**. Resistencia nº 16. Disponível em [www.farcep.org/resistencia/internacional/16/chomsky.htm](http://www.farcep.org/resistencia/internacional/16/chomsky.htm). Acesso em: 09 abr. 2005.

EL plan Colombia. Disponível em: <<http://ar.geocities.com/veaylea2002/chomsky/01-04plancolombia.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2006.

\_\_\_\_\_. **O que o tio Sam realmente quer**. Brasília, UNB: 1996.

\_\_\_\_\_. **Piratas e imperadores, antigos e modernos**: o terrorismo internacional no mundo real. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CLISSOLD, Stephen. Colombia: liberals versus conservatives. The National Front. **Latin America**: New World, Third World. Londres: Pall Mall Press, 1972.

CODHES – Consultoria para los Derechos Humanos y El Desplazamiento. **Plan Colombia**: fracaso anunciado. Bogotá, 18 mayo 2005. Disponível em: <[www.colombiainternacional.org/Doc%20PDF/EU-PlanColombia-FracasoAnunciado.pdf](http://www.colombiainternacional.org/Doc%20PDF/EU-PlanColombia-FracasoAnunciado.pdf)>. Acesso em: 3 fev. 2008.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). América Latina: o presente em perspectiva histórica. **América Latina: Encruzilhadas da História Contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. Os Conflitos Sociais na Ibero-América Independente e o fracasso da democracia no mundo Ibero-Americano. **América Latina: Encruzilhadas da História Contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2003.

COLOMBIA, Presidencia de la Republica. **Plan para la Paz, la Prosperidad y el Fortalecimiento Del Estado**. 1999. Disponível em:  
<[www.analitica.com/va/hispanica/colombia\\_paz/4527677.asp](http://www.analitica.com/va/hispanica/colombia_paz/4527677.asp)>. Acesso em: 26 out. 2007.

CORNELSEN, Julce Mary; MULLER, Mary Stela. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias**. 6 ed. Londrina: Eduel, 2007.

CRAIG, Richard B. La droga: politica de los Estados Unidos, Respuesta Evolutiva de la America Latina y la Búsqueda de un Sistema de Soluciones. **Revista Occidental – Cocaína, Drogas, el Estado y la Economía**, p.175-190, 1992.

DUARTE, Érico Esteves; PROENÇA JUNIOR, Domício. Os estudos estratégicos como base reflexiva da defesa nacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 50, n.1, 2007. Disponível em:  
<[http://www.obed.ufpa.br/duarte\\_proenca\\_2007estudos\\_estrategicos\\_defesa\\_nacional.doc](http://www.obed.ufpa.br/duarte_proenca_2007estudos_estrategicos_defesa_nacional.doc)>. Acesso em: 28 set. 2008.

FARC-EP. **Ataque que trasciende fronteras**: Marquetalia. Disponível em:  
<[www.farcep.org/especial40aniv/03.html](http://www.farcep.org/especial40aniv/03.html)>. Acesso em: 27 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Contra el imperialismo por la patria**. Disponível em:  
<[www.farcep.org/especial40aniv/09.html](http://www.farcep.org/especial40aniv/09.html)>. Acesso em: 27 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Cronología de lãs FARC-EP**. Disponível em:  
<[www.farcep.org/aniversario/especial40aniv/crono.html](http://www.farcep.org/aniversario/especial40aniv/crono.html)>. Acesso em: 27 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **El Dolor que se convierte en Ira**: Jorge Eliécer Gaitán. Disponível em:  
<[www.farcep.org/aniversario/especial40aniv/01.html](http://www.farcep.org/aniversario/especial40aniv/01.html)>. Acesso em: 12 fev. 2005.

\_\_\_\_\_. **El poder local**. Resistencia n.17. Disponível em:  
<[www.farcep.org/resistencia/internacional/17/podlocal.htm](http://www.farcep.org/resistencia/internacional/17/podlocal.htm)>. Acesso em: 22 maio 2005.

\_\_\_\_\_. **La organización en marcha**: las conferencias de FARC. Disponível em:  
<[www.farcep.org/especial40aniv/04.html](http://www.farcep.org/especial40aniv/04.html)>. Acesso em: 27 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Legalizar el consumo de la droga**: Única alternativa séria para eliminar el narcotráfico. Disponível em: <[www.farcep.org/unicaalternativa.html](http://www.farcep.org/unicaalternativa.html)>. Acesso em: 21 out. 2006.

\_\_\_\_\_. Los documentos de lãs FARC. Disponível em:  
<[www.farcep.org/aniversario/especial40aniv/docs.html](http://www.farcep.org/aniversario/especial40aniv/docs.html)>. Acesso em: 17 out. 2006.

\_\_\_\_\_. **Marquetalia**: símbolo de la resistencia del pueblo en armas. Resistencia n. 17. Disponível em: <[www.farcep.org/resistencia/internacional/17/marque.htm](http://www.farcep.org/resistencia/internacional/17/marque.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. **Narcotráfico em Colombia:** Bajola Encrucijada de las Acciones y los Discursos. Resistencia nº 16. Disponível em:  
<[www.farcep.org/resistencia/internacional/16/narcotra.htm](http://www.farcep.org/resistencia/internacional/16/narcotra.htm)>. Acesso em: 22 maio 2005.

\_\_\_\_\_. **Represión oficial y resistencia popular:** un repaso histórico. Resistencia n. 16. Disponível em: <[www.farcep.org/resistencia/internacional/16/historia.htm](http://www.farcep.org/resistencia/internacional/16/historia.htm)>. Acesso em: 22 maio 2005.

FÁZIO, Ednéia. O governo democrático e as Forças Armadas Brasileiras. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Mídia, 2005. CR-ROM.

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: BARSOTI, Paulo; PERICÁS, Luis B. (Org.). **América Latina:** história, idéias e revolução. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

FERREIRA JUNIOR, Alcemar. A fênix imperial: o exército brasileiro nas décadas de 1850 e 1860. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Mídia, 2005. CR-ROM.

FERREIRA, Maria Liege F. Borracha para o mundo: A construção imagética e discursiva para o Eldorado Amazônico (1940-1945). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Mídia, 2005. CR-ROM.

FILIFE, Ângela Marques. **Dinâmicas do Estado falhado e do conflito na colômbia:** a economia da droga. Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais (CIARI), p. 8. Disponível em: <[www.ciari.org/investigacao/dinamicas\\_estado\\_colombia.pdf](http://www.ciari.org/investigacao/dinamicas_estado_colombia.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2007.

GAITÁN, Jorge Eliécer. **Los partidos políticos em Colombia.** Disponível em:  
<[www.analitica.com/bitlioteca/gaitan/partidos.asp](http://www.analitica.com/bitlioteca/gaitan/partidos.asp)>. Acesso em: 15 jun. 2005.

GARCÍA, Antonio. Colômbia: meio século de história contemporânea. In: CASANOVA, Pablo González (Org.). **América Latina:** história de meio século. Brasília: Ed. UNB, 1988. v. 2.

GRABE, Vera. **Uma mirada sobre colombia.** Disponível em:  
<[www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/vera.htm](http://www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/vera.htm)>. Acesso em: 17 fev. 2006.

GUTIÉRREZ, Ramiro Cardona. **Colombia:** Distribución Espacial de la Población. Bogotá, Canal Ramirez: 1976.

HERRERA, Darío Villamizar. **Debates de paz, acciones de guerra.** Disponível em:  
<[www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/dario.htm](http://www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/dario.htm)>. Acesso em: 17 fev. 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Rebeldes primitivos**: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos Séculos XIX e XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Movimentos sociais na América Latina: mística e globalização. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **América Latina: encruzilhadas da história contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2003.

LEE III, Renssealer W. La conexión narco-guerrilla. **Revista Occidental – Cocaína, Drogas, el Estado y la Economía**, p. 51-90, 1992.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Breve história da hierarquia militar**. Meia volta volver: um Estudo Antropológico Sobre a Hierarquia Militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LEMOINE, Maurice. **Em nome do “destino manifesto”**. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2003-05,a649>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

LEMONS, Renato Luís C. N. **A questão da defesa nacional no parlamento brasileiro (1891-1921)**. Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP). Disponível em: <[http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/revista/Renato\\_Lemos\\_21-08-07.pdf](http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/revista/Renato_Lemos_21-08-07.pdf)>. Acesso em: 4 jan. 2008.

LEONGÓMEZ, Eduardo Pizarro. **Marquetalia**: el Mito fundacional de las Farc. Disponível em <[unperiodico.unal.edu.co/57/03.htm](http://unperiodico.unal.edu.co/57/03.htm)>. Acesso em: 27 jul. 2005.

LOURENÇÃO, Humberto José. **A defesa nacional e a Amazônia**: o sistema de vigilância da Amazônia (Sivam). Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000298913>>. Acesso em: 12 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. O sistema de vigilância da Amazônia (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LÖWY, Michael (Org.). **O Marxismo na América Latina**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MACIEL, Dulce Portilho. Conferência da Amazônia para a “Batalha da Borracha”: negociação da tragédia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Mídia, 2005. CR-ROM.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. In: BARSOTI, Paulo; PERICÁS, Luis B. (Org.). **América Latina: história, idéias e revolução**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

MARQUES, Adriana A. A estratégia militar do Exército Brasileiro para a Amazônia – fundamentos e implicações para a Cooperação Militar no Sul da América Latina. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Mídia, 2005. CR-ROM.

\_\_\_\_\_. **Concepções de defesa nacional no Brasil: 1950-1996**. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000232395>>. Acesso em: 29 set. 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. As forças armadas brasileiras e o Plano Colômbia. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MEZA, Ricardo Vargas. **Colombia y el Área Andina**: los vacíos de la guerra. Disponível em:  
<[www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/ricardo.htm](http://www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/ricardo.htm)>. Acesso em: 17 fev. 2006.

MIGUEL, Jair D.; PERRILLO, Eduardo B. F.; SIMÕES, Edson E. Indústria e militarismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Dinâmica da economia mundial**. São Paulo: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2002. p. 68-114.

MIRANDA, Augusto M. A.; RAMOS, André Luiz Araujo. Religião Civil, Destino Manifesto e Política Expansionista Estadunidense. **Revista Ameríndia**, v.4, n° 2, 2007. Disponível em:  
<<http://www.amerindia.ufc.br/pdf4/andre.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2008.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil, a América Latina e a Segurança Regional. In: CONGRESSO DA ASSICUAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA. 25., 2005, Porto Alegre, RS. Disponível em:  
<[http://www.obed.ufpa.br/pdfs/miyamoto\\_sbrasil\\_ale%20\\_seguranca\\_regional.pdf](http://www.obed.ufpa.br/pdfs/miyamoto_sbrasil_ale%20_seguranca_regional.pdf)>. Acesso em: 2 maio 2007.

MOLANO, Alfredo. **The evolution of the FARC**. Disponível em:  
<<http://www.icdc.com/~paulwolf/colombia/molano.htm>>. Acesso em: 2 maio 2007.

NAÍM, Moisés. **Ilícito: O ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A política de defesa nacional para a Amazônia e suas conseqüências ao Programa Calha Norte**. Disponível em:  
<<http://www.obed.ufpa.br/pdfs/O%20Programa%20Calha%20Norte%20e%20suas%20consequencias%20para%20a%20Amazonia.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2008.

\_\_\_\_\_. Governança e financiamento do Projeto Calha Norte. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 115-140, jun. 2005. Disponível em:  
<[http://www.obed.ufpa.br/pdfs/ncnn8v1\\_5artigo\\_durbens\\_vfinal\\_2006.pdf](http://www.obed.ufpa.br/pdfs/ncnn8v1_5artigo_durbens_vfinal_2006.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2008.

\_\_\_\_\_. Programa Calha Norte (PCN): **A Amazônia Na Rota Da Segurança Nacional**. Disponível em: [http://www.obed.ufpa.br/pdfs/prg\\_calha\\_norte\\_pcn.pdf](http://www.obed.ufpa.br/pdfs/prg_calha_norte_pcn.pdf). Acesso em 24 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Programa Calha Norte: a amazônia segundo a política de defesa nacional. In: CASTRO, Celso (Org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

OLÍMPIO, Marise Magalhães; SAMPAIO, Jorge H. M. Estados Unidos e o destino manifesto. **Revista Ameríndia**, v. 2, n. 2, 2006. Disponível em:  
<<http://www.amerindia.ufc.br/>>. Acesso em: 23 dez. 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORTÍZ, Román D. *Guerra Civil y Descentralización de la Violencia: El Caso de Colombia*. Disponível em:  
<[www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/roman.htm](http://www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/roman.htm)>.  
Acesso em: 17 fev. 2006.

PEARCE, Jenny. The dirty war. **NACLA – Report on the Americas**, v. 23, n. 6, p. 22-38, abr. 1990.

\_\_\_\_\_. The peoples' war. **NACLA – Report on the Americas**, v. 23, n. 6, p. 13-21, abr. 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PETRAS, James. América Latina: 30 anos depois de Che Guevara. In: BARSOTI, Paulo; PERICÁS, Luis B. (Org.). **América Latina: história, crise e movimento**. São Paulo: Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. América Latina: a esquerda, passado e futuro in BARSOTI, Paulo; PERICÁS, Luis B. (Org.). **América Latina: história, idéias e revolução**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. **Império e políticas revolucionárias na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2002.

PETRO, Gustavo. *La Economía de La Mentira*. Disponível em:  
<[www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/gustavo.htm](http://www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/gustavo.htm)>.  
Acesso em: 17 fev. 2006.

PIRIS, Alberto. *¿Qué hacer?* Disponível em:  
<[www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/quehacer.htm](http://www.fuhem.es/portal/areas/paz/observatorio/indicadores/paises/colombia/articulos/quehacer.htm)>. Acesso em: 17 fev. 2006.

POMER, León. *Colômbia. As Independências na América Latina*. São Paulo, Brasiliense: 1981.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988.

RAMÍREZ, Rosalba. **El genocida plan Colombia y algunas de sus mentiras fundamentales**. Disponível em: <[www.rebellion.org/plancolombia/040419ramirez.htm](http://www.rebellion.org/plancolombia/040419ramirez.htm)>.  
Acesso em 13 maio 2008.

RAMSEY, Russel W. **Revolución campesina**. Cromos Editores e Impressores, s/d.

REYES, Raul. **El Cuento de la “Narcoguerrilla”**. Resistencia nº 16. Disponível em:  
<[www.farcep.org/resistencia/internacional/16/narcogue.htm](http://www.farcep.org/resistencia/internacional/16/narcogue.htm)>. Acesso em: 22 maio 2005.

RILEY, Jack Kevin. Relación entre la industria Colombiana de la droga y violencia política de los escuadrones de la muerte. **Revista Occidental**, v. 2, n. 1, p. 63-108, 1994.

RIPPEL, Márcio Pereira. O plano Colômbia como Instrumento da política Norte-Americana para a América Latina e suas conseqüências. **Revista da Escola de Guerra Naval**. p. 84-112.

ROMERO, Mauricio (Org.). **Parapolítica: la ruta de la expansión paramilitar y los acuerdos políticos**. Bogotá: Nuevo Arco Iris, 2007. Disponível em:  
<[http://www.semana.com/documents/Doc-1493\\_200796.pdf](http://www.semana.com/documents/Doc-1493_200796.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2008.

ROSSI, Isabel Cristina. **Sivam nas relações Sul-Americanas: um projeto tecnológico de cooperação ou de conflito?** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpocs2006/1199.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpocs2006/1199.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. **Sivam: um caso de dependência tecnológica 1990-96**. Araraquara, 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Disponível em:  
<[www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/rossi.pdf](http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/rossi.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2007.

SANTOS, Jean Carlo Silva dos. **Gestão estratégica da informação como fator condicionante para a definição e implementação de Políticas de Defesa e Segurança Nacional no Contexto da Amazônia Legal: o Caso SIPAM/SIVAM**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - FGV, Escola Brasileira de Administração Pública, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Disponível em:  
<[http://www.obed.ufpa.br/pdfs/santos\\_jean\\_cgestao\\_sivam\\_dissertacao.pdf](http://www.obed.ufpa.br/pdfs/santos_jean_cgestao_sivam_dissertacao.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2008.

SANTOS, José Vicente T. (Org.). **Revoluções camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone, 1985.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e política de defesa no Brasil (1985-2002)**. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Disponível em:  
<[www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=25460](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=25460)>. Acesso em: 22 jan. 2008.

TAMAYO, Manuel Salgado. Falacias y verdades sobre el plan Colombia. **Agencia Latinoamericana de Información**, 1 nov. 2000. Disponível em:  
<[alainet.org/active/993&lang=es](http://alainet.org/active/993&lang=es)>. Acesso em: 7 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. Los Contenidos Geoestratégicos Del Plan Colombia. **Altercom**, 5 mar. 2002. Disponível em: <[www.lafogata.org/02latino/5latinoamerica/c6.htm](http://www.lafogata.org/02latino/5latinoamerica/c6.htm)>. Acesso em: 8 ago. 2007.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **Word Drug Report 2008**. Disponível em:  
<[http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR\\_2008/WDR2008\\_Cocaine\\_market.pdf](http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2008/WDR2008_Cocaine_market.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2008.

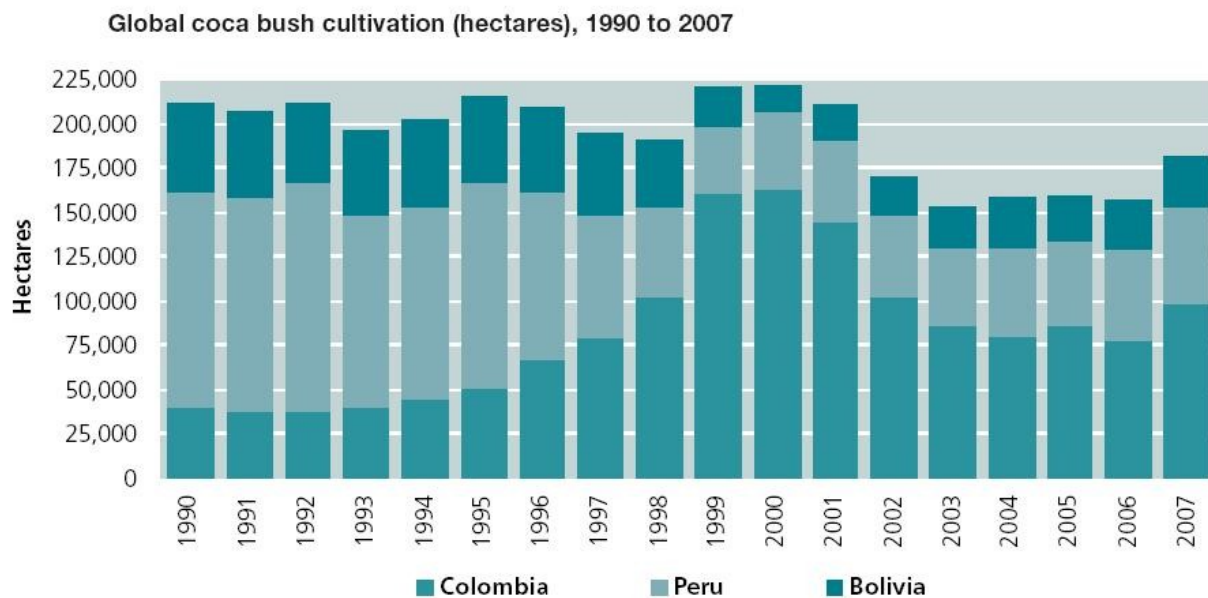
UNITED STATES INSTITUTE FOR PEACE – USIP. **Plan Colombia: Plan for Peace, Prosperity, and the Strengthening of the State**. Peace Agreements Digital Collection. Disponível em:  
<[http://www.usip.org/library/pa/colombia/adddoc/plan\\_colombia\\_101999.html](http://www.usip.org/library/pa/colombia/adddoc/plan_colombia_101999.html)>. Acesso em: 17 fev. 2008.

VISIONES ALTERNATIVAS. **Plan Colombia**. Disponível em:  
<[www.visionesalternativas.com/militarizacion/geoestrategia/pcolom.htm](http://www.visionesalternativas.com/militarizacion/geoestrategia/pcolom.htm)>. Acesso em: 13  
maio 2007.

WATSON, Cynthia. Civil Military Relations in Colombia: Solving or Delaying Problems?  
**Journal of Political and Military Sociology**, v. 33, n. 1, summer, p. 97-106, 2005.

## **ANEXOS**

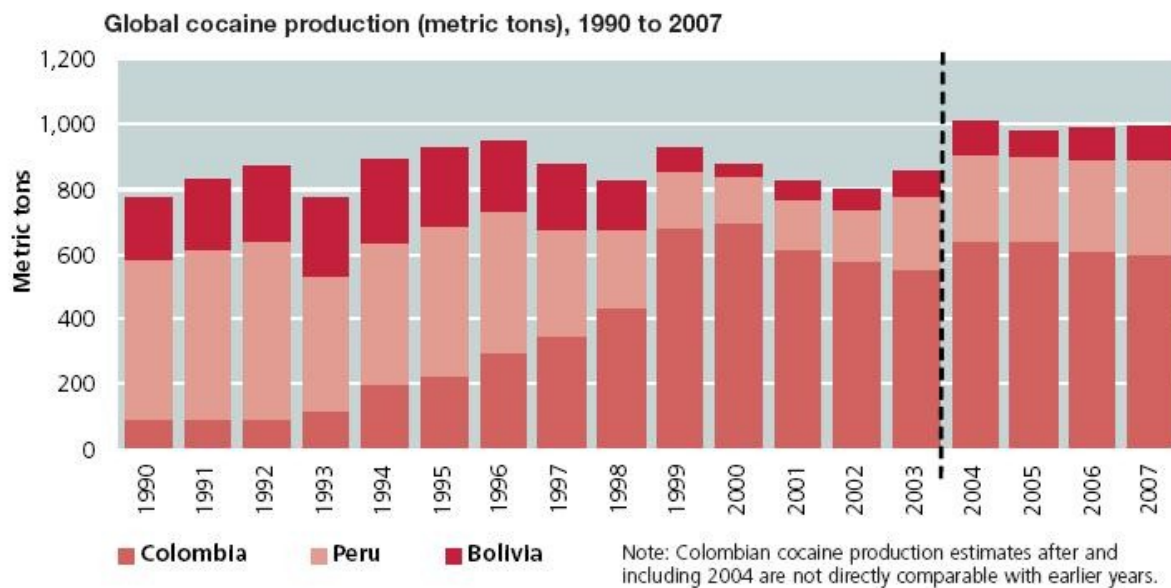
## ANEXO A

**Gráfico 1** – Cultivo da Coca na América Andina de 1990 a 2007

Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime – World Drug Report 2008, p.67.

## ANEXO B

Gráfico 2 – Produção de Cocaína de 1990 a 2007



Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime – World Drug Report 2008, p.68.

## ANEXO C

Mapa 1 – Cultivo de Coca na Colômbia - 2002



General Coca Cultivation Areas in Colombia

Fonte: Texas University. Disponível em:

<[http://www.lib.utexas.edu/maps/americas/colombia\\_coca\\_density\\_2002.gif](http://www.lib.utexas.edu/maps/americas/colombia_coca_density_2002.gif)>. Acesso em: 12 nov 2007.

## ANEXO D

Mapa 2 – Áreas de Cultivo da Papoula na Colômbia - 2002.



General Opium Cultivation Areas in Colombia

Fonte: Texas University. Disponível em:

<[http://www.lib.utexas.edu/maps/americas/colombia\\_poppy\\_areas\\_2002.gif](http://www.lib.utexas.edu/maps/americas/colombia_poppy_areas_2002.gif)>. Acesso em: 12 nov. 2007.

## ANEXO E

Mapa 3 – Guerrilhas e Forças Paramilitares na Colômbia em 2000



Fonte: <<http://mondediplo.com/maps/colombiamdv49>>. Acesso em 17 de outubro de 2008

## ANEXO F

**Mapa 4** – Principais comandos e zonas de ação das FARC

**Fonte:** Revista Semana. Disponível em:  
<[http://www.semana.com/wf\\_VerMultimedia.aspx?IdArt112458&IdMlt=601&Res=alta](http://www.semana.com/wf_VerMultimedia.aspx?IdArt112458&IdMlt=601&Res=alta)>. Acesso em: 12 set. 2008.

## ANEXO G

**Tabela 1** – Número de homens e seqüestros das FARC-EP

<b>FARC-EP – comparativo do efetivo e número de seqüestros por região</b>	<b>Homens (segundo Revista Semana)</b>		<b>Seqüestros (segundo ONG País Libre)</b>	
	<b>2002</b>	<b>2008</b>	<b>2002</b>	<b>2007</b>
Bloco Oriental	6000	4250	277	27
Bloco Sul	2000	1600	101	16
Bloco do Caribe	1150	550	233	2
Comando Conjunto Central	1100	650	127	11
Comando Conjunto do Ocidente	1250	1900	77	16
Bloco José Maria Córdoba	2150	950	42	26
Bloco de Magdalena Medio	1150	800	39	2
<b>Total</b>	<b>14800</b>	<b>10700</b>	<b>896</b>	<b>100</b>

Tabela construída com base nos dados fornecidos pela Revista Semana e a ONG País Libre. Dados obtidos em: <[http://www.semana.com/wf\\_VerMultimedia.aspx?IdArt112458&IdMlt=601&Res=alta](http://www.semana.com/wf_VerMultimedia.aspx?IdArt112458&IdMlt=601&Res=alta)>. Acesso em: 12 set. 2008.



